

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS/UFSCar
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CHIARELLI, João Rodrigues
joaochiarelli@yahoo.com.br

Inserção japonesa sobre a Ásia através de instituições de cooperação e fomento: modelo para o Brasil na sua consolidação na América do Sul

São Carlos/SP
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS/UFSCar
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CHIARELLI, João Rodrigues
joachiarelli@yahoo.com.br

Inserção japonesa sobre a Ásia através de instituições de cooperação e fomento: modelo para o Brasil na sua consolidação na América do Sul

Dissertação de Mestrado apresentado para obtenção de Grau em de Mestre em Ciências Políticas pela Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.

Orientadora: Maria do Socorro Sousa Braga

São Carlos/SP
2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C532ij

Chiarelli, João Rodrigues.

Inserção japonesa sobre a Ásia através de instituições de cooperação e fomento : modelo para o Brasil na sua consolidação na América do Sul / João Rodrigues Chiarelli. - São Carlos : UFSCar, 2013.
108 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Ciência política. 2. Política japonesa. 3. Poder. 4. Diplomacia. 5. Japão – história. 6. Cooperação regional. I. Título.

CDD: 320 (20^a)

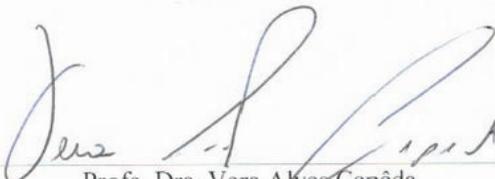


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
João Rodrigues Chiarelli

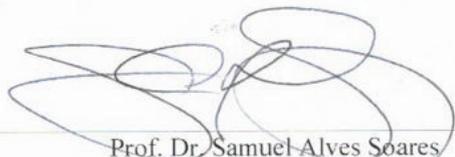
12/03/2013



Prof. Dra. Maria do Socorro Souza Braga
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar



Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar



Prof. Dr. Samuel Alves Soares
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"/UNESP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 12/03/2013.

Banca Examinadora:
Prof. Dra. Maria do Socorro Souza Braga
Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Prof. Dr. Samuel Alves Soares

Homologado na CPG-PPGPOL na
27ª Reunião no dia 20/03/2013

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
Coordenador do PPGPOL

*Dedico este trabalho ao **Seinenkai da Associação Cultural e Esportiva Nipo Brasileira de São Carlos** (ACENB/São Carlos), pois tive a felicidade de tornar-me parte deste grupo tão especial, que acolheu-me de bom grado e tornou-me um dos seus membros e parte desta família.*

Com a ajuda do Seinenkai pude não só conseguir estruturar minha vida e constituir uma rede social que foi imprescindível na constituição da corrente pesquisa, mas também permitiu arrefecer a saudade e a distância de minha terra natal.

Realizei este trabalho pensando neste grupo, visando explicar o motivo e as decisões que levaram o Japão – país de origem de grande parte dos antepassados deste Seinenkai – a tomar certas escolhas em seu passado e o que levou a fazer daquele país o que ele se tornou hoje.

Muito provavelmente levantei mais dúvidas do que respostas neste trabalho e tenho certeza que muitas questões ficaram em aberto, mas se ao menos eu consegui despertar a curiosidade e interesse pelo tema do passado político e pela melhor compreensão do Japão, então, esta pesquisa atingiu seu objetivo.

Agradecimentos

Primeiramente devo agradecer a dois amigos que obtiveram suas titulações recentemente. O Dr. em Antropologia, Victor Hugo Kebbe, um exímio japonólogo, que realizou diversas intervenções, sugestões e direcionamento de pesquisa e o Dr. em Ciência Política, Lucas Kerr de Oliveira, que auxiliou-me de forma inestimável e me apontou questões que fazem parte da minha trajetória em estudos asiáticos. Sem a intervenção destes meus amigos a presente pesquisa jamais teria sido realizada.

Meus colegas e amigos Josnei di Carlo Vilas Boas, Aline Hasegawa e Erik Herejk Ribeiro, que fizeram revisões e indicações substanciais que melhoraram sensivelmente a qualidade desta pesquisa. Agradeço também a Profa. Dra. Célia Sakurai que permitiu expandir enormemente meu campo de pesquisa e direcionar questões caras não só a academia japonesa, mas indagar-me sobre quais as vantagens que o meu país esta obtendo com esta pesquisa. Agradeço sinceramente pela paciência que todos estes tiveram em auxiliar-me.

Minha orientadora, Profa. Dra. Maria do Socorro Braga que direcionou questões de caráter metodológico, apontou as minhas limitações e colocou-me em perspectiva acadêmica sobre os objetivos deste trabalho e também ao Prof. Dr. Samuel Soares, do programa da Pós Graduação San Tiago Dantas, que contribuiu na indicação de obras sobre o tema de Relações Internacionais que permitiu colocar o Japão como objeto de análise acadêmica.

Agradeço também a grande ajuda de Ricardo Hideki Nonaka que auxiliou-me na pesquisa de obras em língua japonesa e no auxílio com termos mais complexos. Entretanto, qualquer erro de tradução que por ventura possa existir – e com certeza deve existir – é de minha responsabilidade.

Obrigado a todos do Seinenkai de São Carlos que auxiliaram-me de forma incalculável. Meu senpai, Taiguara Key Sugawara. Meus grandes amigos com quem tive o privilégio de compartilhar a Secretaria de Relações Públicas, Alberto Masahiro Hasegawa, Mariana Kanashiro, Grace Santana e Dóris Kobayashi. Um especial abraço para meus amigos, Alice Akemi Yamamura, Jefferson Yoshio Okawada, Leonardo Sameshima Taba, Shinji Inoue, Caio Kioshi Miyazaki, Nathalia Morgana, Andrew Hideo Kajiyama, Rodrigo Eiji Imaizumi, Thiago Nakano e Caique Castro. Peço desculpas pela ausência dos nomes dos demais, mas todos foram igualmente importantes na realização de meu mestrado e que tenho uma enorme dívida de gratidão para com cada um.

E por fim, meus sinceros agradecimentos aos meus inestimáveis amigos – gaúchos, paulistas, mineiros e de diversas partes deste Brasilão afora – que auxiliaram-me nesta empreitada e tornaram esta empreitada possível, Guilherme Michelin Rodella, Diego Gírio, Charles Hiro Saito, Alex Nakaima, Anderson Yamamura, Ivan Ervolino, Ítalo Passuelo, Thales Bosle Dias, Rafael Matheus Ruaro, Bruno Magno, Rômulo Barizon Pitt, Athos Munhóz, Pedro Brittes, Carlos Gorito, Jéssica Carvalho, Jie Zhu Valls Santos e Vinícius Zhu, Camila Moreira Cesar, Stanley Souza, Camila Souza Pires, José Henrique Robalo e Ma Tien, Ma Hsui, Ma Hui Ling e família.

E especialmente para minha mãe, Cláudia Teresinha Rodrigues, e minha irmã, Mariana Chiarelli, que foram muito atenciosas e que estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis.

E acima de tudo, agradeço a inestimável Universidade Federal de São Carlos, onde tive a honra de ser seu aluno e que me proporcionou conhecer tantas pessoas de tamanho valor e cujo projeto de instituição tornou possível este trabalho.

子曰：「三人行，必有我師焉。擇其善者而從之，其不善者而改之。」

O Mestre disse “Andando a três. [Os dois outros] certamente poderão [ser] meus mestres [em algo]. Escolho aquilo que têm de bom e faço o mesmo, [escolho] aquilo que não têm de bom e o corrijo”.

- Confúcio, Anacleto: Caderno de Shu Er (述而)

Resumo

Este trabalho analisa a capacidade de produção de Cooperação Regional por parte do Estado japonês e as vantagens obtidas através de estratégias de gestão de instituições estatais. Para a realização desta pesquisa, detêm-se acerca de fatores históricos internos e os principais atores políticos que levaram o Japão a constituir-se como agente de Poder Brando. A finalidade última desta pesquisa, atém-se sobre as contribuições da experiência japonesa no campo de cooperação que podem ser de relevância para a diplomacia brasileira e a ampliação do Poder Brando nacional.

Palavras-chave: *Política japonesa, Poder Brando, História da Diplomacia, História do Japão, Cooperação Regional*

Abstract

This paper analyzes the capacity of Regional Cooperation by the Japanese state and the advantages obtained through strategic management of state institutions. For this research, take focus on internal historical factors and key political actors who led Japan's to become a Soft Power agent. The ultimate goal of this research is a timely contribution on the Japanese experience in the field of cooperation that may be of relevance for Brazilian diplomacy and expanding national Soft Power.

Keywords: *Japanese Politics, Soft Power, Diplomatic History, Japanese History, Regional Cooperation*

Observações da banca de defesa

Esta seção serve para elucidar algumas dúvidas de caráter abrangente e conceituais quanto a questões que percorrem neste trabalho. Em primeiro lugar, agradeço enormemente as críticas realizadas pela banca, a Prof.^a Vera Cepeda e o Prof. Samuel Soares, que incentivaram-me a explorar novas facetas que certamente irei desenvolver em futuros trabalhos.

Com isto posto, saliento três indagações de debate que cabem mais ao autor desta pesquisa do que a pesquisa em si, mas considero válida para compreender melhor este trabalho e que possa fomentar outros autores no desenvolvimento de novas pesquisas.

O primeiro ponto se deve a questão do recorte dos elementos que compõe a História do Japão. Geralmente a literatura acadêmica europeia e americana – não excluindo os poucos interlocutores nacionais – retrata o Japão como um resultado do sistema, que explica que aquele país entrincheirou-se para uma vertente imperialista como resultando da expansão sistema capitalista, ou que a reestruturação japonesa e a adoção de um capitalismo avançado foram resultantes de fatores exógenos.

Não ignoro o fato de que as questões de demanda externa tem um impacto voraz sobre o arquipélago, entretanto, a presença da participação de atores internos nipônicos e a sua capacidade de tomar decisões é quase que anulada. Este ponto é sensível visto que quase a totalidade dos japonólogos considera que a história do Japão Moderno iniciou-se com a Restauração Meiji, que explicada única e exclusivamente pela superestrutura não contempla a particularidade daquele país face aos demais países asiáticos.

Porque o Japão realizou sua revolução industrial através de um capitalismo estatal? Porque apenas o Japão, dentre todos os países da Ásia, conseguiu evitar a triste realidade colonial que o continente se encontrava no final do século XIX?

Sem observar a conjuntura política interna, levando em consideração o papel do indivíduo e sua capacidade de tomar decisão dentro do Estado não é possível compreende os fatos.

A própria explicação acerca da ocorrência do evento da Restauração Meiji tem imbricada dentro dela questões estruturais que estavam sobre a opção de seus governantes, ela não necessariamente era uma alternativa provável e nem a mais crível no meado do ano de 1868, contudo, foi a decisão de figuras do gabinete do Imperador Meiji e sua articulação política e intelectual que tornou possível da ocorrência deste fato.

Figuras como o Tokugawa Yoshinobu – o último Shogun – e sua posição de perpetuação isolacionista que considerava a posição do Imperador Meiji deveras audaciosa, pois suas reformas e

projetos de modernização colocava em risco o “espírito e a tradição japonesa”. Se tivesse sido as forças Shogunais há terem vencido a batalha de Satsuma¹, o invés das forças Imperiais, provavelmente o Japão teria seguido o trágico destino que os demais países vizinhos do continente e se tornado uma colônia americana, francesa ou inglesa.

A inclusão de alguns nomes nesta obra para retratar a História daquele país tem como objetivo demonstrar que os japoneses também constroem a sua história e não estão a mercê de um sistema que originou-se em outro canto do planeta. Fukuzawa Yukichi, Yamagata Aritomo, Ito Hirobumi, Yoshida Shigeru, Fukuda Yasuo, além de outros são exemplos de personalidades que mudaram o rumo do país e que se não observados sua conjuntura e consideração de valores poderá nos levar a interpretações vagas quanto ao curso que o Japão adotou.

Novamente, não se advoga que o sistema econômico internacional não seja importante, mas ler o Japão no sentido de que sua história se move através dos meios de produção é afirmar que os japoneses não fazem História, escolher estas figuras – um reduzido número de um universo de nomes que certamente é muito maior – é salientar que o Japão constrói seu próprio caminho.

O segundo ponto que destaca-se nesta obra é a discussão sobre Teoria de Relações Internacionais, onde muito se identificou a capacidade de produção de Poder Brando no Japão – onde Nye salienta que através do estudo de caso deste país e que foi possível cunhar esta expressão – contudo a terminologia necessita de constante melhoramento e desenvolvimento para melhor se adequar em cada caso, seja para o estudo do Poder Brando no Japão, seja para a aplicação do Poder Brando no Brasil.

A realidade destes dois países são muito distintas entre si, tanto histórica, cultural ou econômica. O que se trata neste trabalho não é um estudo comparado – que mudaria a natureza desta pesquisa – mas de dar ênfase na trajetória históricas e nos objetivos observados pelo ator observado, o Japão, e salientar os resultados obtidos por estas decisões. A semelhança existente na realidade japonesa e brasileira está justamente nos objetivos, que são de ampliar a capacidade de participação da esfera política regional em seus respectivos continentes, são constituírem uma figuração de ameaça e demonstrarem ser parceiros interessantes para encabeçar – ou fomentar – parcerias regionais, visando ampliar e aprofundar a Multipolaridade que vem se fortalecendo no final do século XX.

Contudo, a dúvida que se coloca é: que tipo de instituição que o Japão consagrou na Ásia

1 Esta passagem pode ser observada no filme *O Último Samurai*, com a participação de Tom Cruise, entretanto o protagonista da história esta defendendo os valores tradicionais e conservadores, lutando contra os progressistas que lutavam em nome do Imperador. A anedota para nós, brasileiros pode parecer esquisita, pois para nós, é o Império quem representa os valores conservadores, mas durante este período a luta ocorria entre os senhores feudais (Shogun) e a elite política que pregava mudanças internas (figurada pela representação do Imperador).

que possa validar uma esfera de cooperação regional, assim como ocorre no caso da União Europeia ou até no embrionário caso da UNASUL? A resposta a esta questão não está no resultado final, mas no processo adotado pelo Japão para estreitar suas parcerias – comerciais ou diplomáticas – que são calcadas através de estratégias de cooperação, fomento e investimento, gerido sempre através de instituições estatais, esta é a natureza que assemelha o Japão (através do banco de fomento, o JBIC ou de agências de cooperação, via JICA) do Brasil (que possui semelhanças institucionais com o país asiático através do BNDES e da ABC).

Se há alguma experiência que pode-se salientar do caso japonês, não é a consagração dos blocos regionais – visto que a Ásia possui muito mais disputas de influência que a América do Sul – mas pela estratégia adotada pelos nipônicos, que se diferencia do modelo chinês ou indiano.

A terceira e última observação deste trabalho é, sem dúvida a de menor caráter acadêmico mas que possuiu uma questão de cunho político importante: apesar desta pesquisa ser sobre o Japão – abarcando sua história, cultura e economia – este tem como objetivo sanar problemas caros ao Brasil.

A intenção de compreender o comportamento de um Estado estrangeiro é observar como aquele ator político elencou a sua prioridade de recursos e de que modo sanou questões próprias. Este trabalho não se destina ao Japão pois, mesmo que assim este o fosse, esta pesquisa foi realizada no Brasil, com recursos brasileiros, por um pesquisador brasileiro e dentro da academia brasileiro, que possui prioridades distintas – mas não tão distantes – da academia japonesa.

É por esta razão que ao longo deste trabalho será realizado – dentro da medida do possível – alguns paralelos entre Brasil e Japão, numa forma de contextualizar e salientar o motivo de se estar estudando o Japão, é de aprender com os outros a maneira de resolver nossos próprios problemas.

Agradeço desde já a atenção e desejo uma boa leitura.

João Rodrigues Chiarelli

SUMÁRIO

TABELA DE SIGLAS	pg. 11
INTRODUÇÃO	pg. 13
1. Discussões acerca de Teoria de Cooperação Regional	pg. 27
1.1. Questões Fundamentais	pg. 28
1.1.1. Discussão da área de relações internacionais no Japão	pg. 29
1.1.2. Constituição de blocos regionais: um contexto	pg. 34
1.2. Acerca da Teoria de Cooperação Regional	pg. 37
1.2.1. A Escola Institucionalista como Critério de Análise	pg. 38
1.2.2. Neo Institucionalismo e as decisões governamentais	pg. 41
1.2.3. Teoria de Interdependência Complexa	pg. 42
2. Histórico da Cooperação Regional na Ásia	pg. 45
2.1. O Japão antes da Restauração Meiji	pg. 46
2.2. A Restauração Meiji como resposta institucional	pg. 49
2.3. Modernidade e Pan Asianismo	pg. 54
2.4. Desavenças com o Ocidente	pg. 57
2.5. Pós Guerra e o “Retorno para a Ásia”	pg. 63
2.6. Contexto atual da política japonesa	pg. 67
2.7. Desfecho histórico	pg. 70
3. Adoção do Poder Brando como política externa	pg. 71
3.1. História da adoção do Poder Brando: sua origem	pg. 72
3.2. Modelo via Investimento em Infraestrutura	pg. 78
3.2.1. Concentração em investimentos regionais	pg. 80
3.2.2. Infraestrutura e cooperação asiática	pg. 83
CONCLUSÃO	pg. 90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	pg. 98

TABELA DE SIGLAS

- ABC** – Agência Brasileira de Cooperação
- ADB** – *Asian Development Bank* (Banco de Desenvolvimento Asiático)
- ALADI** – Associação Latino Americana de Integração
- ALTID** – *Asian Land Transport Infrastructure Development* (Desenvolvimento de Infraestrutura Terrestre Asiática)
- APEC** – *Asian Pacific Economic Cooperation* (Cooperação Econômica da Ásia Pacífico)
- ASEAN** – *Association of South East Asian Nations* (Associação de Nações do Sudeste Asiático)
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BRICS** – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul [África do Sul foi oficialmente incluída em 14 de abril de 2011]
- CTBT** – *Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty* (Tratado Amplo de Proibição de Testes Nucleares)
- GAP** – *Guaranteed Asset Protection* (Proteção de Ativos Garantida)
- GIF** – *Global Infrastructure Fund* (Fundo Global para Infraestrutura)
- IIRSA** – Iniciativa de Integração Regional Sul Americana
- JBIC** – *Japanese Bank of International Cooperation* (Banco de Cooperação Internacional do Japão)
- JICA** – *Japanese International Cooperation Agency* (Agência de Cooperação Internacional do Japão)
- JEMIS** – *Japan Emigration Service* (Serviço de Emigração do Japão)
- JEXIM** – *Export-Import Bank of Japan* (Banco de Importação e Exportação do Japão)
- JSDF** – *Japan Self Defence Forces* (Forças de Auto Defesa do Japão)
- MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul
- MOFA** – *Ministry of Foreign Affairs [of Japan]* (Ministério de Relações Exteriores [do Japão])
- NIC** – *Newly Industrialized Countries* (Novos Países Industrializados)
- NPT** – *No Proliferation Treaty [Nuclear Weapons]* (Tratado de Não Proliferação [de Armas Nucleares])
- ODA** – *Official Development Assistance* (Assistência Oficial para o Desenvolvimento)
- OEA** – Organização dos Estados Americanos
- OEEC** – *Organization for European Economic Cooperation* (Organização para Cooperação Econômica da Europa)
- OECD** – *Organization for Economic Cooperation Development* (Organização para a Cooperação

Econômica e Desenvolvimento)

OECD – *Oversea Economic Cooperation Fund* (Fundo de Cooperação Econômica para o Exterior)

OMC – Organização Mundial do Comércio

OTCA – *Oversea Technical Cooperation Agency* (Agência de Cooperação Técnica para o Exterior)

PDJ – Partido Democrata do Japão

PIB – Produto Interno Bruto

PLD – Partido Liberal Democrata [do Japão]

RPC – República Popular da China [China Continental]

RPDC – República Popular Democrática da Coreia [Coreia do Norte]

RC – República da Coreia [Coreia do Sul]

SAR – *Self Administrative Regions* (Regiões Autônomas [da China Continental])

SIDA – *Sweden International Development Assistance* (Assistência Internacional para Desenvolvimento da Suécia)

UNASUL – União das Nações Sul Americanas

UNCTAD – *United Nations Conference on Trade and Development* (Conferência para o Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas)

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização para a Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas)

USAID – *United States Agency for International Development* (Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos)

WB – *World Bank* (Banco Mundial)

INTRODUÇÃO²

A atual pesquisa reside no fato de destacar os mecanismos que o Japão utilizou para ampliar sua capacidade de influência sobre os países vizinhos e em conjunto, será apresentado – naquilo que for possível e compatível – as decisões institucionais e políticas que podem ser mimetizadas pela Brasil. Para isto, será levado em consideração as particularidades e especificidades do país asiático e salientar quais são os fatores que podem ser úteis ao estado brasileiro.

A atual pesquisa tem como objetivo levantar a questão de se é possível um país ascender à condição de Potência – Potência Regional para ser mais específico – calcado na sua capacidade de assegurar-se como um Poder Brando regional (*Soft Power*). Tendo como prerrogativa a observação da história como fator determinante para a relação entre a Potência e os países em seu entorno e quais foram as instituições concebidas para viabilizar a constituição dos interesses nacionais sobre o continente.

Desta forma, será elencado como objeto de estudo o Japão e a sua relação com os países asiáticos, apontando com este país buscou sanar questões nacionais no plano internacional e apontando a história das relações externas daquele país. Tendo sempre em vista os limites da diplomacia e das instituições devido aos fatores históricos regionais, tentando trazer ao debate como o Japão buscou ampliar sua inserção sobre a Ásia e apontar as vantagens e limites das escolhas institucionais para a experiência brasileira e a busca deste país em sua ampliação de influência sobre a América do Sul.

Tratando da atuação do Japão em sua inserção sobre a Ásia, destacando pontos, estratégias e decisões que levaram o país em busca de ampliação de poder sobre a região. Observando as medidas tomadas e escolhas elencadas, sejam por atores internos ou por pressões externas, buscou-se explicar o que torna o Japão uma das mais influentes nações sobre a Ásia do Leste seus entornos.

Como explicar a disparidade perante seus vizinhos, pois, o país do arquipélago é carente tanto em matéria-prima quanto pelo seu contingente populacional, até mesmo sua posição geográfica não o favorece, pois seu isolacionismo não só ocorre somente pela distância geográfica

2 Gostaria de agradecer a colaboração de Ricardo Hideki Nonaka, Mestre em Estatística pela UFSCar, São Carlos/SP, bolsista CAPES pela revisão da minha tradução e auxílio na língua japonesa, além da importante ajuda na pesquisa no site da Biblioteca da Assembleia Nacional (国立国会図書館 *Kokuritsu Kokkai Toshokan*). Acessível no site <<http://www.ndl.go.jp/index.html>>, cuja corrente pesquisa não seria possível. Também ressalto que todos os nomes grafados em língua japonesa são de minha responsabilidade, assumo todo erro ortográfico que por ventura possa estar presente neste trabalho. Também nota-se que os termos em língua japonesa serão gravados tanto pela sua forma falada – com a utilização do alfabeto latino – quanto pelos ideogramas nipônicos, a fim de não incorrer em referências errôneas e facilitar a pesquisa para os termos em seu original.

das Grandes Potências assim como a distância histórica do Japão com as mesmas.

Desta forma, entender o Japão é entender como a Ásia é influenciada por um dos seus mais exponents atores, não ignorando a presença chinesa nem mesma a participação de outras nações, entretanto no final do século XIX até a metade do século XX foi o Japão, e não a China quem imprimiu seu poder sobre o continente, logrando a corte de Pequim uma condição periférica numa região em que tradicionalmente exerceu influência – através de vassalagens, reconhecimento de suseranatos e domínio – por mais de vinte séculos.

Segundo Hobsbawm (2002), o século XXI será marcado pela hegemonia asiática, quando este continente resgata – após mais de cinco séculos de supremacia do Ocidente – sua condição de centralidade mundial, concomitantemente a eventos que demonstram o declínio relativo da Europa. A experiência dos povos asiáticos em solver questões locais – tais como redução de assimetrias, ampliação de investimentos e mecanismos de coordenação conjunta entre Estados. São questões valiosas para o Brasil, que pois estamos buscando nos últimos anos vem ampliando sua disseminação e capacidade de influência.

Com isto posto, levanta-se dois pontos cruciais da relevância dos estudos sobre Ásia no campo da Ciência Política e Relações Internacionais: Em primeiro lugar, a difusão e desenvolvimento das teorias de Estudos Comparados valida-se cada vez mais como um modelo de estudos, abrindo o horizonte de análises para direção ao leste, visto que muitos destes países vem buscando soluções para problemas que países emergentes sul-americanos também vem passando.

Em segundo lugar, salienta-se a necessidade de ampliar a compreensão sobre as relações de valores e poderes na Ásia. Arrighi em sua tese dos Ciclos Hegemônicos destaca que estamos vendo o prelúdio da queda da América e a ascensão da hegemonia asiática, algo que para o próprio historiador coloca em dúvida sua afirmação de “ascensão sínica”, quando na verdade há uma “reascensão sínica”, visto que a China configurava-se como hegemom regional sobre a Ásia até o século XII, quando Beijing cai sob o domínio dos Mongóis, estabelecendo assim a Dinastia Yuan, que reconfigura o Império para o interesse expansionistas dos povos do norte e a fragmentação dos territórios conquistados – contrariando o princípio da centralidade de poder instituído.

A China entra em declínio de poder durante a Dinastia Yuan (1279-1368) só é revertido durante a Dinastia Ming (1368-1644) que permite a China um desenvolvimento tal sem precedentes no Ocidente, seja pelas suas condições militares, econômicas e tecnológicas. Hobsbawm (2002) afirma que a China esta em curso da Revolução Industrial com quase um século antes que a Inglaterra. As mudanças preconizadas pela Dinastia Ming colocava em xeque a ordem de poderes internos, a burocracia e a aristocracia estavam cada vez mais enfraquecidas pelo surgimento de uma

classe comerciante em crescimento e pelas regulações dos sistemas de mercado.

A crise instaurada pelo conflito entre os Mings e as demais cúpulas de poder levou ao trono os Manchus que iniciaram a Dinastia Qing (1644-1912) que bloqueou todos os desenvolvimentos e conquistados até então e pela segunda vez, a China vê-se subjugada por forças externas que em um curto período de tempo ultrapassaram as capacidades de poder do Império.

O que se argumenta aqui é o fato de que a China – e a Ásia – por diversas vezes ao longo da história estiveram em condições de vantagens sobre o Ocidente. Como afirmou Theodoro Roosevelt “a era do Atlântico encontra-se em seu auge e logo terá esgotado os recursos à sua disposição. A era do Pacífico, destinada a ser a maior de todas, está apenas alvorecendo”. A era do Atlântico foi liderada pela Europa e depois pela América. A era do Pacífico será liderada pela China (KHANNA, 2008).

Então, por que se faz a necessidade de um estudo sobre Japão e não sobre China, visto que esta será – conforme a leitura destes analistas – a nova Hegemonia do século XXI? Pela medida em que afirma Nye, em que o Japão e sua expansão no final do século XIX preconizou o retorno da Ásia aos temas de debate internacional como um ator capaz de propor ações e não ser apenas um agente passivo das disputas Ocidentais. A entrada do Japão no “clube dos oito” demonstra uma ação simbiótica entre Ocidente e Oriente, Ozawa descreve que o papel do Japão para a nova era é ser esta ponte de mediação entre a Antiga Ordem Ocidental (América e Europa) em relação a nova potência regional, a China.

Entender o Japão, numa conjuntura de interesses internacionais – sem esquecer-se das próprias ambições brasileiras – é lidar com um mediador do Oriente. Sob este ponto de vista, o Japão exerce sua influência sobre o principal palco de centralidade dos jogos de poder deste século que se inicia, pois para entendermos o futuro faz-se necessário entender o passado e por esta razão é que tal pesquisa terá sempre como um de seus fundamentos os acontecimentos da história, assim as narrativas de eventos podem servir como base para a compreensão do futuro.

Se o Brasil, como aspirante a Potência Regional – ou Potência Média, conforme a literatura busca conceituar – e buscar algum grau de influência sobre o globo, não pode o país estar a parte dos acontecimentos e nem dos jogos de poder que ocorrem na próxima zona de disputas hegemônicas deste século. A atuação do Japão como um dos principais atores globais e da Ásia é importante para compreendermos quais as estratégias das Grandes Potências na busca por influência e como está disposto o cenário de interesses naquele continente.

Não esquecendo-se de que cada vez mais o Brasil é chamado para participar de questões críticas nos interesses de poder na Ásia, como foi visto na questão do desenvolvimento de energia

nuclear iraniana³; na abertura da embaixada brasileira em Pyongyang, sendo o único país de todo o continente americano a ter embaixada na Coreia do Sul e Coreia do Norte; e no envolvimento na reconstrução de Timor Leste, através do envio de funcionários e recursos para a nova nação. Não se pode negligenciar que, com o apoio brasileiro, foi possível que a China pudesse tornar-se um membro da OMC e que a partir do ano de 2009, aquele país se tornou o segundo⁴ maior parceiro comercial do Brasil, suplantando os Estados Unidos, sem contar que o Brasil é o maior receptor de ajuda subvencionada (Assistência Oficial para o Desenvolvimento, ou ODA) japonesa nas Américas e figura entre os dez maiores receptores de investimento desta natureza ao longo dos últimos trinta anos.

Por estas e outras razões, é importante ao Brasil conhecer melhor o continente asiático, para entender quais são os interesses e principais atores na região. Além de entender a história da diplomacia japonesa e as subsequentes decisões políticas, esta pesquisa salienta também os modos pelos quais aquele país optou para angariar poder sobre seus vizinhos. Esta justificativa não implica qualquer possibilidade de que o Brasil venha porventura a escolher medidas hostis e imperialistas tal qual o Japão no final do século XIX até 1945. Pelo contrário, ela serve para destacar quais são as limitações diplomáticas japonesas (e brasileira, visto as intervenções históricas no Prata e no Paraguai) que perpetuam até hoje – em decorrência de seu histórico militarista – e elucidar as medidas adotadas pelo país do arquipélago na sua estratégia de uma relação baseada unicamente pela sua capacidade de Poder Brando (*Soft Power*), mesma estratégia que o Brasil vem utilizando para se consagrar como Potência.

A ascensão do Japão como potência regional através de sua estratégia de difusão perpetrada através do Poder Brando pós-Segunda Guerra Mundial é um estudo de caso interessante ao Brasil, visto a semelhança conceitual entre a diplomacia japonesa e brasileira e visto que o país sul-americano também amplia sua capacidade como Potência Regional calcada na difusão de ideias de cooperação e assistência.

A segunda pergunta que se lança nesta questão é se é possível um país ascender à condição de Potência Regional única e exclusivamente calcado na capacidade de Poder Brando. A necessidade de estudar as estratégias adotadas e medidas tomadas na constituição de difusão de interesse sobre a Ásia – que será tema no terceiro capítulo – tem como objetivo analisar esta

3 Como cita Amorim (2010), sobre o interesse do Brasil na defesa do desenvolvimento da energia nuclear iraniana, para fins pacíficos, visto que estamos almejando ampliar o nosso programa nuclear – que também tem fins pacíficos – além de sermos, em conjunto com a Argentina, um dos principais vendedores de material nuclear para o país asiático.

4 O primeiro é a Argentina.

questão.

Neste íterim de premissas históricas, tendo como centralidade as decisões e as medidas adotadas pelo governo de Tóquio quanto a sua afirmação como *hegemon* asiático, tem como medida de governo a adoção de uma agenda de difusão através da constituição de cooperação técnica com o objetivo de ampliar o seu mercado consumidor e a capacidade de suprir as demandas de seu setor fabril.

Para isso, a proposta é realizar dois recortes históricos, o primeiro em que o Japão é impulsionado por questões internas e externas para ampliar sua influência sobre a Ásia através de mecanismos fortes e a segunda através de modelos institucionais intragovernamentais, tendo sempre como objetivo a capacidade de difusão de influência dos interesses do Estado japonês sobre a região em que está inserido: a Ásia do Leste, destacando as duas fases de expansão econômica:

- A primeira, forjada logo após a Restauração Meiji em 1868 calcada na expansão territorial e na ampliação da extração de recursos face às ameaças das potências ocidentais que perdurou até o término da Segunda Guerra Mundial. Cabe também debater as decisões políticas que definiram o modelo de Estado do país;
- A segunda, iniciada após 1954 com o Tratado de São Francisco, sendo consolidada apenas em 1972 quando as instituições de fomento, tais como a JICA e os investimentos em ODA⁵ terão centralidade na política diplomática do Japão. Esta fase se destaca pela centralidade das instituições de fomento, através de programas de assistência técnica e de investimentos governamentais em setores estratégicos no exterior, para impulsionar o desenvolvimento da economia japonesa.

O conceito de Poder Brando, que será utilizado neste trabalho, se refere a habilidade de influenciar o comportamento de outros atores a agirem em defesa de seu interesse. Entre nações o convencimento pode ser gerado pelo convencimento ou pela coação. Neste caso, o Poder Brando (*Soft Power*) é um conceito cunhado por Nye (2009) que destaca que um país pode gerar

5 ODA é uma espécie de recursos empregado pelos membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cuja finalidade tem de tornar viável meios de prosperidade e melhoramento dos países do terceiro mundo. Originalmente concebida como Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OCEE) criada em 1961, para a finalidade de implementar e distribuir os recursos estipulados pelo Plano Marshall como um meio de mitigar a ofensiva comunista na Europa. Teve seu título alterado para poder contemplar outros países não europeus, em destaque, o Japão. Muito se destaca a importância dos investimentos de cooperação fornecidos pelos Estados Unidos como uma das principais causas da rápida recuperação econômica do próprio Japão e o papel importante da OCDE na formulação de uma futura Comunidade Europeia.

convencimento através de mecanismos não convencionais, geralmente ligados a questões de propagação de valores, seja pela difusão da democracia, inclusão racial, desenvolvimento e progresso ou outros fatores que possam gerar difusão entre Estados.

O Poder Brando para a diplomacia brasileira possui importância no obstante em que realizamos a ampliação de nossa capacidade de cooperação e assistência para países latino americanos e africanos. Uma das instituições que tem possibilitado a efetivação das capacidades de cooperação brasileira é o BNDES que, nesta última década realizou investimentos e empréstimos em países no exterior, tais como o porto de Mariel em Cuba; o aeroporto de Nacala em Moçambique⁶; financiamento do gasoduto Brasil-Bolívia; desenvolvimento do setor de etanol em Guiné Bissau e outros projetos.

Esta capacidade de investimentos não só promovem uma melhor relação entre o Brasil e as nações investidas e uma significativa capacidade de difusão de interesses nacionais, como também promovem a capacidade comercial brasileira tal como salientado pelo próprio Banco de Fomento:

O BNDES aprovou dois financiamentos, no total de até US\$ 194,6 milhões, para que a Construtora Norberto Odebrecht S.A. realize exportações de bens e serviços para a Venezuela. A empresa participará de dois projetos: a expansão do metrô de Caracas e a realização de obras de irrigação no noroeste do país. As exportações serão feitas no âmbito do programa Pós-Embarque, na modalidade *buyer credit*, pela qual o financiamento é realizado para o importador dos bens e serviços, no caso a República Bolivariana da Venezuela. As operações integram o esforço do governo brasileiro em promover a competitividade dos produtos nacionais, ao mesmo tempo em que favorecem a integração econômica dos países da América do Sul.⁷

Esta medida é semelhante a estrutura institucional adotada pelo Japão, iniciada no final da década de 1960, quando o mesmo iniciou o repasse de compensações de guerra numa forma de minimizar o custo diplomático perante seus vizinhos. Ao longo do tempo, uma série de instituições foi criada para gerir estes recursos – descritos por Arrighi como “meios de pagamento”. As instituições de maior importância para a realização destes investimentos é a JICA, responsável pelos programas de assistência técnica e treinamento, e o JBIC, banco de fomento que viabiliza a concessão de créditos e empréstimos para empresas nacionais no exterior ou perante governos estrangeiros, da mesma forma como o BNDES vem adotando hoje em dia.

Estas medidas – tanto as medidas japonesas de cooperação técnica quanto créditos para

6 Macauhub. Fonte: <<http://www.macauhub.com.mo/en/2012/09/04/nacala-airport-in-mozambique-due-to-start-operating-in-2013/>>

7 BNDES. Fonte: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2004/20040406_no_t768.html>

ações no exterior – quanto aos programas de investimento brasileiro demonstram a semelhança conceitual quanto a diplomacia destes dois países, isto é, a adoção do Poder Brando como ponto central da política externa calcado através de programas de cooperação e assistência técnica.

A forma oposta – ou complementar ao processo no processo de constituição de influência – é o Poder Tradicional (*Hard Power*), que gera convencimento pela coerção, através do uso aparatos ostensivos, bélicos que prezem pela contenção da ação de outros atores pela existência de meios militares ou por constrangimentos financeiros. Nye ressalta que toda Grande Potência precisa legitimar-se tanto pelo uso do Poder Brando quanto pelo Poder Tradicional, visto que ao mesmo tempo necessita demonstrar ter potência de ação e conter ameaças e ao mesmo tempo, apaziguar qualquer sinal de ameaça contra outra Nação.

Entretanto, antes de dar sequência ao objeto e esta pesquisa, é necessário destacar ao leitor três premissas que serão fundamentais no transcorrer deste trabalho. A *primeira*, que se evidencia no próprio título desta pesquisa, o projeto de inserção do Japão na Ásia sofreu diversas mudanças de estratégia e abordagem ao longo desses anos. Partindo de um projeto de expansão militarista e aquisição territorial, visto que a mentalidade colonial era uma prerrogativa imprescindível de todas as grandes potências daquele período, perpassando por outras discussões que levam a adoção de meios brandos como propagador de interesse do Estado.

A *segunda* premissa, que não é tão evidente, mas é de extrema importância, é o fato de que o Japão não é o único país a buscar a constituição de projetos de cooperação no continente asiático e seu projeto também não é consensual na região, mas se destaca pela inovação do uso dos meios empregados⁸ e pela sua eficácia em realizá-lo. Outros países também apresentam projetos de inserção no continente e neste caso se destaca com grande importância a China Continental⁹ ou do

8 Nisto me refiro aos “meios de pagamento” descrito por Arrighi. Estes “meios de pagamento” de fato são as aplicações da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (*Official Development Assistance* - ODA) como forma de promover os interesses do estado japonês em países estrangeiros. Para um país ser contemplado com o programa de assistência – ODA – este deve observar uma série de prerrogativas. Tal salvaguardas e diretrizes podem conduzir ou políticas econômicas ou direcionar a defesa de interesses japonês na arena internacional. Todos os membros da OCDE aplicam os ODA em países em desenvolvimento, resultado de diversos deliberações realizadas pela UNCTAD. E cada membro da OCDE possui uma agência reguladora, a agência japonesa que avalia e aplica os ODA em países estrangeiros é a JICA (*Japanese International Cooperation Agency*), os Estados Unidos possuem sua própria agência avaliadora destes recursos (USAID), assim como a Suécia (SIDA) e outras nações que também são membros da OCDE. Entretanto, o que Arrighi destaca em sua obra é a forma bem sucedida que o Japão encontrou na utilização de ODA numa forma que conseguiu não só promover o desenvolvimento de sua própria economia – criando condições de que indústrias japonesas tivessem acesso a matéria-prima e mercado consumidor cativo na Ásia e em algumas partes da América do Sul – mas também conseguiu reverter a imagem negativa que o país possui logo após o término da Segunda Guerra. Estas questões foram tema da monografia: *Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) como ferramenta política: Mecanismos de integração regional* (CHIARELLI, 2009), acessível através do link <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18433>>.

9 Seja através da adoção da agenda de segurança coletiva consagrada no plano da Organização de Cooperação de Shanghai (OCS) ou que atendam a interesses bilaterais, em especial no que tange a região do nordeste do continente e a segurança com a região nordeste do país (Manchúria) e sua relação com os países da península coreana. Ressalta-

sudeste asiático¹⁰ apresentam projetos de cooperação que são por vezes concorrentes, conflitantes ou competidores diretos dos projetos propostos pelo Japão. Entretanto, isto não quer dizer que tais países também não possuam projetos consonantes e formulações harmônicas, a busca pela instauração de um sistema de cooperação na região da Ásia-Pacífico esta imbrincada diretamente a constituição de capacidade de influência sobre a própria região, questão esta que não deve ser esquecida quando analisamos os casos da constituição de um projeto de integração para a América do Sul.

No entanto, esta pesquisa não se pretende ser um estudo comparado entre Ásia e América do Sul e seus respectivos processos de integração. A finalidade deste trabalho é salientar as estratégias adotadas na ásia – observando a conduta de um de seus atores centrais – o Japão – e destacar as similitudes conceituais da diplomacia daquele país perante as estratégias de integração adotadas pelo Brasil na América do Sul.

A proposta desta discussão é definir se o modelo de ascensão japonesa como Potência Regional calcada pelo modelo de Poder Brando é viável e quais foram os passos adotados por aquele país.

Já o modelo de cooperação regional, é um modelo em que os Estados membros buscam definir regras comuns em um único segmento, em geral no setor de comércio ou alfândega, como ocorre no MERCOSUL ou na ASEAN, onde os Estados membros destas instituições possuem independência absoluta ou quase nenhuma relação com com a instituição em que está vinculado nos temas não contemplados.

Desta forma, ao se referir sobre a questão da UNASUL e MERCOSUL é importante salientar que ambas as instituições possuem modelos diferentes com objetivos diferentes e, a princípio, estas instituições tendem a formar um processo de cooperação regional, visto que ambas contemplam segmentos específicos da agenda política externa de seus associados. Visto que a UNASUL contempla apenas propostas de segurança e estabilidade regional, o MERCOSUL possui o objetivo de definir aspectos tarifários e alfandegários.

se que um dos maiores parques industriais do país está instalado nessa região. Outro fato também de relevância, é a postura que o governo chinês vem dando aos investimentos em infraestrutura, em especial na região do Sudeste Asiático, que tendem não só a potencializar o desenvolvimento de uma região muito pobre do país, mas também integrar os mercados desta região com os países do Sudeste Asiático. O projeto do Rio Mekong, a Highway da Ásia e o fomento à constituição de uma malha férrea que interligue os países da ASEAN com o mercado chinês são de importância estratégica para o país.

10 Através da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) cujo principal caráter é a relação aduaneira entre seus membros e processos de mediação de conflitos através de fóruns de diálogos multilaterais. É importante frisar que, nos últimos anos, a ASEAN vem estabelecendo acordos de reduções tarifárias com Japão, China e Coréia do Sul e o volume de investimentos japoneses na região levou a este país ter vantagens comparativas perante os outros parceiros asiáticos, visivelmente observado pelo acordo de livre circulação de mercadorias assinado entre Japão e Tailândia e outros países vitais no Sudeste Asiático.

Entretanto a cooperação entre as nações gera um processo de interdependência, adotando o princípio de interdependência complexa, que percebe o desenvolvimento econômico e a relação entre nações como fatores integrados entre ofertantes de materiais, produtores e consumidores (KEOHANE, 1984), onde os ganhos relativos são distribuídos entre seus membros, muito diferente da constituição de um processo de domínio, onde a exploração e ganho da Metrópole sempre são preponderantes entre as demais partes, sendo uma falácia admitir que a formulação de “blocos regionais” geram, intrinsecamente, uma hegemonia de um ou poucos atores internacionais¹¹. Por exemplo, é muito difícil perceber, tanto na esfera política quanto diplomática, que países como Portugal ou Itália tornaram-se “colônias” ou “estados subalternos” da Alemanha¹² após a constituição da União Europeia, este ponto é válido não só na discussão de cooperação e integração na Ásia do Leste quanto na própria América do Sul.

E o terceiro ponto, que retoma ao título desta pesquisa e torna-se um objetivo a ser concretizado ao longo desta explanação é o fato de que, apesar de ter como objeto de estudo um país estrangeiro situado em terras distantes, esta pesquisa se dedica a compreender e trazer melhoramentos para a *diplomacia brasileira*, partindo da premissa que compreendendo outras realidades e ver como os outros resolvem seus problemas, leva-nos a encontrar meios para sanar nossos próprios anseios¹³.

Com isto posto, adentra-se na questão propriamente dita quanto ao objetivo desta pesquisa: quais os mecanismos que o Japão utilizou para ampliar sua capacidade de influência sobre o continente, mais propriamente no contexto contemporâneo no final do século XX até os dias de hoje. Desta forma, a pesquisa será dividida em quatro capítulos, abarcando em primeiro lugar a discussão da teoria de cooperação e integração regional e sobre estudos de teoria em relações internacionais na Ásia.

O segundo capítulo será um recorte histórico destes processos e seus desdobramentos,

11 Importante destacar que o termo que existem três tipos de atores no plano internacional; os Estados por excelência, que competem a representações de interesses nacionais que são definidos pelo monopólio do uso da força e pelo reconhecimento de outros Estados nacionais do exercício da soberania em seu território; as Organizações Internacionais, que são formadas pelo conjunto de Estados nacionais, possuindo ou não capacidade normativa sobre seus membros, tendo como principal papel definidor a capacidade de definir interesses conjuntos de seus membros e; os grupos Transnacionais, que são manifestações da sociedade civil organizada e que atuam por interesses próprios tendo ou não respaldo de Estados nacionais. Estes grupos Transnacionais podem ter fins lucrativos – assim como as empresas transnacionais – ou não – como são conceituadas as Organizações Não Governamentais.

12 Coudenhove Kalergi argumenta em sua obra *Pan Europa (1944)*, que a única maneira de solucionar as disputas entre Nações na Europa, faz-se pela necessidade de criação de instituições que lidem com as disputas de poderes entre os povos Europeus e apaziguar aspirações nacionalistas que levam os povos ocidentais as conflagrações recorrentes.

13 De acordo com os princípios legais da União das Nações Sul Americanas (UNASUL), há um precedente constitucional que visa, ao longo prazo, a constituição de uma integração econômica, social e legal dos países da América do Sul.

resgatando o princípio de *path dependency* e o peso das relações históricas destes países. No capítulo 3 será relegada a questão da análise de projetos em curso no continente asiático, avaliando seu impacto, interesses e projeções futuras para, no capítulo 4 trazer a discussão da forma como o Japão vem empregando seus recursos para ampliar e constituir um projeto de concertação econômica regional como um modelo viável para a elaboração do projeto de cooperação regional na América do Sul e o próprio propósito da UNASUL neste contexto.

O primeiro capítulo busca compreender os motivos que levam a este país a tomar medidas de cooperação regional e todas as implicações que essa estratégia acarreta. Para realizar essa análise será utilizada a teoria Neo Institucionalista, com destaque na obra de Joseph Nye e a sua discussão sobre a importância do Poder Brando na diplomacia japonesa e a utilização da vertente Neo Funcionalista para abarcar questões teóricas de cooperação e integração regional. Importante ressaltar que a premissa Neo Institucionalista analisa que instituições – ordenadas por formulações racionais advindos do desenvolvimento da burocracia (num resgate da teoria weberiana) – tem por suas análises, entre outras dimensões, a capacidade de realização de proposições das instituições e como estas se comportam como atores políticos.

No decorrer desta pesquisa, no segundo capítulo, serão realizados alguns recortes históricos dos processos de cooperação na Ásia, tentando criar um esboço das dissonâncias e divergências dos projetos adotados até então, visto que projetos de integração retomam a idade clássica no continente, que pode ser compreendido no período da Dinastia Qin que retoma o século II A.C., em especial pela instauração do Sistema Tributário¹⁴ entre as nações. Entretanto, teoremas e discussões sobre um sistema que transpassa-se uma concertação de interesses nacionais somente toma fôlego no final do século XIX com a propagação dos ideias do Pan-asianismo¹⁵ influenciados pela obra de Richard Coudenhove-Kalergi no início do século XX.

Esta regressão é necessário por dois motivos, a primeira para demonstrar que a discussão

14 O sistema tributário do Império chinês era um mecanismo de controle e de contenção de hostilidades regionais, numa forma da Corte de Nanking de inibir conflitos em suas fronteiras. Os reinos asiáticos pagavam um tributo ao Imperador da China e em troca estes reinos eram agraciados com títulos e notas de reconhecimento de autoridade central, além de poderem realizar importações e comércio de produtos importantes na região. Nota-se que as obras filosóficas, tanto aquelas de influência confuciana quanto as de influência budista, foram disseminadas no continente através desta prática. Em geral, os reinos do nordeste do continente e alguns reinos do sudeste asiático pagavam tributos a corte imperial. O Japão, devido as mudanças abruptas de poder e constante conflagração, por vezes saía da esfera de influência chinesa e por vezes rivalizava por expandir seus interesses sobre algumas ilhas da costa chinesa. Nisto, destaca-se visivelmente a incorporação do Reino de Ryukyu (atual Okinawa) ao domínio japonês e as constantes escaramuças com os reinos de Silla e Goguryeo na península coreana no século XVI e XIX.

15 O Pan-asiatismo é uma teoria que sugere a união militar e política das nações asiáticas face a expansão imperial das potências ocidentais. Este tese ganha força na elite intelectual japonesa durante a Democracia Taishou na década de 1920, influenciada especialmente pelas obras de Richard Coudenhove-Kalergi, pai do Pan-europeísmo. Este tema será melhor debruçado no primeiro capítulo da corrente pesquisa.

quanto cooperação e integração na Ásia do Leste¹⁶ não é algo nem novo nem moderno e, por outro lado, que estes projetos sofreram diversas alterações ao longo dos anos e que foram implementados em diferentes épocas. Importante salientar que – como será descrito no segundo capítulo – o controle do Gabinete por diferentes forças irá mudar drasticamente o conteúdo e a forma como estes projetos são implementados.

Em seguida, no terceiro capítulo, serão analisados os projetos em curso, áreas contempladas e arranjos políticos determinantes para a aproximação do país no continente e que fatores apresentam-se como entraves para o desenrolar dessas intenções, além de apresentar o impacto e peso dos projetos que não só contemplam interesses regionais mas também dinamizam a região para uma ampliação do projeto de produção de cadeia disseminado entre seus membros, que retoma a ideia dos “gansos voadores”¹⁷ descrita por Akamatsu Kaname (AKAMATSU, 1962).

Para melhor compreender os procedimentos de cooperação regional, advertindo que esses são procedimentos inconcluídos e em constante reformulação, é necessário pautar a análise através do Institucionalismo Histórico da escola Neo Institucionalista de Nye, observando os constrangimentos e subsequência de fatos – este processo melhor descrito pelo *path dependency* – das configurações e ordenamento internacional, partindo da premissa de que os Estados tendem a cooperar para adquirir benefício mútuo.

O terceiro e último capítulo ressalta a questão do Poder Brando, cogitando a possibilidade de ganhos absolutos¹⁸ da adoção do modelo de cooperação proposto pelo Japão para o

16 Khanna (KHANNA, 2008) utiliza o termo “Ásia do Leste” para diferenciar as outras regiões do continente. Nota-se que no decorrer deste trabalho “Ásia” será sempre referida para esta região em particular que compreende tanto o Extremo Oriente (formado pelos seguintes países: China, Japão, República da Coreia, República Popular Democrática da Coreia e Mongólia) e Sudeste Asiático (Mianmar, Tailândia, Camboja, Cingapura, Indonésia, Laos, Vietnã, Malásia, Filipinas e o Sultanato de Brunei), visto que o continente é complexo, diferenciado e multicultural demais para possuir uma única denominação. Abdelmalek Sayad, em sua obra, *O Orientalismo*, destaca que o termo “oriente”, “Ásia” ou “leste” é uma categoria criada pelo Ocidente. Os “orientais” – nisto inclui-se uma gama enorme de culturas, desde os medievos, muçulmanos, persas, hindus, budistas mahaymas e teravadas, culturas do extremo oriente, os povos descendentes dos khanados e assim por diante – veem pouca precisão no significado (seja acadêmico ou político) do conceito “Oriente” aplicado a si mesmos.

17 O princípio dos “gansos voadores”, no original *Gankō Keitai* (雁行形態), é uma alegoria concebida na década de 1930 pela diplomacia japonesa para a sua inserção e projeção do país na ampliação da sua esfera econômica sobre o Ásia como meio de organizar as pretensões da ala civil do governo para a Esfera de Co-prosperidade Asiática durante a democracia Taishō. Na década de 1960, o economista Akamatsu Kaname advoga a necessidade do país em transferir tecnologias para o desenvolvimento do parque produtivo de países estratégicos na região (Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan e Cingapura) como forma de atender demandas da própria indústria japonesa. Esta subdivisão de produção industrial tinha como objetivo não só tornar a economia do país mais competitiva, mas ampliar o acesso de matérias-primas e criar mercados consumidores para os produtos manufaturados no arquipélago.

18 A distinção entre Ganhos Absolutos e Ganhos Relativos na Teoria de Relações Internacionais se dá pela percepção de vantagens e distribuição dos ganhos nas relações entre Estados. Enquanto a Teoria Realista afirma que os recursos são escassos e que o ganho de um determinado país é necessariamente a perda de outro, isto é, existe um Ganho Relativo das riquezas ou valores, é diferente do que observa a Teoria Institucionalista, em que os ganhos da relação entre Estados podem ser somados e não necessariamente recorre a subtração do ganho de outrem, isto são Ganhos Absolutos.

desenvolvimento da UNASUL e seus membros associados, destacando que, assim como o Japão, o Brasil necessita observar duas prerrogativas essenciais para a constituição de uma agenda integrada em sua respectiva região. A *primeira* é a necessidade de fomentar o desenvolvimento interdependente de seus parceiros – investimento este encabeçado por agências governamentais¹⁹ que visem criar um ambiente propício para o desenvolvimento de um mercado integrado.

A *segunda* etapa reside na condição de agir de forma conciliatória com demais parceiros, visando que as instituições colaterais devam atender os interesses conjuntos de seus membros com o objetivo de evitar que a constituição de uma região integrada venha a atender os interesses de países centrais, como ocorre no caso europeu, onde países de pouca expressão econômica ou política – como Polônia ou Hungria de acusarem Alemanha e França de utilizarem a União Europeia como uma extensão de seus interesses nacionais, relegando pouco espaço de demanda aos países periféricos²⁰.

Tendo isso em vista, a constituição desses blocos será vista como mecanismos de poder, sendo este consentido por outros Estados associados ou por constrangimentos econômicos – constrangimentos estes subsequentes a dependência do fornecimento de materiais, mão de obra ou até de produtos ofertados.

Desta forma, um bloco oficial – composto por um fórum de deliberações regionais – tendem a constituir decisões coletivas entre os membros, além de criar um ambiente propício a negociação entre parceiros comerciais perante fóruns multilaterais. Tal prática é comumente aplicada em deliberações econômicas da Organização Mundial do Comércio (OMC) onde países desenvolvidos tendem a resolver suas diferenças em fóruns temáticos protagonizados pelo G-7. Outro exemplo é a postura que países da Europa tendem a tomar coletivamente perante às questões ambientais e de Direitos Humanos, previamente acordadas nos fóruns de deliberações dos Direitos Humanos da União Europeia.

Percebe-se que uma das práticas adotadas pelos fóruns de deliberações dos líderes sul-americanos protagonizadas pela UNASUL foi a de deliberar – sem interferências de potências estrangeiras – fatores que interferiam diretamente no norte político da região, buscando constituir algum consenso entre os países quanto a determinadas questões, tais como a retirada do projeto de

19 Em especial, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) através de seus capitais exteriores e pela sua nova fase de internacionalização, ou através da ação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que tem como finalidade promover projetos de desenvolvimento em outros países. Também não pode ser ignorado que a parceria de ajuda externa, prestada em conjunto pelo Brasil e Japão para terceiros países através do programa Japan-Brazil Partnership Program (JBPP), realizado entre ABC e JICA. Outra instituição brasileira que também possui grande peso na cooperação no exterior é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que possui ação estratégica no continente africano.

20 Relembrando aqui que o termo “centro” e “periferia” retoma a discussão de Stuart Hall (2000).

expulsão do governo cubano da OEA, a posição quanto à soberania das Malvinas²¹, constituição de uma arena de mediação regional²², dar garantias institucionais externas a governos oficiais – como na crise que surgiu perante a eleição de Evo Morales na Bolívia em 2008 e a possível secessão dos departamentos da Meia Lua²³ – e a constituição de instituições que viabilize a implementação de projetos multinacionais, além de mediar questões de defesa, com a implementação de um Conselho de Defesa, por exemplo.

Além destes segmentos de caráter político, um fórum regional tende a aprofundar mediações econômicas, como assinaturas de tratados comerciais comuns, políticas alfandegárias e decisões conjuntas frente a outros mecanismos internacionais. Sendo assim, a configuração de um sistema institucional que visa lidar com interesses nacionais através de modelos de blocos é menos assimétrica do que um modelo de negociação em que os Estados lidem apenas com seu próprio apoio. A formulação de medidas já previamente acordadas entre parceiros é relevante e a presença de fóruns comuns de decisões – se não define estes interesses de grupos regionais – ao menos torna viável a constituição destes blocos de interesses previamente acordados antes de serem lançados a arena internacional²⁴.

Dessa forma, a constituição de medidas de mediação regional, não só trazem meios de equacionar questões políticas sem contar com a pluralidade de “*veto powers*”, como ocorre nas medidas na negociação de conflitos existente no continente africano – através de decisões coletivas tomadas pelos membros da União Africana – mas também permitem estreitar laços econômicos entre países parceiros. Estes meios são, em certa medida, premissas de instauração de governança coletiva²⁵.

Por outro lado, a adoção de blocos – seja estes políticos ou econômicos – não é uma norma, muitos países, apesar de terem mediações para ingressar em parcerias institucionais regionais, adotam como direção o sistema de negociação bilateral, caso saliente do Chile e da República da Coreia, que paulatinamente vem assinando acordos de livre comércio (*Free Trade Agreement* –

21 Malvinas é a nomenclatura adotado oficialmente pelo estado brasileiro quanto as ilhas disputadas entre a Argentina e o Reino Unido.

22 Em especial, as crise diplomática geradas entre Venezuela, Equador e Colômbia em 2003.

23 Departamentos (ou Estados, na denominação institucional brasileira) que fazem fronteira com o Brasil. Na ocasião, estes Departamentos opuseram-se a eleição de Evo Morales criando revoltas regionais que poderiam levar a fragmentação do país. A tensão foi resolvida através de mediação dos líderes dos Departamentos com a autoridade central, o respaldo dos membros da UNASUL foi imprescindível para a solução das disputas.

24 A exemplo dos fóruns de deliberação do BRIC – e futuramente dos BRICS que conta coma inclusão da África do Sul a partir da cúpula de 2010 – que resultou no G-20, que buscam evitar desgastes econômicos e diplomáticos quanto a questões sensíveis de cada um dos membros.

25 O tema de governança coletiva será abordado adiante no trabalho, visto sua importância não só teórica mas para aplicação dos meios práticos aqui propostos nesta pesquisa.

FTA) e acabam contrariando, intencionalmente ou não, os interesses de países vizinhos.

Esta pesquisa será dividida em três capítulos, o primeiro versará sobre o tema de teoria de Cooperação Regional, apontando questões fundamentais e conceitos da área de Ciência Política e Relações Internacionais; o segundo capítulo versará sobre a história da cooperação regional na Ásia e as iniciativas do Japão na região, destacando fatores internos e externos que fizeram o país realizar determinadas escolhas e; o terceiro capítulo irá lidar com a questão das ações japonesas centradas em investimentos e sua difusão através do poder brando, de ganhos relativos e de potencialidades.

CAPÍTULO UM – Discussões acerca de Teoria em Cooperação Regional

É claro que o multilateralismo está longe de representar uma democracia em escala internacional. Nós sabemos das desigualdades e das assimetrias que existem nos processos decisórios, mas bem ou mal o multilateralismo é o que nos permite aproximar de algo parecido com a democracia. É um caminho mais difícil para alcançar os objetivos do que certos atalhos, mas é um caminho muito mais seguro, da mesma forma que a democracia internacionalmente também, às vezes, é um caminho mais longo.

(AMORIM, 2011 pg. 74)

A função da teoria é trazer ao pesquisador instrumentos de leitura da realidade, traduzindo seus efeitos, seus fatos e consequências (NYE, 2009). Diferentes teorias possuem diferentes abordagens e objetivos, podendo se debruçar sobre questões de previsão e diagnóstico dos comportamentos dos atores políticos ou acerca dos fenômenos significativos na conjuntura. Desta forma, o primeiro passo há ser observado em uma abordagem teórica é a compreensão acerca do que é a realidade. Existem três modos de observá-la: a realidade como um dado; como uma construção social ou como efeitos subjetivos.

Destaca-se que o século XXI é marcada pelo globalismo em concomitância com o regionalismo. Países buscam diversificar suas parcerias comerciais – além de ampliar o alcance de suas parcerias – ao mesmo tempo em que constituem blocos econômicos locais, como pode ser visto na intensificação da integração dos mercados europeus, do sudeste asiático, o fortalecimento das parcerias na América do Norte e alguns blocos econômicos que vem se estabelecendo sobre a África. O Mercosul, de certa forma, vem ficando para trás, na medida em que os demais blocos solidificam parcerias multilaterais entre seus membros, o Mercosul vê-se sequestrado pelas relações Brasil-Argentina (GUIMARÃES, 2007).

Desta forma, o papel do Japão nesta conjuntura, reside na sua capacidade de ampliar parcerias através de investimentos bilaterais. Através da sua capacidade de fomentar o desenvolvimento de países estratégicos na Ásia – através da sua política de ODA – alçou o país a ter vantagens sobre as principais economias pujantes no continente e que se comportam como rivais econômicas, China e Coreia do Sul.

Em 2009 foi o Japão, e não a China, quem conseguiu firmar uma parceria econômica de redução de tarifas alfandegárias com a ASEAN, assim como aproximações maiores com determinados membros do bloco. Para sanar o problema de segurança alimentar existente sobre o Japão, diversas protocolos foram firmados entre Tailândia e Indonésia em troca de maiores investimentos nestes países.

Em Relações Internacionais a observação da realidade como um dado leva ao pesquisador elencar fenômenos e destacar eventos que resultem sequências relevantes no processo histórico; quando a realidade é percebida como uma construção social, significa que a análise dos eventos esta residida nos atores sociais sendo a realidade derivada da ação dos atores; e a realidade como uma análise subjetiva reside na condição de percebê-la como uma série de efeitos não óbvios na ação dos atores, cabendo ao pesquisador evidenciar – por vezes – as intenções não ditas dos agentes sociais.

Com isto posto, esta pesquisa irá utilizar três recortes teóricos: a teoria Neo Institucionalista; o Neo Funcionalismo e a teoria da Interdependência Complexa. Destaca-se que estes meios de análise centram-se na ação do Estado, compreendendo este como um ator social capaz de ação política, isto é, de que o objeto em análise é ator e efeito da realidade social que está inserido, levando a pesquisa ao cerne de questões de desnudar quais os interesses em questão quanto os seus objetivos – explícitos ou subjetivos – quanto a ação de constituição do fenômeno de cooperação regional.

Para dar cabo a compreensão do fenômeno dos processos e cooperação do Japão com a Ásia do Leste, este capítulo será dividido em duas partes, a primeira irá versar sobre questões fundamentais do processo de cooperação realizado por este país na região, pautando dois pontos a) um breve recorte quanto a temática dos estudos em Relações Internacionais no Japão, destacando quais os principais temas e questões salientados pela academia daquele país e b) debruçar-se sobre o tema de cooperação regional em si, definindo pontos fundamentais que serão desenvolvidos ao longo deste trabalho.

A segunda parte versará sobre as teorias em si, definindo questões teóricas que serão tema de debate, centrando na discussão dos conceitos teóricos relacionados na cooperação regional na Ciência Política e nas Relações Internacionais, destacando as escolas teóricas Neo Institucionalista, Neo Funcionalista e a Teoria da Interdependência Complexa.

1.1. Questões Fundamentais

A primeira parte deste capítulo irá se debruçar sobre o tema da Cooperação Regional e a importância desta temática para o Japão. Para este intento esta parte será subdividida em duas partes., a primeira versando acerca do tema de Relações Internacionais no Japão – objeto central desta pesquisa – e a segunda parte irá discutir o conceito de Cooperação Regional e a relevância deste tema dentro do contexto asiático, levando em consideração o comportamento do Japão na sua constituição como País Central.

1.1.1. Discussão da área de Relações Internacionais no Japão

Longe de se tentar esboçar alguma síntese quanto a discussão da temática e seu desenvolvimento no Japão, este capítulo pretende – ao contrário da pretensão de uma síntese abrangente – apresentar ao leitor questões recorrentes e caras que destoam a leitura comum ao pesquisador na área, considerando a predominância de americanos e europeus ocidentais na área de Relações Internacionais.

Três autores realizaram ensaios da inclusão do tema de política internacional aplicado através de um método na década de 1920 no Japão. A primeira abordagem realizada por Shinobu Jumpei²⁶ no campo de Direito Internacional; a segunda abordagem por Kamikawa Hikomatsu no campo da História da Diplomacia e; a terceira abordagem realizada por Rôyama Masamichi através dos estudos em Ciência Política (KAWATA e NINOMIYA, 1962).

Shinobu é reconhecido como pioneiro na temática com sua obra Tratado de Política Internacional (国際政治論叢 *Kokusai Seiji Rônso*)²⁷, de 1926, onde o mesmo lançava a proposta de indagação “a política internacional pode ser uma ciência?”, tal premissa levava aos estudos dos eventos e formulações de acordos formais entre Estados e compreender melhor as intenções entre os mesmos. Segundo o autor, através do argumento de que a política internacional seria uma ciência, esta não deveria ser estudada como uma ciência independente?

Com essa questão o autor busca ter maior foco dos estudos das proposições de acordos internacionais, buscando esclarecer questões fundamentais das decisões entre Estados e avaliar a possibilidade de mediação legal em questões de disputa entre os membros, questão relevante, visto que duas décadas anteriores o Japão entrou em conflito com a Rússia Tzarista por controle de ilhas no extremo oriente, além de reivindicar a condição de colônia dos reinos da península coreana. A busca por uma mediação legal, segundo o autor, poderia mitigar as intervenções através da força das armas.

Kamikawa publicou uma série de tratados lidando com a questão sobre a ordem internacional, cujo tema central era de estabelecer mecanismos de controle e paz entre as nações a o fortalecimento da Liga das Nações – sendo o Japão um dos fundadores da instituição. Sua obra Acerca da Política na Liga das Nações (国際連盟製作所ロソ *Kokusai Reinmei Seisaku Ron*)

26 Os nomes próprios de asiáticos seguirão a ordem ortográfica composta na ordem em que o nome da família será precedido do nome próprio, conforme a regra ortográfica adotada pelos países da região. Os nomes ocidentais serão apresentados na ordem em que o nome próprio será precedido do nome de família. Brasileiros que possuam ascendência nipônica seguirão a ordem ortográfica portuguesa.

27 Os termos em japonês serão grafados duplamente, uma enunciando sua pronúncia, utilizando o alfabeto latino e outra que estará entre parenteses com a utilização de ideogramas japoneses.

lançado em 1927²⁸ que visava analisar a história da diplomacia daquele país, destacando principais eventos nacionais e internacionais para explicar os fatos subsequentes na região do extremo oriente. Através de um exaustivo trabalho e profundo conhecimento da política internacional e de eventos mundiais, o autor propunha a constituição de idealismos das relações internacionais para a década de 1930.

E o último introdutor do tema de política internacional no Japão foi Rôyama que iniciou um novo campo de estudos, destacado em sua obra *Política Internacional e Administração Internacional* (国際政治と国際行政 *Kokusai-seiji to Kokusai-gyôsei*), publicado em 1928, onde o autor estuda uma série de relações entre as nações propondo a constituição de novos conceitos para a ciência política para poder interpretar a intrincada relação entre nações durante a Primeira Guerra e conseguir explicar a política externa do país em sua época²⁹.

Rôyama utilizou a expressão “ciência da política internacional”, “sociedade internacional” e “organizações internacionais” em suas obras para descrever fenômenos e eventos em curso que levaram a formulação de teorias que pudessem dar embasamento a constituição de uma série de agências governamentais de atuação no estrangeiro.

Os estudos em Relações Internacionais no Japão, são em geral, centrados em estudos de segurança nacional, direito internacional e particularmente, a história da diplomacia. Além destes campos, estudos em análise econômicas de outros países possuem um amplo campo na academia nipônica³⁰ (INOGUCHI, 2009), recorrendo frequentemente a análise de casos e relações bilaterais. Tal postura da academia e dos estudos deste campo no país oriental acaba centrando muito mais em estudos de análise de conjuntura do que na formulação de análise do sistema ou de teorização

28 O Japão abandonaria a Liga cinco anos depois em protesto contra o não reconhecimento por parte dos membros da Liga do Estado de Manchukuo.

29 Durante a Primeira Guerra Mundial, o Japão ingressa nas conflagrações ao lado da Inglaterra, tendo uma série de escaramuças com tropas alemãs sitiadas no extremo oriente, especialmente no porto de Shandong (China) e tendo grande participação de uma coalizão, liderada pelo governo francês, no extremo oriente russo que levou a rápida implementação de uma república liderada pelos Brancos em oposição a revolução ocorrido em 1911, entretanto, os franceses assinam um acordo com Moscou e retiram suas tropas da coalizão, deixando os japoneses sem assistência contra as tropas Vermelhas. Além da insuficiência das potências ocidentais em atenderem as demandas territoriais reivindicadas pelos japoneses sobre a região alemã na China e o controle de algumas ilhas no Pacífico Sul, levou ao esfriamento da aliança Japão e Inglaterra, tendo seu ponto culminante o apoio dos ingleses na manutenção de leis contra os povos “de cor” vigorante nos Estados Unidos, que prejudicava a inserção de empresas japonesas naquele país. Em um pouco mais de uma década, a relação entre Japão e Inglaterra passou de aliados para inimigos, levando os japoneses há buscarem apoio perante o governo alemão.

30 Curioso destacar que, nas décadas de 80 e 90 foi produzido uma série de artigos analisando a conjuntura econômica do Brasil realizada por pesquisadores japoneses, visando, em um primeiro momento, analisar as medidas de regulação da inflação – visto que o processo de “estouro da Bolha” na década do Japão foi decorrente do processo de hipo inflação e num segundo momento, avaliando as medidas adotadas pelo Banco Central brasileira para controlar o valor do papel moeda e as políticas econômicas empregadas para manter o controle inflacionário desejado, em especial durante a implementação do Plano Real.

quanto as projeções de atuação do país na região.

Desta forma, não só a academia japonesa que lida com a temática das relações externas do Estado, mas os próprios formuladores de política tendem a ver as relações internacionais sobre o prisma da história diplomática – e os eventos consagrados entre as Nações – ou sobre a perspectiva da economia internacional, prezando pela ampliação de investimentos externos, além, é claro, do peso das disputas da Guerra Fria, visto que o país estava sediado numa “zona de fronteira” entre o Comunista e Capitalista.

Este aspecto é marcante para a formulação de políticas de investimento externo – seja através da operacionalização da JICA, JBIC ou do próprio MOFA – onde o histórico das relações entre as nações tem valor quase central. Não é incomum que boletins emitidos por estas instituições tenham sempre como ponto de partida um breve histórico das relações entre estes países, salientando pontos positivos e negativos, sendo paulatinamente reafirmados na implementação de projetos (KAWAI, 2004).

Existem quatro grandes correntes acerca do tema de Estudos de Estado naquele país (INOGUCHI, 2009). Em primeiro lugar, no Japão, o campo das Relações Internacionais possui um grande peso da *Staatslehre*³¹ tendo uma grande centralidade em estudos de direito e economia em detrimento aos estudos de ciência política e sociologia empregados nos Estudos sobre os Estados, levando o país a possuir uma postura incomum, os departamentos de Ciência Política – em geral – estão subordinados a estas duas áreas, Economia e Direito, criando uma condição de exceção na Ásia. O Japão é um dos poucos países no continente a lidarem com a Ciência Política como um campo subordinado, levando, conseqüentemente, os estudos de Relações Internacionais também a serem considerados um campo subordinado.

O segundo recorte decorre dos fatores do primeiro. Apesar da Ciência Política e Relações Internacionais não estarem classificadas como um departamento autônomo das Ciências Sociais – mas um subcampo das Ciências Humanas – esta conjuntura leva os estudos Marxistas a estarem quase que exclusivamente relegados ao departamento de Sociologia (社会科学 *Shakai Kagaku*), deixando a Ciência Política carente dos estudos de Teoria Crítica.

Ressalta-se que os estudos Marxistas tiveram um grande peso na década de 1920 e retomaram ao plano central na academia e no cenário político japonês na década de 1960³².

31 Este termo também pode ser traduzido como Teoria do Estado ou Ciência de Estado, comumente difundida nas faculdades de ciências jurídicas no Brasil.

32 O Partido Comunista Japonês foi fundado em 15 de julho de 1922 durante a Democracia Taishô, considerada a primeira República adotada em algum país asiático. A Democracia Taishô experimentou um grande crescimento de liberdades civis e políticas, demonstrando um grande avanço para o país. Entretanto, a Guerra com a China e as tensões com o Império Russo Tsarista além dos movimentos independentistas na península coreana – que havia sido

Entretanto, apesar da condição marginal dos estudos de teoria crítica nas ciências humanas no Japão, coloca-se um peso após as mudanças do cenário internacional pós Guerra Fria, agravado após o evento de 11 de Setembro de 2001, que coloca em xeque a ordem mundial vigente, assim como as estruturas de poder e arranjos de alianças globais, questão esta fortemente embasada no pensamento da Escola Crítica.

O terceiro ponto de estudos sobre a ciência do Estado, está profundamente atrelado a tradição histórica, questão esta que irá desenvolver os patamares centrais para os estudos de Relações Internacionais naquele país (HIRAKAWA, 2008). Ao contrário da corrente de estudos de *Staatsleher*, esta escola está menos focada nos fatores políticos e centrada no levantamento de eventos e o estudo das personalidades relevantes para o cenário político, tentando esclarecer certas medidas e posturas tomadas pelo país, especialmente aquelas que pudessem explicar os fatos que levaram o país aos eventos de 1931³³. É possível destacar que esta corrente analisava os fatos através da ideia de *Wie es eigentlich gewesen ist*³⁴ (INOBUCHI, 2009).

De acordo com Kawata e Ninomiya (1962), a influência da história é dominante em diversos temas, mesmo quando os estudos realizados sobre a participação do Japão na Liga das Nações onde a abordagem Institucionalista poderia criar novos recortes acabam sendo abordados pela vertente das interpretações dos eventos.

A quarta geração de estudos sobre Estado centra-se mais na compreensão dos eventos pós Guerra que são mais focados em estudos científicos, cuja influência de Max Weber, Emile Durkheim, Leon Walras e Alfred Marshall é saliente, levando a discussão sobre o Estado para o campo das ciências humanas, mais precisamente no campo da Ciência Política. Entretanto, assim como a própria reformulação do estado japonês, como seu mercado e sociedade sofreram de um processo de “ocidentalização” pós Guerra decorrente da invasão americana (SAKURAI, 2007), a própria academia começa a guiar-se sobre este prisma, tendo forte influência americana na

transformada em uma colônia pelos japoneses desde 1910 – levou a um crescimento da militarização do país e a consequente queda da República no início da década de 1930, instaurando uma Cúpula Militar que irá levar o país a um crescimento de beligerâncias e a eclosão da Guerra no Pacífico. Com a invasão americana em 1945, o Partido Comunista retorna a legalidade, assim como a permissão venda de livros que contenham estes valores. Entretanto, apenas na década de 1960 a academia, em especial os departamentos de Sociologia, voltam a debater com centralidade os ideais Marxistas.

33 1931 é o ano da declaração de Guerra do Japão contra a China que levou a constituição do estado fantoche Manchukuo (Manchúria). De acordo com os historiadores asiáticos, a Segunda Guerra Mundial na Ásia não teve início em 1942 com o ataque a *Pearl Harbour*, mas em 1931 em decorrência da guerra do Japão contra a China. As hostilidades entre os dois países levou o governo americano a adotar medidas de sanções econômicas contra o Japão e ao corte de suprimento de petróleo de países aliados (nisso incluí a Indonésia, colônia holandesa na época e principal fornecedor dessa *commodity* para o arquipélago) levando os japoneses a adotarem uma manobra agressiva contra os americanos para que estes abandonassem as pressões econômicas e que não intervissem nas pretensões nipônicas no continente.

34 A tradução apresentada na obra pode ser compreendida como “vamos deixar os fatos falarem por si mesmos”.

formulação de postulados e teses neste período.

Neste quadro é importante frisar que, não só a academia japonesa guiava-se num sentido de equiparação ao procedimento americano de pesquisa, como também a própria academia americana coloca o Japão como tema central para alguns pesquisadores exponentes. Caso marcante ocorre com diversos pesquisadores, Peter Drucker na administração, Joseph Nye nos estudos diplomáticos, Arrighi sobre história universal e outros, que vão influenciar os estudos destes campos no próprio Japão.

Interessante destacar que grande parte das pesquisas sobre o tema de política internacional produzida atualmente coloca três pontos recorrentes. O primeiro, o que deu de errado nas relações internacionais do Japão; Segundo, qual é o melhor tipo arranjo internacional que produz uma melhor estabilidade baseada na paz – observando a condição delicada que o país estava situado durante a Guerra fria, sendo um aliado dos Estados Unidos mas tendo a União Soviética como vizinho – e; Terceiro, por que este grande desejo do Japão na promoção da diplomacia como questão central na relação entre outras nações (INOGUCHI, 2009).

Estes pontos auxiliam na compreensão da tomada de decisão pelo governo de Tóquio e tentam esboçar as intenções e objetivos de algumas atitudes por parte desse governo, podendo-se cogitar os motivos da adoção da “diplomacia minimalista”³⁵ como prática de relações externas, além do grande peso dado as instituições multilaterais.

Tendo avaliado as principais questões acerca da produção acadêmica do Japão quanto ao tema de cooperação regional, destacando não só o comportamento dos atores políticos e formuladores de tomadas de decisão, a próxima seção irá se debruçar sobre o tema de cooperação regional numa forma ampla.

1.1.2. Constituição de blocos regionais: um contexto

Karl Deutsch (1978) define integração como “a realização, em um território, do senso de comunidade e com instituições e práticas suficientemente fortes para generalizar garantias por um longo tempo visando mudanças pacíficas sobre uma determinada população”. Observando que a integração regional deve conter aspectos como: 1) Compatibilidade dos valores centrais; 2) distintos

35 “Diplomacia Minimalista” foi um termo empregado pela administração do Primeiro Ministro Fukuda Takeo (福田 赳夫) que governou o país de 1976 até 1978. Em um discurso realizado durante a reunião de líderes e ministros na Conferência da ASEAN, Fukuda lançou uma série de prerrogativas para estreitar as relações do Japão com os países do sudeste asiático – que nortearam as relações regionais das futuras administrações do país – onde o mesmo pregava uma relação diplomática pragmática, visando dar foco aos interesses de Estado através da centralização de relações comerciais, sem almejar grandes confrontações ou a ampliação de interesses políticas para o continente asiático, tais fundamentos foram conhecidos como “Doutrina Fukuda” (PERES, 2009). Este tema será mais bem exposto no segundo capítulo.

meios de vida; 3) expectativas de laços econômicos fortes e ganhos mútuos; 4) crescimento de mercado na capacidades política e administrativa de alguns membros da comunidade; 5) crescimento econômico superior para os membros adeptos; 6) laços de comunicação social inalienáveis, tanto geograficamente quanto sociologicamente nos diferentes estratos sociais; 7) a ampliação da elite política; 8) mobilidade de pessoas, ao menos nos estratos politicamente relevantes; e 9.) a multiplicidade de gamas de comunicação e de transações³⁶.

Outro ponto necessário para a definição teórica sobre cooperação e relações regionais, reside na distinção entre os termos *cooperação e integração*. Enquanto o primeiro reside na condição de composição de agendas, projetos e propostas econômicas e políticas entre cada um dos membros visando a defesa de interesses nacionais, preservando suas soberanias de forma mais autônoma entre os parceiros associados. O segundo, a *integração*, por outro lado, seria uma relação mais profunda onde a agenda de projetos é constituída em coletivo resultando em toda uma gama de relações sociais, econômicas, culturais e institucionais mais profundas do que visto na relação de cooperação. Em processo de integração regional, por exemplo, pode resultar na constituição de instituições supranacionais, fator que não se privilegiado quando o processo de cooperação é o objetivo entre as nações.

Com isto posto, Mearsheimer em sua obra “A falsa promessa das Instituições Internacionais” (*The False Promise of International Institution*) destaca que o advento de organismos internacionais que pretendem procedimento de coesão e do “sistema anárquico internacional”³⁷, através de adoção de um sistema de solução de controvérsias³⁸, é visível que mesmo pautado por meios normativos internacionais, muitos pontos ainda estão em disputa no plenário mundial e a “paz perpétua” kantiana num período moderno pós-Guerra Fria não consolidou-se como um momento plenamente destituído de disputas.

Por outro lado Mearsheimer afirma que sem o amparo de atores nacionais como meio de contrabalancear as pretensões e aspirações de determinados Estados, as Instituições Internacionais –

36 *The International Political Economy of New Regionalism Series: Cooperative Regional Integration a Theoretical Perspectives*.

37 Halliday, em sua obra *International Relations and its discontents* salienta que o “sistema anárquico das relações internacionais” não tem como objetivo de realizar uma analogia ao “estado de natureza” descrito por Locke, onde o caos é a ação destruidora da civilização que leva a guerra fratricida entre os indivíduos. No campo das Relações Internacionais, “anarquia” está mais ligada a ausência de um agente regulador ou de uma força suprema – uma Leviatã, como busca descrever Hobbes – onde os Estados, como atores potentes de ação e dotados de soberania formal, fazem valer seus interesses sem de estarem condicionados a constrangimentos proibitivos de decisão.

38 Sistema de solução de controvérsias é um termo originário dos desdobramentos de interesses entre os membros da OMC que levam as diferentes demandas a decisões de arbitrariedade jurídica comercial, que leva ou a compensações em transações comerciais ou até mesmo a determinações de aplicações de sanções econômicas. Importante frisar que, nem sempre as questões de desacordo entre as partes são resolvidos através de aplicações legais, mas a atuação da OMC pode levar as partes a chegarem a uma solução negociada.

e nisto inclui as Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio, a União Europeia em sua forma ampliada e a APEC além de diversos outros órgãos internacionais – não resolvem por si só os meandros e conflagrações inerentes das disputas de interesses de Estados e grupos políticos³⁹.

Destarte da afirmação do autor, as instituições na esfera internacional como artifício de mediação de interesses entre Estados e atores institucionais continua sendo relevante nos tempos atuais, não só pela mudança dos padrões de comportamento entre agentes, mas devido a mudança da própria natureza das instituições internacionais. Assim como ocorreu quando constitui-se – no Ocidente – os primeiros pactos que versaram acerca dos regulamentos de interesses nacionais no plano local decorrente do tratado de Westphalen, a natureza das instituições internacionais adequam-se a novos paradigmas decorrentes de demandas em outros tempos, como ficou saliente com a “política de balanceamento de poderes” decorrentes após o Versalhes que resultou na constituição da Liga de Nações.

A própria Nações Unidas, que de certa medida é herdeira da Liga das Nações, é decorrente de um fator historicizado⁴⁰, consagrada como mecanismos de mediação de diversas potências possibilitou criar um fórum de deliberações para viabilizar a arquitetura de decisões conjuntas – ou o mais comum, para arquitetar decisões que não infringissem os interesses de outras potências – teve seu papel reconfigurado ao longo dos anos, passando para o mecanismo formal de regulação das novas nações do período pós-colonial (HALL, 2000) para a constituição do mundo multipolar que se apresenta nos dias de hoje.

Neste íterim, faz-se necessário que os Estados reformulem o papel para as necessidades da nova conjuntura, onde uma ordem bipolar não é mais uma conjuntura de regulação das relações externas dos Estados e nem pela brevidade da unipolaridade, mas o ordenamento de interesses da arquitetura de interesses multipolares do final do século XX.

A pluralidade de instituições regionais que surgiram ao longo das três últimas décadas resulta de uma necessidade dos estados ampliar suas influências e buscarem maior abrangência de

39 Entretanto, o levantamento do debate Neo-Neo traz à tona a necessidade de dialogar entre as principais correntes de Teoria em Relações Internacionais. O Neo Institucionalismo que observa a capacidade de ganhos mútuos entre atores Estatais e a teoria Neo Realista, que observa que os recursos são limitados e que os ganhos relativos, visto que o ganho de um Estado culmina na perda de capacidade de outro Estado. Apesar da contraposição de ideias no debate Neo-Neo, terá um foco centrado na Teoria Neo Institucionalista, visto que o tema central deste trabalho tange o tema de Cooperação Econômica, entretanto, cooperação regional também é um tema de caráter securitário, discussão esta calcada dentro da teoria Neo Realista. Desta forma, como o próprio debate Neo Neo propicia, não é mais possível realizar uma pesquisa que não de conta as duas principais correntes teóricas do campo de Relações Internacionais.

40 Aqui, resgata-se o conceito de “espírito da época” deliberado por Nietzsche, que salienta que todo intelectual e toda ideia esta condicionada aos valores em que seu formulador está inserido, nunca podendo deslocar as ideias do plano do tempo. Neste sentido, todos os pensamentos humanos, segundo o filósofo, são pensamentos “do passado”, pois até mesmo aquele pensador que se diz “pensar no presente” está, de fato, falando dos eventos que sucederam aos acontecimentos que o levaram até os dias de hoje e nunca sobre o tempo imediato atual.

capacidade de fazer valer seus interesses, visto a precipitação do Ciclo Hegemônico norte americano (ARRIGHI, 1996). Este resultado levou a um duplo processo, a supressão de entraves para as mediações com outros países, sem ter o constrangimento de violar esferas de influência de outras potências, e a busca do preenchimento deste “vazio” gerado após a finalização das disputas hegemônicas globais.

A busca pela consolidação de um sistema regional que viabilizasse o estabelecimento de um poder local é um fator histórico e recorrente do continente. A instauração do Império Sacro Romano Germânico; a Guerra dos Cem Anos; as Guerras Napoleônicas; a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, apenas para salientar os mais marcantes acontecimentos. Apenas o Tratado de Westphalen segue na contramão, pois buscou “congelar” estas disputas pela constituição de um poder hegemônico local.

A Europa Ocidental foi pioneira nesse processo, tida como ponto central dos atritos entre o Ocidente e Oriente. A União Europeia foi consagrada não só para atender demandas internas, mas por pressões e constrangimentos externos. Neste caso, os Estados Unidos, que buscou, através do fomento deste bloco – vide OEEC⁴¹ – para fazer frente a ampliação dos interesses soviéticos no continente.

Por outro lado, outras regiões do globo também tiveram outras buscas por constituição de forças regionais. O sudeste asiático é marcado por outro fator anterior a Guerra Fria. A queda dos regimes coloniais impostos pelas potências europeias permitiu aos governos desta região retomar relações diplomáticas e reativar a economia integrada na região. Como destaca o historiador Masahiro Kawai (KAWAI, 2004), as economias da Ásia, em especial daquelas que estão diretamente ligados aos Grandes Rios Regionais – o Rio Mekong⁴² e Ganges, por exemplo – sempre foram econômica, cultural e socialmente ligadas. A imposição de regimes que eram controlados por forças externas minou este processo que fez os reinos do sudeste asiático prosperarem.

Após a retirada das potências coloniais, estes países retomam as relações preexistentes a ocupação europeia, constituído desta forma a ASEAN⁴³ que amplia a presença de novos integrantes,

41 OEEC – *Organization for European Economic Cooperation* (Organização para Cooperação Econômica da Europa) foi constituída em 1948 com a finalidade de promover a reconstrução da Europa Ocidental e gerenciar os recursos destinados pelo Plano Marshall, com a inclusão de novos países na esfera de cooperação a partir de 1961, tais como Japão e Austrália, a organização para a ser denominada de OECD – *Organization for Economic Cooperation Development* (Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento).

42 O Rio Mekong é um rio transnacional que possui nascente no plateau da Região Autônoma do Tibet (RPC), perpassando por Chiang Mai (Tailândia) e passa pelos países de Laos, Camboja e Vietnã.

43 ASEAN – *Association of South East Asian Nations* (Associação de Nações do Sudeste Asiático), que incluía a Tailândia, Filipinas, Malásia, Singapura, Indonésia em 1967 e mais tarde com a incorporação de Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja. Sua finalidade é de promover uma concertação de política cambial entre seus membros e criar um fórum de deliberações para questões econômicas e sociais.

tais como Vietnã em 1995, como resultado da queda dos entraves gerados pela Guerra Fria. A discussão sobre a ASEAN e demais projetos de constituição de concertações regionais será tema central do segundo capítulo desta pesquisa.

Estes fatores salientados são, em grande parte, aspectos da análise via *Benchmark*, expressão disseminada por Peter Drucker (1971). Aplicada a teoria da Administração, é possível definir *Benchmark* como “um processo de longo prazo, formal e estruturado, que visa comparar as funções de instituições que são identificadas como representantes de melhores práticas – ou que possuem práticas inovadoras – com a finalidade de comparação institucional e estabelecer prioridades de conduta”⁴⁴.

Dessa forma, será avaliado o processo de cooperação regional como recurso para a América do Sul, quando também serão discutidos alguns paralelos comparativos acerca dos empreendimentos políticos, diplomáticos e econômicos adotados na Ásia do Leste como forma de trazer melhores recortes, enfocar estratégias e benefícios para a constituição de cooperação para a região da América do Sul⁴⁵.

1.2. Acerca da Teoria de Cooperação Regional

A segunda parte deste capítulo versa acerca das principais teorias de Ciência Política e de Relações Internacionais que lidem com o tema de integração regional e a consolidação de arranjos formais de cooperação. Destacam-se, neste contexto, três teorias que serão fundamentais ao longo da pesquisa; o Neo Funcionalismo, o Neo Institucionalismo e a Interdependência Complexa, somando-se a estas leituras, as questões caras ao Japão e a Ásia anteriormente apresentadas.

1.2.1. A Escola Institucionalista como critério de análise

Tendo como premissa o Neo Institucionalismo como novo processo de análise das relações interestatais que observa os atores Estatais como agentes formuladores de ação, tendo as instituições – e no Neo Institucionalismo, uma centralidade nas instituições internacionais – que visem contemplar tensões e mediações de demandas de diferentes atores estatais.

44 Salienta-se que em sua obra, *Benchmarking* (SPENDOLINI, 1993) a citação extraída é uma das combinações possíveis estipuladas pelo autor. O mesmo salienta que o termo é amplo, mas só pode ser empregado para uma limitada possibilidade de aplicação, definido previamente pela teoria administrativa.

45 Destaca-se em especial a condição da Mongólia (que possui muito mais traços de cooperação bilateral com o Japão) e a condição das Coreias, visto que a região norte perpassa por condições exclusivas. Alguns pesquisadores asiáticos afirmam que a unificação desses dois países poderia desencadear um projeto mais robusto e mais amplo de cooperação dentre os países vizinhos, esse e outros temas serão melhores explicados ao longo dos capítulos desta pesquisa.

Ressaltando que ideais de unificação ou de uma proto organização conjunta⁴⁶ entre Estados, cujos fins eram de estabelecer procedimentos de uma governância coletiva, conforme Giovanni Arrighi (ARRIGHI, 1996), advêm desde o século XIV através da influência do Papado sobre os reinos da Europa Ocidental o qual atua como mediador entre os constantes conflitos e disputas entre as potências regionais⁴⁷.

Para compreender a relevância da cooperação regional, adota-se a condição de constituir um bloco oficial onde os interesses dos povos da América do Sul possam ser atendidos frente às diferentes pressões e disputas do cenário internacional, valendo-se da prerrogativa de Joseph Nye de que a cooperação é mais eficiente do que a disputa entre Estados e constituição de blocos de interesses comuns podem dar maior peso para fazer valer as suas reivindicações⁴⁸.

Partindo do pressuposto de Weber (1991) de que o Estado, como entidade racional e burocrática, age em busca de fatores racionais e não por compaixão ou simpatia – isto é, por valores morais – deve-se ver a atitude em conjunturas e blocos como um empreendimento dotado de finalidade. Finalidade esta por vir que tenha como objetivo último atender demandas do próprio Estado e pelo arcabouço de suas forças internas – que podem ser tanto a burocracia, quanto as elites nacionais ou blocos de poder financeiro.

Percebendo a política subordinada as forças exógenas, a teoria Neo Institucionalista visa analisar a ação política inserida dentro das ações formais do Estado ou instituições, ressaltando o caráter do fazer político por parte das organizações, como se estas mesmas emanassem seus próprios sentidos, condutas e objetivos.

De fato, não existe um conceito definido sobre a escola Institucionalista e Neo

46 Arrighi ressalta a que devido a composição socioeconômica da Europa – mais particularmente a Europa Ocidental – percebe-se uma intrínseca complementariedade e interdependência da economia destas nações. O controle dos recursos coletivos do continente poderia colocar estas nações de volta no eixo central da importância global – hoje mitigada pela ascensão americana e posteriormente, pelo leste asiático. Por diversas vezes Estados e governos tentaram ter o controle sobre a região através do uso da força, recorrendo a Guerra dos Cem Dias, as Guerras Napoleônicas e as duas Grandes Guerras, entretanto, apenas com o usufruto de instituições supranacionais através de formulações coletivas – consagrados pela União Europeia – pode-se consolidar um mecanismo que pudesse gerenciar os recursos do continente de forma mais duradoura e eficiente do que pelos mecanismos usados pelo uso da força.

47 Um exemplo bem característico desse caráter de arbitrariedade do Papa na solução de disputas entre o Reino de Portugal e o Reino de Espanha quando a divisão das terras no novo continente. O papel do Papa foi decisivo como balizador de uma instituição confiável por ambas as partes para a promulgação do Tratado de Tordesilhas. Este procedimento aproxima-se muito com a Solução Pacífica de Solução de Controvérsias, através de Tratados Internacionais e Ordenamentos Jurídicos Modernos reforçados pela mediação das Nações Unidas.

48 Aqui há uma clara alusão da problemática da teoria econômica quanto ao comportamento de *Free Rider* (corredores livres) de Russell Hardin quanto ao comportamento coletivo (Teoria dos Jogos aplicada a Economia). A teoria aplica-se ao comportamento econômico que prediz que cada indivíduo de uma coletividade pode se beneficiar dos esforços de todo um grupo e a ação individual tende a satisfazer apenas determinados atores e que torna os ganhos dos demais menos compensatório. Agir de forma coletiva pode ser menos eficiente para o indivíduo mas as possibilidades de efetivar suas demandas são maiores.

Institucionalista, tal termo é empregado como meio para enquadrar a formulação de teorias de determinados autores que percebem que as próprias instituições – ou às vezes até o próprio cenário político – possuem regras e interesses próprios decorrentes do “jogo político”.

Entretanto, a definição de Keohane (1984) de que a teoria institucionalista assume que os Estados são os principais atores do campo político e que se comportam com base na aceitação do auto-interesse é comumente utilizada e de maior influência nas análises de política internacional e relações internacionais.

De acordo com o autor as capacidades relativas dos Estados – ou sua capacidade de distribuição de poder – permanece importante na mediação entre agentes burocráticos e por esta razão os Estados devem observar quais os ganhos relativos obtidos através do ganho adquirido através da cooperação mútua, tendo sempre em observância de que a Teoria Neo Institucionalista observa a importância da influência das instituições internacionais na governança mundial, enfatizando as organizações consagradas pela comunidade internacional.

Neste ponto, salienta-se o fato de que a legitimidade das Instituições não reside na sua condição legal – embora a legalidade das instituições seja um fator imprescindível para o funcionamento das mesmas. Contudo esta teoria possui uma premissa tautológica, isto é, apenas as instituições consideradas legítimas são válidas para a análise da vitalidade do sistema político, entretanto, quem auferem o caráter de legitimidade são os próprios sujeitos que deliberam a legitimidade do sistema internacional. Para explicar melhor este fato, segue um recorte da obra de March e Olsen (1984) acerca do comportamento de instituições no campo internacional.

“A teoria de política contemporânea tendem a retratar a política como reflexo da sociedade, fenômenos políticos como consequências de comportamentos individuais agregados, ações resultadas de escolhas calculadas no auto interesse, tão eficiente no alcance de desfechos singulares e tomadas de decisão e alocação de recursos como um fato central da vida política. Alguns pensadores teóricos na Ciência Política, entretanto, combina elementos desses estilos teóricos com uma velha preocupação com as instituições. Este Neo Institucionalismo enfatiza a autonomia das instituições políticas, a ineficiência na história e a importância da ação simbólica para entendimento da política. Estas idéias possuem razoável base empírica mas não se caracterizam como formas teóricas fortes. Algumas direções da pesquisa teórica podem, entretanto, ser identificadas na concepção Institucional de ordem política.” (Tradução do autor)⁴⁹. MARCH and OLSEN, 1984.

Os autores observam que as instituições internacionais são frutos de interesses dos Estados Nacionais, que tem como principal incumbência a realização de concertações entre atores. Entretanto, a Teoria Institucionalista observa que estas mesmas instituições são agentes políticos, que também irão pleitear, demandar e constituir toda uma série de interesses políticos, que não necessariamente estavam previstos na fundação das mesmas.

Esta questão será relevante ao analisar os projetos de cooperação regional, observando que os interesses dos Estados Nacionais deverão ser negociados não só entre os próprios membros, mas pela própria organização que tende a se institucionalizar tendendo a produzir novas demandas e formular novos objetivos, este procedimento é descrito como transbordamento (*spillover*).

Um exemplo clássico para explicar o processo de *Spillover* é a criação da Comunidade do Carvão e do Aço, fundada após o término da Segunda Guerra entre as nações que compõe os Países Baixos. A Comunidade do Carvão e do Aço visava criar mecanismos de oferta e suprimento desta commodity visto a relação imbrincada de necessidade mútua entre seus membros, observando a complexidade da economia destes países, especialmente no período de reconstrução europeia.

A Comunidade do Carvão e do Aço necessitou de outras cláusulas e novas demandas, tais como a regulação dos meios de transporte, tarifas e regulação de mercados externos para dar continuidade a manutenção da oferta destes produtos que levou futuramente a constituir a Comunidade Econômica Europeia (CEE) sendo o germe inicial para a consagração de um mecanismo legal institucional na região que permitiu a constituição da própria União Europeia

49 *Contemporary theories of politics tend to portray politics as a reflection of society, political phenomena as the aggregate consequences of individual behaviour, action as the result of choices based on calculated self-interest, history as efficient in reaching unique and appropriate outcomes, and decision making and the allocation of resources as the central fact of political life. Some recent theoretical thought in political science, however, blends elements of these theoretical styles into an older concern with institutions. This new institutionalism emphasizes the relative autonomy of political institutions, possibilities for inefficiency in history, and the importance of symbolic action to an understanding of politics. Such ideas have a reasonable empirical basis, but they are not characterized by powerful theoretical forms. Some directions for theoretical research may, however, be identified in institutionalist conceptions of political order.*

(UE).

Destaca-se que, os Chefes de Estado, Ministros e burocratas que constituíram a Comunidade do Carvão e do Aço não tinham a intenção – declarada – de criar um mecanismo supranacional em algumas décadas. E este resultado é consequência de demandas da própria instituição que necessitou de novos mecanismos de regulação e por parte, por via de pressões entre atores políticos internacionais⁵⁰. A próxima parte deste capítulo irá abordar melhor este processo de transbordamento de demandas institucionais.

1.2.2. Neo Funcionalismo e as decisões intergovernamentais

A Teoria Neo Funcionalista foi inicialmente formulada por Enerst Haas (1962) que leva a avaliação do comportamento e intergovernamental e a necessidade de fundar instituições que pudessem gerar a intermediação de interesses entre Estados.

De acordo com a teoria deste autor, instituições governamentais que necessitam de ações transnacionais geram demandas de coordenação entre os Estados e consequentemente, a necessidade de constituição de agendas conjuntas para viabilizar a ação conjunta desta instituição e os governos cuja esta possui ação, tal processo cumulativo de demandas por políticas conjuntas – especialmente voltadas em algum setor específico do mercado – gera uma diversificação do “transbordamento” (*spillover*) de políticas conjuntas.

Haas coloca como exemplo a forma como foi constituída a Comunidade do Carvão e do Aço, fundada em 1951, como caso típico desse “transbordamento” institucional. Originalmente concebida na forma de que os Estados membros necessitavam de uma ação conjunta para a exploração, comercialização e uso destes recursos, essas ações geraram a necessidade de constituir mecanismos que viessem a regular o procedimento contínuo e viável deste recurso, apostando que uma relação em cadeia de produção entre Estados era mais benéfica do que a opção por regulamentos livres do mercado ou da adoção de um sistema econômico exclusivo por cada nação. Visto que, entre seus membros, nem todos possuíam o domínio siderúrgico necessário para uma produção necessária.

Tal conjuntura de arranjos institucionais necessitou a criação de uma livre circulação dos produtos gerados em decorrência da produção destes materiais e consequentemente outros

50 Atores internacionais, como salienta Aron, são organizações capazes de formular, pautar agenda ou atuar conforme pressões internas aos Estados para atenderem interesses privados ou coletivos. Neste sentido, tanto organizações internacionais – como as Nações Unidas ou a Organização Mundial do Comércio – são atores tão presentes na constituição de agenda quanto os interesses de companhias multinacionais ou Estatais que fornecem suprimento a recursos estratégicos – em geral, recursos que capacitem o fomento energético ou de segurança do país – além dos próprios Estados atuarem como atores internacionais, como pautas de Gabinete ou através de demandas sociais ou constituídas pelo ordenamento jurídico dos mesmos.

mecanismos de regulação intragovernamental também foram adicionados, tais como um sistema alfandegário conjunto, seguridade e regulamento dos trabalhadores, mercado comum e um sistema de investimentos de capitais que promovessem a expansão e manutenção do sistema produtivo. Estes “transbordamentos” institucionais, segundo Haas, são os pilares para a constituição da União Europeia que veio como resposta de demandas de sociedades que possuíam segmentos econômicos e sociais imbrincados que transcendiam as barreiras nacionais.

Desta forma, o Estado, o formalismo e a conseqüente institucionalização dos fatores de produção transnacional são respostas a uma demanda pré existente e não uma demanda per se. Entretanto, de acordo com a Teoria Neo Funcionalista, a constituição de blocos econômicos é um duplo derivado de demandas, não basta a iniciativa governamental para a constituição de um bloco regional sem o respaldo da estrutura de produção que gera apenas alianças conjuntas onde os atores políticos acabam se circunspicionando exclusivamente apenas nas instituições ou apenas sobre os Estados Membros, sobre esta óptica, a OTAN ou a OCS dificilmente se constituirão em blocos de Cooperação ou que resultem em algum esboço de integração.

Por outro lado, a intersecção de um comércio conjunto, onde os processos econômicos transpõem fronteiras não geram blocos comerciais sem o engajamento dos governos na busca da realização de parcerias mais profundas. A natureza do comércio é de oferecer produtos, demandar recursos e gerar lucro, não é o objetivo do comércio internacional gerar um ambiente de interesses coletivos e muito menos de criar um fator de interdependência. A interdependência é um fenômeno da política econômica, onde ganhos relativos são mais eficientes se mediados entre os integrantes da cadeia de produção.

Desta forma, de acordo com a Teoria Neo Funcionalista, a constituição de Blocos Regionais e a constituição de uma Cooperação interestatal é um duplo processo, é o anseio de interesses de produção transnacional indexado com o objetivo de constituir um conjunto de parcerias e arranjos de decisões coletivas que visem a promoção conjunta dos Estados membros.

1.2.3. Teoria da Interdependência Complexa

Partindo do pressuposto kantiano que o comércio é um processo civilizador das nações, pois através da troca de mercadorias os Homens são obrigados a firmarem tratados, para dar evolução aos negócios. O uso da força pelos Estados destroem as condições de produção da civilização: o artífice, a manufatura e a confiança necessária para creditar os investimentos em outrem.

Dentro desta lógica de trocas mútuas entre povos, Keohane (1984) afirma a necessidade de fundar mecanismos para regularem a conduta dos agentes para manutenção do sistema econômico,

manutenção esta que vise dar viabilidade de garantias de investimentos no exterior, garantias legais, crédito, financiamento, emprego e oferta de produtos entre nações, além de credibilizar a ação empreendedora dos investidores.

Esta relação, de investimento e operacionalidade dos negócios, além da imbrincada relação entre a oferta de matéria-prima, capacidade de fornecimento de bens e materiais além da viabilidade de manutenção do constante fluxo entre bens e capitais resulta numa condição que leva os mercados – e conseqüentemente as sociedades em que estes estão inseridos – a estarem dependentes, em diferentes graus, da continuidade de manutenção da troca entre matérias-primas, bens e produtos e o fluxo de capitais (KEOHANE, 1984).

Isto aponta a importância da atuação do Estado na conduta dos negócios privados, como ente regulador da ordem econômica e agente legal perante outras ordens institucionais para fazer garantir que os investimentos sejam assegurados, além de agir como parte em situações de contendas que por ventura possam ferir a estrutura deste sistema complexo.

Para tal, a fundação de instituições vem no sentido de criar condições que tanto melhorem a confiança entre investidores privados ou públicos em mercados externos. Atuando como entidade para dar caráter de garantias e salvaguardas às relações intraestratais, um caso marcante deste exemplo apontado por esta complexidade é a atuação da Organização Mundial do Comércio⁵¹ (OMC) que cria condições para que os Estados membros – que submeteram-se aos princípios legais desta instituição – possam recorrer a processos de sanções econômicas, compensações ou até a possibilidade de aplicar multas perante a violação de princípios criados pela instituição.

O conceito de interdependência na política externa está condicionado a relação recíproca entre Estados, mercados e sociedades nas transações comerciais, sendo conceitualmente este evento é conceituado como interdependência – e não simplesmente dependência – pela pluralidade de mercados fornecedores, produtores e consumidores de produtos. É possível que países onde as commodities têm grande peso em sua balança comercial exportadora escolham outros parceiros, ou que economias industriais avançadas optem por redirecionar suas vendas, mas o alto custo de

51 A OMC é um caso exemplar para explicar a aplicabilidade do processo de *Spillover* apresentado pela Teoria Institucionalista e também torna-se visível a avaliação de um caso de Interdependência Complexa. A instituição originalmente criada por economias com grande participação no mercado internacional e que visava regular as operações entre Estados – como forma de garantir os investimentos no estrangeiro – acaba por criar autonomia perante seus fundadores, como se a “criatura” tomasse vida própria perante seu criador. Atualmente o Estado com maiores ações de violações das cláusulas da OMC são os Estados Unidos, onde muitos pareceres foram dados desfavoravelmente a este membro. Entretanto, apesar dos constrangimentos e retaliações que este país sofre, torna-se inviável do mesmo de deixar a instituição, visto que sem a garantia legal e institucional da OMC o mesmo perderia grandes somas de investimentos e até prestígio para fazer valer reclamações suas, como a atuação da preservação de patentes, fator caro a aquele país. Também destaca-se que o Brasil é o país que mais aciona as cláusulas de atuação da organização e é um dos mais acionados por terceiros, visando sempre resolver as contendas internacionais através de mecanismos formais e legais.

alteração da estrutura de mercado torna esta opção pouco palatável aos atores.

A demanda de interesses na agenda internacional sobre hipótese alguma está hierarquizada, de acordo com Keohane (1984), a agenda constituída por atores internacionais não necessariamente está vinculada estritamente pelas relações comerciais e muito menos pela agenda de segurança – pressuposto da Teoria Realista⁵² – mas pela composição plural de interesses⁵³.

Segurança jurídica, estabilidade política, contenção de ameaças, garantias trabalhistas, capacidade de consumo e outros pontos são uns temas que estão em constante foco nas mediações entre agentes políticos internacionais e para cada uma delas, podem surgir diversos tipos de arranjos institucionais: o Banco Mundial e o Fundo Mundial Internacional atendem temas como finanças e créditos para atores estatais; OTAN e OCS tratam do tema de segurança coletiva; enquanto MERCOSUL e ASEAN lidam com temas tarifários e a proteção do mercado interno, apenas para citar algumas destas instituições.

Por outro lado, a Interdependência também é um instrumento de poder – retomando o princípio Neo Institucionalista de que poder é convencimento – baseado em dois fatores: sensibilidade e vulnerabilidade. Que prediz que efeitos endógenos e exógenos dos Estados afetam as relações entre Estados e por conseguinte, o próprio cenário externo.

O fator de sensibilidade pode ser compreendido pela capacidade de uma sociedade, Estado ou mercado sofrer alguma alteração provocada pelo cenário internacional e vulnerabilidade é a capacidade destes atores políticos de arcarem com os custos destas mudanças, sendo que a interdependência reside na relação destes dois fatores.

Este tipo de composição, num arranjo de pressões internas e externas, não pode ser compreendido como efeitos simétricos, ao observar a sensibilidade e vulnerabilidade entre os atores políticos, deve-se colocar em voga que a assimetria das forças é natural ao sistema complexo e que os próprios atores internacionais, por muitas vezes, desconhecem a capacidade de predição do impacto destas duas variáveis.

52 A Teoria Realista, de acordo com Aron, advoga o fato de que os Estados buscam a sua preservação. A guerra não é um objetivo visado pelos analistas da Teoria Realista, mas ela é um fator presente e factível nas Relações Internacionais. Geralmente vistos como belicosos o que demonstra uma falácia, pela argumentação de Aron, este teórico apenas salienta que o fato de que o mundo – e seus líderes – buscarem uma convivência com a ausência de guerras, não significa que os atores internacionais possuem consenso quanto a não utilização das forças armadas ou de que os próprios Estados Nacionais não estejam a merce de eventos hostis.

53 O emprego de meios coercitivos, por vezes, torna-se contraproducente para a construção de confiança tanto comercial quanto de interesses. O consumo de produtos americanos vem decaindo nestes últimos anos em várias regiões do continente asiático – em especial no mundo árabe – devido as hostilidades daquele país contra o Paquistão e Iraque.

CAPÍTULO DOIS - Histórico da Cooperação Regional na Ásia

“Mas volto aqui à época em que eu dava aula de teoria política na UnB, durante o regime militar. Havia uma pergunta latente no ar: “Afinal, qual o interesse que temos na política?”. E minha resposta, parafraseando, sem o saber, o historiador e filósofo da história Arnold Toynbee⁵⁴, é a seguinte: “Você pode não se interessar pela política, mas a política – cedo ou tarde – vai se interessar por você.”
(AMORIM, 2011, pg. 78)

História como explicação do Presente

Para entender complexidade de poderes Estatais configurado no Leste Asiático de hoje, é necessário compreender a história da diplomacia (KAWATA e NINOMIA, 1964) dos países da região. Pois, os tratados elaborados é o resultado das pretensões oficiais entre Estados, que possibilitam o desenvolvimento conjunto – não necessariamente integrado – das economias e das sociedades dos mesmos.

Estes tratados são resultados de eventos que compõe a história formal das nações, resultando na elaboração de ações conjuntas – sejam em forma de tensões ou de cooperações – cumulativas ao longo do processo de mediações entre Estados. A compreensão da História, como ressalta Nye (2009), é o instrumento que os analistas em política internacional possuem para encontrar os fatores causais dos eventos atuais.

Neste capítulo será destacado o fator do Estado e as sucessões conceituais ao longo do tempo, para fins de compreender o resultado de operações atuais e destacar os empregos e motivos de decisões do jogo de relações do extremo oriente, dividindo as subpartes pela importância de eventos institucionais e não meramente históricos.

Para este fim, o presente capítulo será dividido em seis partes: (1) o Japão anterior a Restauração Meiji e a ordem de poder na Ásia; (2) a Restauração Meiji de 1868, a modernização do país e as teses de Fukuzawa Yukichi; (3) a influência de Conde Richard Nikolaus Eijiro von Coudenhove-Kalergi para a formulação do Pan Asianismo, a formulação da Esfera de Coprosperidade Asiática como projeto civil, o fim da Democracia Taishô em 1930 pela instauração da Cúpula Militar no Gabinete (ver nota nº 23) e a Segunda Guerra; (4) Pós Guerra, ocupação americana e o minimalismo diplomático da Doutrina Yoshida; (5) o “retorno para a Ásia”, a utilização dos ODA como ferramenta política e políticas de investimento governamental; e (6) a

54 Na mesma obra de Amorim consta a seguinte correção: “A frase original de Toynbee, como vim a apreender com um jovem colaborador, é: “O maior castigo daqueles que não se interessam pela política é ser governado por aqueles que se interessam.” (AMORIM, 2011 pg. 78).

vitória do Partido Democrata do Japão em 2009, a constituição da Comunidade do Leste Asiático e a disputa interna no país para futuros projetos.

2.1. O Japão antes da Restauração Meiji

A Restauração Meiji (em 1868) é, de todos os eventos da história do Japão, o mais importante e impactante, resultando em uma forte guinada quanto a questões internas e ao destino do país que irá mudar sua colocação na região e sua relação perante o mundo. Pois foi o início do fim do sistema tradicional, o primeiro processo de industrialização e modernização econômica, política e social do país e pela primeira vez, desde o fim do período Heian em 1185 que o Imperador retorna ao palco central de poder⁵⁵. Tendo como resultados, um rápido avanço do país em fatores tecnológicos e econômicos e lançou o país a estender seus interesses para além das fronteiras nacionais, além de conseguir – como resultado destas reformas – colocar-se em oposição a expansão ocidental sobre a Ásia, que alterou por completo a relação entre Oriente e Ocidente.

Entretanto, antes de adentrar na questão da Restauração é necessário compreender alguns pontos anteriores que, mesmo que tenham sido alterados perante as mudanças de modernização residem até hoje na cultura política do país e na forma de suas instituições.

Para isso se destacam três pontos: (1) O arranjo de poderes regionais através da implementação do sistema tributário chinês que conformava e mitigava qualquer forma de disputas inter estatais no extremo oriente; (2) A função do poder centralizado como forma de dirimir as disputas regionais dos líderes e diferentes clãs dentro do Japão e; (3) A invasão Ocidental sobre a Ásia, que levou a implementação do sistema colonial para o continente, criando grande preocupação para as lideranças e chefes de Estado dos países asiáticos.

Com esta lógica de eventos, pretende-se colocar alguns pontos essenciais para a compreensão da ação do Estado japonês e a conduta dos Estados asiáticos para futuras ações. O advento das ideias de Confúcio⁵⁶, escritos no século III a.C. possuem grande influência na

55 Nos períodos posteriores as famílias feudais e clãs possuíam o poder militar sobre o país, colocando o Imperador como uma figura simbólica e de pouca capacidade de decisão sobre a política nacional.

56 Confucio, latinização do nome Kong Qiu, foi importante por ser o primeiro filósofo a pensar a função da governância e da moral do governador. Tanto Confucio quanto Maquiavel escreveram suas obras destinadas aos seus soberanos, na busca de aplacar e apaziguar a guerra civil em seus respectivos reinos, salientando que ambos autores destacavam princípios como Ética e Moral como meios para regulação do poder do próprio monarca. Em sua obra, Confucio buscava restaurar o “Mandato do Céu”, numa busca de legitimar o poder do soberano através dos valores e da vontade divina. Mesmo um soberano perpétuo era melhor do que a inconstância das disputas pela sucessão do poder ao trono, pois o monarca deveria trazer a ordem para tudo aquilo que “estava abaixo do céu” - Maquiavel teria realizado postulados com objetivos muito próximos quase dezesseis séculos depois. Nota-se que esta passagem é imprescindível para a constituição de uma pré noção de “nacionalismo” e da própria identidade do povo chinês. Este “nacionalismo” é a noção de que os chineses tinham de si mesmos, pois estes estavam sobre o julgo da vontade divina emanada de seu imperador “Tudo abaixo do céu”, dos ideogramas 天下, retomam a noção de que a China,

conjuntura de arranjos do Estado na região do extremo oriente. Pela ordem de colocar um fim as hostilidades do Império Chinês durante a unificação da China. O Estado, dentro dos ensinamentos chinês, tem como objetivo a instauração da ordem, o caos e a disputa fratricida são fatores residentes dos “bárbaros”, o estabelecimento de um poder central, mesmo um poder abusivo, é preferível a um poder fraco que não pode conter as desavenças das forças em disputas⁵⁷.

Com isto em mente, a constituição de uma ordem hierárquica no sistema internacional é uma transplantação da ordem social do Estado através da instauração do Sistema Tributário. O Sistema Tributário chinês, iniciado no final do século X entre os reinos fronteiriços⁵⁸, como forma de coibir disputas regionais. O mecanismo facilitava as trocas comerciais entre os reinos regionais criando um sistema comercial regional onde o Império Chinês além de poder realizar exportações de seda, especiarias e textos filosóficos em troca do comprometimento destes países em prestarem auxílio na manutenção da ordem contra ordens hostis.

A conotação das obras de Confucio terá a importância de estabelecer uma paz duradoura, visto que após as conflagrações entre os Clãs Minamoto e Taira durante o século X – que deu início ao Período Kamakura – levou a inconstante luta pelo poder por diversas gerações. Conflagrações tais que levou a uma luta fratricida em todo o Japão onde diversos clãs surgiram para alcançar o poder: tal período ficou conhecido como período Sengoku⁵⁹.

advindo dos ideogramas 中国 que significa “o reino do meio”, isto é, o domínio dos homens que estão “abaixo” dos deuses e “acima” do caos e barbárie que significava os povos estrangeiros. Sua obra, *Analectos*, é considerada um marco da Filosofia Política Clássica na Ásia.

57 Obviamente que Confucio não prega a tirania. Um governo abusivo é tão intolerável quanto o próprio caos. É de dever do Soberano estabelecer a ordem, entretanto, a ordem jamais será estabelecida sem a preservação de valores e da constituição da ética na vida social, mas apenas um governante que tenha força poderá instaurar tais valores perante sua população e apenas com a perseguição destes valores. O Imperador da China auferia o título de credibilidade perante os governantes regionais, o Japão, entretanto, devido as mudanças de poderes internos após a unificação do país no século XVI, lançou-se contra a Coreia, rivalizando a hegemonia de poder chinês na região.

58 Japão e os reinos da península coreana foram os que mais perpetuaram com o sistema tributário.

59 Tal processo de disputas só irá encontrar o seu desfecho durante o Período Momoyama (1573-1615) quando o Daimyo Toyotomi Hideyoshi, consegue controle sobre grande parte do Japão, dando fim aos quase dois séculos de guerra entre senhores feudais, consolidando seu poder sobre o país. Este feito condiciona que três líderes militares atinjam grandes capacidades de controle sobre o arquipélago: Oda Nobunaga (1534-82), Toyotomi Hideyoshi (1536-98) e Tokugawa Ieyasu (1542-1616). Havia um ditado comum na época que descreve melhor as personalidades destes três líderes, se houvesse um pássaro que não cantasse, Nobunaga ameaçaria o pássaro para cantar, Hideyoshi o persuadiria e Ieyasu simplesmente esperaria até que o pássaro cantasse. Esta conjuntura e novo reordenamento de poderes no Japão rompe completamente a capacidade chinesa de mediar – ou até coibir – pretensões japonesas sobre o nordeste asiático, fazendo com que Toyotomi Hideyoshi, após consagrar seu poder sobre o arquipélago, lançar-se sobre a península coreana, levando a uma guerra de controle sobre a região de 1592 até 1598 que levou a morte de Hideyoshi. Devido aos desdobramentos, alianças e combates, Tokugawa e Toyotomi Hideyori (herdeiro do clã Toyotomi após a morte de Hideyoshi) tornam-se as principais potências do arquipélago, levando os dois líderes a realizarem a maior batalha já realizada até então no país na Batalha de Sekigahara em 1600. Com o término deste confronto, Tokugawa sai-se vitorioso e em 1615 adquire o título de Generalíssimo e a unificação final do país, dando início ao Período Edo (1615-1868). Durante o Xogunato de Tokugawa, que mudou o controle do país de Kyoto – antiga capital – para Edo (atual Tóquio) dando o início ao Período que leva o nome da nova sede do governo. Para melhor realizar as reformas sociais e econômicas do país, o novo governo instaurado por Tokugawa fechou suas

Os princípios confuciano irão adentrar no cenário político japonês por volta do século XIII e farão grande importância após a unificação realizada pelo General Tokugawa após a vitória em Sekigahara⁶⁰ em 1600, quando este derrotou os demais clãs e sucedeu ao cargo de Generalíssimo⁶¹. E levou a instauração de um regime centrado, aplacando as lutas regionais, dando início ao período Edo (1612 até 1868)⁶².

Este período de estabilidade e calma interna durou até julho de 1853, quando o Comodoro⁶³ Matthew Perry chega ao Japão e tenta estabelecer tratados comerciais para a América, logrado pelas vantagens e concessões já auferidas aos mercadores holandeses e portugueses. Entretanto em uma disputa de poder entre o Shogun (poder militar do país) e o Imperador (poder tradicional) estabelece um conflito de interesses. Visto a superioridade tecnológica das fragatas de guerra americana sobre a esquadra japonesa, logo o governo do arquipélago cede uma reunião com o Comodoro Perry. Corroborado pela prática de Tratados Desiguais⁶⁴, prática comum na época, foram assinados diversos acordos desfavoráveis ao Japão, forçando o mesmo a acatar com prerrogativas que descontentaram classes nobres, oligarquias internas e setor comerciais da Capital (STOCKWIN, 2001). O Shogun Tokugawa concede a entrada dos postos comerciais face a pressão das forças militares americanas enquanto o Imperador, insatisfeito com a posição de desvantagens comerciais estabelecidas, opõe-se ao tratado, denunciando-o e entrando em direto conflito com o Shogun.

Os estrangeiros são expulsos do país levando o Comodoro a abrir fogo contra o porto de Yokohama (cidade vizinha a Tóquio). A superioridade militar americana abala as forças internas do

portas ao exterior, limitou o contato com mercadores estrangeiros – a maioria deles portugueses e holandeses – ao porto de Hiroshima e controlou a disseminação do cristianismo no país pregada pelos monges jesuítas, além de realizar diversas mudanças sociais e econômicas na sociedade japonesa (HENSHALL, 1999).

60 A Batalha de Sekigahara é importante na história japonesa pois foi a última grande conflagração ocorrida durante o Período Sengoku. Importante frisar que atribui-se a participação de Miyamoto Musashi, o lendário samurai, neste combate.

61 Generalíssimo, ou Shogun (将軍) no original em japonês. Líder militar dos feudos daquele país, subordinados apenas ao Imperador. Entretanto, o Shogun era constantemente desafiado pelos clãs que detinham o poder regional. Esta constante luta pelo controle do título de Shogun levou o Japão a uma sangrenta guerra civil no período Sengoku (戦国).

62 O nome deste período designa a capital do novo império, Edo (atual Tóquio), deslocando o poder da corte aristocrática de Osaka para um centro urbano e comercial.

63 Comodoro é o posto da Marinha que possui a mesma patente que Coronel para o Exército. Para a época – final do século XVIII – Comodoro possui a função de Chefe de Esquadra, que pode ser traduzida para os quadros militares brasileiros como Contra Almirante ou Vice Almirante.

64 Tratados Desiguais foi uma prática adotada pela diplomacia das potências ocidentais perante Reinos e países de menor capacidade militar ou tecnológica. Visando constituir benesses favoráveis – em uma etapa que geralmente antecedente a implementação de um sistema colonial – dava as potências ocidentais diferentes vantagens, que iam desde privilégios alfandegários (como ocorreu entre Brasil e Inglaterra), acesso exclusivo de manufatura, direitos de instalação de empresas ou companhias em solo estrangeiro chegando até ao ponto de concessões territoriais a forças externas.

país levando a uma guerra civil entre os defensores das forças pró Imperador (nacionalistas defensores de uma modernização do país) e pró Shogunato (defensores de uma política de manutenção das tradições e de completo fechamento para o exterior), entretanto, ambas as partes viam a necessidade de ampliar a capacidade militar em face a situação colonial que a Ásia se encontrava⁶⁵.

Por ironia, a ação da frota americana forçou os japoneses a reverem suas relações com o mundo banindo o sistema de “portas fechadas” e reavaliando o real poder que a corte de Tokugawa tinha em defender os interesses nacionais. A derrota contra as forças estrangeiras levou a queda da credibilidade do Shogunato e levou a um levante de mudanças, induzindo diversas guerras internas, revoltas e mudanças (HENSHALL, 1999).

O importante destacar é que a Restauração Meiji é uma resposta tanto as forças tradicionalistas (representadas pela figura do Generalíssimo de Tokugawa) quanto a fazer frente a expansão do Ocidente sobre o Japão. Por esta razão, o Imperador engendra-se em uma série de mudanças e, para dar procedimento ao seu objetivo, faz-se necessário repensar a posição do país perante o cenário internacional.

2.2. Restauração Meiji como resposta institucional

A ascensão do Imperador Meiji ao trono de Crisântemo em 1852 levou a uma significativa mudança na conjuntura interna no país. Estas mudanças foram conhecidas como Restauração Meiji (明治維新) em 1868 permitindo ao país dar enormes saltos tecnológicos e projetar o país da situação de uma economia agrícola em um sistema complexo industrial. A Restauração é uma resposta administrativa quanto ao desenho institucional do Japão frente a sua defasagem perante o Ocidente.

65 A conjuntura de poderes na Ásia era muito preocupante para a elite japonesa, visto que muitos reinos importantes estavam sobre ocupação na época: A constituição do Raj Inglês sobre a Índia em 1858, a derrota da China perante a Inglaterra (1839-1842), contra a França (1856-1860) nas Primeira e na Segunda Guerra do Ópio, além das intervenções americanas e russas no extremo oriente. Até o final da segunda Guerra, apenas dois países não se tornaram colônias de outra potência ou não tiveram suas soberania extirpada: o Japão e a Tailândia.

“A Restauração foi liderada por um grupo muito pequeno de samurais, cerca de 20, oriundos de um extrato médio do serviço público de suas terras. Logo nos primeiros anos do novo governo os novos líderes, ou *genro*⁶⁶ se depararam com uma divisão no que tangia sua relação com os vizinhos. Após acalorados debates verificou-se divergências sobre a política japonesa na Coréia, parte dos *genro* advogava uma intervenção imediata na península coreana, enquanto o restante acreditava que ainda não era o momento certo para uma expedição militar ultramarina. Os defensores da invasão imediata foram derrotados e exonerados de seus postos no governo” (MAGNO et. al. 2010a).

Com forte incentivo a busca de técnicas e valores ocidentais, o Japão logrou a mudanças estruturais para melhor fazer frente a influência ocidental. Neste ínterim, o governo organiza viagens para o exterior, funda embaixadas no ocidente e subsidia estudantes para aprenderem tecnologias novas, estudar sistemas legais e modelos de organização adotados pelas potenciais industriais (NAKAMURA, 1962).

Um destes mais proeminentes pensadores foi Fukuzawa Yukichi (1835-1901), um samurai de baixo escalão que traduziu diversas obras de Sociologia e Direito Internacional do alemão para o japonês⁶⁷. O autor salienta o fato das nações asiáticas estarem a mercê das potenciais ocidentais pela sua constituição feudal, em sua obra “A Teoria para sair da Ásia” ou “Abandonando a Ásia⁶⁸” (脱亞論 *Datsu-a-Ron*).

De acordo com Fukuzawa, o Japão estava a mercê das intempéries e desejos das potências ocidentais devido a sua condição material asiática, que conforme o autor é essencialmente agrária e atrasada, inepta perante a tecnologia ocidental. Em certa forma, Fukuzawa prediz Edward Said na sua percepção entre Ocidente e Oriente, no que se refere a constituição do Ocidente como potência através do discurso da sua força material como sinônimo de ética e superioridade racial.

Através do desenvolvimento de técnicas e progresso advindos da Europa, o Japão poderia romper a sua “condição asiática” e dar “adeus” ao trágico destino que o continente estava destinado.

66 “*Genro*” é designação usada no Japão para os samurais que promoveram a restauração Meiji. A literatura anglo-saxônica utiliza a expressão “oligarcas”. Contudo, entre nós, o termo oligarca é utilizado usualmente para designar a classe dos latifundiários, cujo poder depende do controle de recursos naturais e mão de obra. No Japão o que mais se aproxima disto são os *daimyo*, justamente contra os quais se levantaram os *genro*, portanto, “oligarca” induz a erro de interpretação. Além disto “caudilho” em nosso meio é utilizado para designar líderes cujo poder emana do carisma, ou prestígio, e da interferência na política através de bandos armados. A designação “caudilho” aproxima-se mais dos *genro*, samurais intermediários, dotados de liderança e carisma, hábeis no uso de armas e na conduta de tropas (HALL, 1985:246-247 in: MAGNO et. al. 2010a).

67 O Direito alemão era considerado na época o mais avançado sistema legal e foi o primeiro país asiático a adotar um sistema parlamentar. A primeira Constituição do Japão foi escrita em 1889.

68 De acordo com a Tese de KWOK (2009) a tradução do título da obra pode ser entendido como: “*Datsu*” (脱), *this Japanese word holds the meaning of, to exit, to get out, or, to depart.* “*A*” (亞), *is the abbreviated term for “Asia” in Japanese language. Finally, “Ron” (論) possesses the meaning of theory, or, hypothesis. Decoding the complete term in a literal approach, Datsu-A Ron, thus means “the theory of getting out of Asia” or “the theory of departing from Asia.”*

Ressaltando que na época que o autor escrevera a obra – 1885 – além do Japão, apenas o Reino do Sião (atual Tailândia) não eram colônias de potências ocidentais⁶⁹. Abaixo segue um recorte de uma imagem que melhor explica a situação de contexto da época.



Imagem retirada da minissérie **Cloud over the slope** (坂の上の雲 *Saka no Ue no Kumo*) onde retrata a ideia de invasão do Ocidente sobre a Ásia no final do século XIX. Nota-se na figura as bandeiras da Inglaterra sobre as partes da Índia, Paquistão e Birmânia retratando seus domínio sobre a região, da mesma forma ocorre com a figuração de bandeiras francesas sobre a Indochina, a bandeira espanhola sobre as Filipinas (que posteriormente seria suplantado pelo domínio dos Estados Unidos) e a bandeira russa sobre a Sakahlina. Também é possível ver na figura, mas oculta pela legenda, a bandeira da Holanda sobre a Indonésia. A tradução da legenda é “o Japão acreditava que a ocidentalização era o único modo de sair do caminho de decadência de uma nação como a China”. Ocidentalização aqui, é entendida como aprimoramento das técnicas instrumentais – materiais ou governamentais – existentes no Ocidente.

Para evitar esta “fatalidade”, deveria o povo japonês organizar-se como civilização, numa medida de encontrar novos caminhos e fazer frente ao avanço tecnológico ocidental. Somente com o desenvolvimento do “espírito” de uma civilização seu povo poderia atingir a independência e a necessidade de que as nações devam apoiar-se mutuamente para proteger seus interesses, entretanto, perante as adversidades e conflitos com o Ocidente, tanto Coreia quanto a China nada tinham a oferecer para o progresso do país, cabendo ao Japão buscar seu próprio caminho, em direção ao

69 Os importantes Reinos e Impérios da Ásia estavam subjugados por potências ocidentais, pode-se destacar o caso do Império Indiano (sobre julgo do Raj Inglês), da Indochina (sobre ocupação francesa), da Indonésia (Holanda) e das Filipinas (primeiramente uma colônia espanhola e, em 1899, entregue a administração dos Estados Unidos). O Reino da Coreia era um estado tributário chinês e mesmo que o Reino Chinês, sobre a Dinastia Qing (1644-1912), não estivesse inteiramente ocupado – como ocorrera com outros reinos asiáticos – a China cedia partes de seus territórios a outras potências ocidentais, tais como o porto de Hong Kong (Inglaterra), Macau (Portugal) e a península de Shandong (Alemanha), além da tentativa da constituição de Estado Tampão (*Buffer State*) no Tibet por interesses da coroa inglesa, visando proteger suas colônias no subcontinente indiano das pretensões russas sobre a Ásia central (MARTINS, 2008).

desenvolvimento, mesmo que fosse com o apoio do Ocidente (KWOK, 2009)..

Suas obras versaram sobre a questão do “espírito asiático” e a “técnica ocidental”, tentando achar uma síntese que pudesse consolidar uma melhor civilização para o Japão. Em sua obra “Um Esboço de uma Teoria da Civilização” (文明論之概略 *Bun Meiron no Gairyaku*), é possível destacar este debate:

“A civilização de uma país não pode ser avaliada em termos de formas externas. Escolas, indústrias, exército e marinha são meramente formas da civilização. Não é difícil criar estas formas que podem ser compradas todas com dinheiro. Mas há um espírito adicional neste componente, que não pode ser visto e nem ouvido, emprestado ou adquirido. Agora esta influência na nação é muito grande. Sem isto, escolas, indústrias e capacidades militares perdem significado. Isto é de fato um valor de todo importante, o espírito da civilização, que por sua vez é o espírito de independência do povo⁷⁰.” (tradução do autor) FUKUZAWA YUKICHI in: MACFARLANE, 2002.

A utilização destes “espírito” foi utilizado como mecanismo político para nortear as mudanças que estavam em curso. Como forma de discurso, este “espírito” é a consagração do nacionalismo japonês, fato este disseminado fortemente na população após a reforma Meiji.

Este ponto é importante para ser ressaltado, visto que a partir desta questão o Estado passou a dirigir seus negócios a população buscando constituir integridade no tecido social. O “fazer a guerra” deixaria de ser um fato de determinadas classes sociais e permutaria-se a um exército de conscritos, um exército de cidadãos e a disseminação dos interesses do Estado para sua população tornar-se-ia uma questão essencial. Pela primeira vez na história daquele país o cidadão comum tornou-se peça central da política, por esta razão, o desenvolvimento de sentimentos nacionalistas e ufanistas tornar-se-ia uma questão de estratégia e de interesse do Estado.

Como medida para constituir fontes de matéria-prima para o desenvolvimento das indústrias capitalizadas⁷¹ pelo Estado dentro das reformas da Restauração Meiji, por meio do mote “Enriquecer a Nação, fortalecer o Exército” (富国強兵 *Fukoku Kyôhei*) o Japão embrenhou-se em assegurar numa guerra contra o Império Chinês, desencadeando a Primeira Guerra Sino Japonesa

70 *Civilization of a country should not be evaluated in terms of its external forms. Schools, industry, army and navy, are merely external forms of civilization. It is not difficult to create these forms, which can all be purchased with money. But there is additionally a spiritual component, which cannot be seen or heard, bought or sold, lent or borrowed. Yet its influence on the nation is very great. Without it, the schools, industries, and military capabilities lose their meaning. It is indeed the all-important value, i.e. the spirit of civilization, which in turn is the spirit of independence of a people.*

71 Nota-se que estas indústrias, em geral, eram manufaturas ou negócios que estavam em posse de famílias abastadas, gerando uma profunda relação entre elites aristocráticas e o Estado, que viabilizou o desenvolvimento da indústria no país. Estes negócios – resultados de uma mescla de capitais privados da antiga aristocracia e do moderno Estado japonês – constituíram os conglomerados industriais, ou *Zaibatsu*, que tem grande importância na política e economia do país. Esta relação será mais bem abordada no final deste capítulo.

(1894-1895) quando saiu vitorioso.

Como resultado da guerra, o Japão inicia o seu primeiro ensaio como “potência regional”, assinando com a Dinastia Qing chinesa o Tratado de Shimonoseki (1895) onde empregava a mesma série de tratados desiguais cujo país fora vítima quase 40 anos atrás com a intervenção do Comodoro Perry. Entre diversos pontos, a mais saliente das questões foi a concessão da Ilha de Formosa (atual Taiwan) para o Império japonês e a “mudança de mãos” do Reino da Coreia, que desde então passaria a ser estado tributário do arquipélago⁷².

Esta vitória – obtida com um exército moderno e de mudanças internas do regime político⁷³ – sobre o gigante chinês chama a atenção de outras potências, entre elas, o Império Russo, lançando os dois países a uma série de tensões no extremo oriente, eclodindo o conflito Russo Japonês em 1904-1905, com a vitória dos últimos. Fato esse inédito, visto que pela primeira vez uma nação asiática derrota uma potência ocidental, tendo grande impacto nas sociedades asiáticas que lutavam contra o domínio europeu, desde a Turquia, Índia, Vietnã e outras colônias (YOSHIKAWA, 2009).

De acordo com o cientista político José Miguel Martins (2009) a disputa pelo extremo oriente – tendo como pivô o controle sobre a península coreana – que permite o controle sobre o Mar do Japão, meio de escoamento de produtos que partem do porto de Tianjin e o porto Arthur (China), além do porto de Vladivostok (Rússia) e a costa norte do Japão. Estes mesmos portos permitem o acesso as regiões mais ricas em minerais e fontes de petróleo.

A Manchúria e a região norte da península coreana são ricas em minerais e lá concentra-se o coração industrial chinês – especialmente no início do século XX. Quando os japoneses anexaram a Coreia, é na região norte que são instaladas as fábricas pesadas devido ao acesso direto de recursos. O porto de Vladivostok é o único “porto quente” do Império russo no extremo oriente, isto é, suas águas só congelam nos períodos mais frios do inverno, ao contrário do que ocorre com os demais portos russos na região e, é através do Porto de Vladivostok que escoam os bens e recursos extraídos da Sibéria, região abundante em produtos e minerais essenciais para o desenvolvimento da indústria russa.

Além do fato de que a península coreana tornar-se-ia uma proteção contra a expansão das

72 Deve-se ressaltar que, mesmo que as forças japonesas estivessem lutando contra a China, os republicanos chineses, e nisto ressalta-se Sun Yat Sen, viam as ações japonesas como necessárias para a derrubada da corte Manchu (a Dinastia Qing). Em 1895 Sun iniciou uma rebelião em Cantão, no sul do país, a fim coibir as forças imperiais chinesas a abrirem um combate em duas frentes, que contou com o apoio japonês. Entretanto, Sun perde a batalha e refugia-se em Tóquio a fim de organizar a segunda ação contra Beijing. Em 1911 Sun seria vitorioso e daria por fim ao regime Imperial no continente, entretanto a conjuntura política japonesa interna estava em mudança e o apoio a Sun começa a minguar, especialmente pelo fato da ascensão ao novo Gabinete de Beijing o General Yuan Shikai, que restaura o domínio imperial sobre seu próprio estandarte, levando ao país há uma série de revoltas regionais e revoluções internas que teriam fim apenas com a vitória de Mao Zedong em 1947 (YOSHIKAWA, 2009).

73 Como consequências do “Legado Yamagata”.

demais potências. O controle desta península pelo Império japonês não só permitia aos mesmos terem acesso a recursos caros ao seu desenvolvimento, mas também cria uma projeção territorial no continente além de constituir uma defesa natural contra a expansão dos Impérios Russo e Chinês.

É por esta razão que – através de uma leitura de *Realpolitik* – questões da divisão das Coreias são vitais e importantes para o futuro da Ásia nos dias de hoje (ressaltando que a disputa sobre a península retoma o período dos Estados Tributários Chineses, no século XVI) e tornou-se o primeiro palco de projeção do Império japonês no século XIX.

A perpetuação da divisão da península – na atual conjuntura – torna-se talvez a melhor solução de concertação de interesses entre as potências regionais do século XXI: Japão e Estados Unidos (que veem o interesse da permanência do regime sul coreano) e da China e Rússia (que cautelosamente viabilizam a manutenção do regime do norte).

Os chineses veem como inadmissível a existência de país hostil em sua fronteira com a região norte do país (Manchúria) devido a importância econômica e estratégia deste território, por outro lado, a manutenção do governo sul coreano justifica a presença de tropas americanas no continente, colocando o país no centro das discussões político e econômicas de um dos pontos mais sensíveis da Ásia e por outro lado, os japoneses veem o duplo interesse⁷⁴ da existência dos dois governos na península coreana (MAGNO et. al. 2010a).

Entretanto, não é apenas de ações beligerantes que a história da expansão de interesses japoneses é contada. Na década de 1910 assume ao poder o Imperador Taishô e inicia uma série de reformas de caráter político, instaurando a Democracia Taishô no país.

2.3. Modernidade e Pan Asianismo

Em 1912 ascende ao trono o Imperador Taishô que teve importantes e fortes mudanças no cenário político japonês. Durante seu mandato, pode-se destacar quatro pontos marcantes para a diplomacia do Japão e mudanças no cenário político: (1) A breve aliança com a Inglaterra, que aproximou o Japão das potências ocidentais; (2) A instauração da Democracia Taishô que

74 Os regimes coreanos são questões centrais para a política externa chinesa e japonesa. Como este trabalho não versa acerca da política externa do governo de Beijing (ressaltando a necessidade de uma futura pesquisa sobre o tema), para o governo de Tóquio, verifica-se dois pontos: (1) a manutenção do regime do norte da coreia incita partidos de linha dura a defenderem a necessidade de uma agenda de segurança e ampliação das capacidades militares nipônicas – e a revisão do artigo nº 9 da constituição – e; (2) a existência do regime do sul fomenta a opinião de políticos a ampliarem a necessidade de investimento externo e maior competitividade econômica com parceiros regionais, colocando em pauta a agenda de economia internacional e cooperação multilateral. Conforme será apresentado no final deste capítulo, pode-se perceber que o Partido Liberal Democrata (PLD) colocou a questão de uma medida mais ríspida contra o regime de Pyongyang, enquanto o Partido Democrata do Japão (PDJ) vem defendendo a necessidade de maior diálogo com o governo de Beijing para a constituição de uma agenda coletiva, em conjunto com o governo de Seoul (MAGNO et. al. 2010b).

possibilitou avanços de direitos e valores políticos na sociedade japonesa; (3) a difusão dos valores do Pan Asianismo através dos postulados do Conde Richard Nikolaus Eijiro von Coudenhove-Kalergi (1894-1974)⁷⁵; e (4) a entrada na Liga das Nações.

O primeiro ponto a ser ressaltado é a assinatura do termo de aliança com a Inglaterra e a entrada do país ao lado dos aliados contra as tropas alemãs no extremo oriente. A presença japonesa foi determinante no combate na península de Shandong, território chinês cedido ao Império Germano decorrente da assinatura dos tratados desiguais. Que levou o Japão a ganhar posses no Pacífico (ilhas Mariana, ilhas Carolina e Marshall), entretanto, o país reivindicava as possessões alemãs na China – a própria península de Shandong – que foi negada na assinatura do tratado de paz (HOTTA, 2007).

O segundo ponto foi o fato de o Japão, neste período, “gozava de uma economia pujante, em grande parte graças as reformas de Matsukata⁷⁶. Além de um território razoável, devido as anexações resultantes das vitórias na 1ª Guerra Sino-japonesa, na Guerra Russo japonesa e na 1ª Guerra Mundial” (MAGNO et. al. 2010b). Estes avanços permitiram ao governo estabelecer reformas na política doméstica que viabilizou a constituição da Democracia Taishô em 1918, que nada mais era um acordo entre as elites industriais e governo⁷⁷.

A Democracia Taishô permitiu um grande avanço sobre os direitos civis e estabilidade de acomodação social resultantes das reformas realizadas nas últimas décadas, tendo forte influência na constituição da fundação dos valores do cenário político japonês. Muitas das práticas utilizadas neste campo são oriundas deste período, mesmo que houvesse uma ruptura das práticas políticas durante a Guerra do Pacífico.

Consequentemente a abertura política e maior proximidade com o Ocidente permitiu ao Japão ter maior contato com valores externos e maior diálogo com pensadores desta região. Neste ínterim, defensores de uma cooperação regional começa a surgir, tais como salientado pelo

75 Coudenhove-Kalergi, o pai de Richard, Heinrich Coudenhove-Kalergi, descendente de gregos, mudou-se com a família por vários países, desde a Polônia, cruzando os Bálcãs, Alemanha e França e serviu por quatro anos na embaixada Austríaca em Tóquio, durante o período da Restauração Meiji – onde o governo daquele país realizava grandes esforços de cooperação tecnológica com países europeus. Casando-se com uma japonesa de família nobre, que levou o pai da teoria do Pan-europeísmo a ter grande simpatia pelas discussões e projetos no Extremo Asiático. Esta diversidade cultural em sua criação concedeu a Richard uma profunda natureza cosmopolita (TOZAWA, 2004). Destaca-se a importância das obras de Kalergi como primórdio das teorias que versam sobre cooperação regional europeia, sendo considerado o “pai da União Europeia” tal a qual nós há conhecemos.

76 Reformas financeiras e econômicas realizadas por Matsukata Masayoshi (松方 正義). Entre essas reformas estão a modernização do sistema financeiro, a criação do Yen, a criação do Banco do Japão e a venda das indústrias estatais para os antigos *daimyos*, o que resultou na formação dos *zaibatsu*.

77 Durante esse período os *genros* e os políticos partidários haviam chegado a um acordo sobre a formação dos gabinetes. Os gabinetes eram formados por maioria partidária e tinham os nomes submetidos à aprovação dos *genros* no Conselho Privado do Imperador (MAGNO et. al. 2010b).

diplomata Kajima Morinosuke, que atuou como senador na Casa dos Representantes (A Câmara Baixa no Japão) em 1920. Kajima atuou em Berlim onde teve contato com a política alemã do pós Primeira Guerra e teve acesso aos artigos do Conde Richard Nikolaus Eijiro von Coudenhove-Kalergi.

Kajima contatou seu colega, o Embaixador Kumataro Honda que proporcionou um encontro entre Kajima e Conde Kalergi, que proporcionou ao diplomata japonês a formulação de ideias acerca de um Pan Asianismo baseado na obra “Pan Europa” (TOZAWA, 2004). O Conde Kalergi possuía a visão de que para resolver os conflitos e disputas em solo europeu, seria necessário criar mecanismos que mediassem estas diferenças através de arbitrariedade legal, percebendo muito claramente um fortalecimento ao princípio de Westphalen.

Conde Kalergi defendia a necessidade de uma “revolução pela fraternidade” para afastar os perigos de um estado totalitário fascista ou comunista na Europa. Isto porque, segundo ele, “a liberdade sem fraternidade levaria a autocracia, enquanto que a igualdade sem a fraternidade levaria a anarquia. Logo, para uma democracia sustentar-se precisaria da fraternidade. A ideia da revolução pela fraternidade era transcendente à estrutura do Estado, lançando as bases para uma organização supranacional. Ichiro foi conquistado por essas ideias que fortaleceram sua convicção na liberdade e na democracia” (MAGNO et. al. 2010a).

Neste momento surge no cenário político Hatoyama Ichiro⁷⁸ que vem defender os valores do Conde Kalergi, que posteriormente irá traduzir estes valores de fraternidade pelo termo de *Yuai* que terá grande impacto na política japonesa após o termino da Guerra do Pacífico.

Coudenhove-Kalergi destacou a necessidade da revolução do *yuai* dizendo, “Ela (a revolução pela fraternidade) irá, agora que a revolução em favor da liberdade foi trazida a um impasse e a revolução em prol da igualdade fracassou, construir pontes entre as nações, entre as classes, a fim de trazer a todos eles o evangelho da irmandade entre homens livres.” (Tradução do autor)⁷⁹

As ideias Pan Asianistas chegam à esfera governamental e são traduzidas pelo projeto da Grande Esfera de Coprosperidade do Leste Asiático e ganha grande adesão por parte civil e militar da política japonesa, além de criar condições favoráveis de apoio as reformas e base de argumento

78 Hatoyama Ichiro é avô do Primeiro Ministro do Japão, Hatoyama Yukio que governou o país de setembro de 2009 até junho de 2010, sua grande marca foi ter conseguido alçar seu partido – o PDJ – ao poder terminando com a hegemonia do PLD no poder desde 1947.

79 Coudenhove-Kalergi stressed the need for the *Yuai* revolution by saying, "It (=the fraternal revolution) will, now that the revolution in favor of freedom has been brought to a standstill and the revolution in favor of equality has failed, build bridges between one nation and another, and one class and another, in order to bring to all of them the glad tidings of the brotherhood of free men." Fonte 'The *Yuai* Association', disponível no site: <<http://yuaiyoukai.com/english.html>>, último acesso 29 de maio de 2012.

para constituição de alianças dos povos asiáticos perante as pressões ocidentais.

Ressalta-se que os ideais Pan Asianistas pautaram a política externa japonesa a partir do final do século XIX, contribuindo também para a revolução nacionalista do Dr. Sun Yat-Sen em 1911 na China, que contou com inestimável auxílio japonês, visto que – para os nacionalistas e comunistas chineses – a manutenção do regime Imperial era a grande responsável pela manutenção de defasagem do país perante as potências ocidentais.

Por final, destaca-se a entrada do Japão na Liga das Nações, que pode ser compreendido em dois sentidos. O primeiro, para reconhecer a condição de projeção do país no cenário regional e também gratificar o Japão pelo apoio no combate a forças alemãs no oriente e por outro lado criar-se maneira de regular e enquadrar o governo de Tóquio a legislação internacional, condicionando-o ao modelo de segurança coletiva⁸⁰ (NYE, 2009).

Entretanto, o período áureo da expansão dos interesses japoneses começa a encontrar resistência, sua projeção e a quase ausência da existência de potências regionais⁸¹ colocava o país como um *hegemon* local, chamando a atenção das potências Ocidentais. Na próxima parte, será vista as medidas que vieram a conter esta expansão e a reviravolta com o Ocidente.

2.4. Desavenças com o Ocidente

O primeiro fator de afastamento com o Ocidente pode ser destacado pela queda do Regime Civil e a falência da Democracia Taishô. No dia 1^a de setembro de 1923 a região de Kantô – região onde se concentra a cidade de Tóquio e Yokohama, os centros administrativos e financeiros do país – fora vítima de um terremoto de escala 7.9 que devastou por completo estas cidades. O impacto e dano foram tão intensos que levou o país a adotar Lei Marcial⁸² devido os saques e tumultos

80 O sistema de segurança coletiva, tinha como pressuposto coibir os países de lançarem-se a guerra contra outras nações, para tal, havia um pressuposto no regulamento da constituição da Liga (artigo nº 16) que obrigava os países a declararem guerras contra Estados agressores. Além do fato de que também havia regulamentos restringindo a tonelagem das marinhas dos países membros, visando a contenção de uma correria armamentista. Outros processos também estavam previstos pela Liga, tais como o fim da diplomacia secreta e regulamentos dos atos de guerra através da Convenção de Genebra (NYE, 2009).

81 A influência inglesa estava mais restrita ao subcontinente indiano e que levava a entraves de disputa pela expansão dos interesses russos na Ásia Central. A China encontrava-se em caos político onde lideranças políticas visavam estabelecer uma República no país – a partir de 1911 lideradas por Sun Yat-Sen – que encontrava grande resistência da decadente dinastia Qing – que buscava a perseverança do Império – e dos Chefes da Guerra (Warlords) que buscavam o controle por partes do país, sem contar o fato de que grandes partes do país estavam sobre o controle e subjuço de potências ocidentais. Por outro lado, a Revolução Soviética de 1911 e a intervenção da Coalização Ocidental – liderada pela França e com participação por grande parte do efetivo militar japonês – no leste da Sibéria (que resultou na constituição de uma breve República independente na região) desarticulava toda e qualquer capacidade dos russos em assegurar alguma projeção regional visto as incapacidades dos mesmos em assegurar a soberania e a integridade do país.

82 Um grande ressentimento anti coreano tomou conta da população – a península coreana havia sido anexada ao Império japonês em 1910 e no dia 1º de março de 1920 muitos movimentos pró-independência irromperam o país acirrando fortes tensões entre as duas nações.

resultantes da catástrofe.

A Lei Marcial permitiu a apreensão de inúmeros elementos contrários ao governo japonês e suas políticas regionais. Vários coreanos residentes no país, assim como socialistas e outros grupos que realizavam oposição aberta ao regime foram presos. O gabinete civil estava imobilizado perante divergências internas e pela tentativa de preservar a conduta democrática e legal das decisões. Cogitava-se, inclusive, em transferir a capital temporariamente para outra cidade.

Devido a esta imobilidade no gabinete civil, o Almirante Yamamoto Gonnohyôe (山本 權兵衛) é reencaminhado ao poder no dia 2 de setembro de 1923⁸³ para tomar medidas necessárias para conter os estragos no país e tomar as medidas necessárias para dar condução a administração ao país. Diversas medidas de segurança foram adotadas e no dia 27 de dezembro de 1923, o Príncipe Regente Hirohito sofreu uma tentativa de assassinato por parte de um integrante do Partido Comunista que levou a aumentar a tenção perante os setores simpatizantes a esquerda. Este incidente foi o estopim tanto para tornar os partidos de ideologia marxista ilegais no país como também transformou hostil as relações entre Tóquio e Moscou.

Em 1926 assume o trono de Crisântemo o Imperador Hirohito, iniciando o período Shôwa. Durante seu regime, setores civis tentaram conter o avanço dos militares no cenário político através de projetos de leis que visavam cortar investimentos no setor militar. Por outro lado, os setores militares, resgatando o princípio de “Enriquecer a Nação, fortalecer o Exército” (富国強兵 *Fukoku Kyôhei*) emanado após a Restauração Meiji justificaram cada vez mais a necessidade de ampliar cada vez mais a sua primazia como política de Estado.

A superpopulação, a escassez de terras agricultáveis e a crise econômica de 29 decretou uma reviravolta na política nacional. A assinatura do tratado de limitações de tonelagens assinado com a Inglaterra e com os Estados Unidos – condicionando a frota japonesa em número inferior perante estes dois países – teve como objetivo retomar a proximidade do Japão perante as potências ocidentais, visto que as relações estavam esfriando fortemente devido as restrições de entrada de produtos manufaturados perante o governo de Washington e a manutenção das leis raciais que atingia os japoneses, tanto na constituição de negócios no exterior, quanto no fato da entrada de imigrantes em países de emigração no continente americano⁸⁴.

83 Almirante Yamamoto havia sido Primeiro Ministro de fevereiro de 1913 até abril de 1914. A sua volta ao cenário político ficou conhecida como “o Gabinete do Terremoto”, em referência ao evento de Kantô.

84 Leão Neto (1990) salienta que, por essa razão que os japoneses tentavam buscar o reconhecimento como “raça branca” perante países ocidentais, fato que poucos países auferiram ao pedido. O Brasil não chegou a conceder o reconhecimento dos nipônicos como “brancos”, mas fez menções favoráveis ao pleito. Apesar deste período (a década de 1930, que antecede a Segunda Guerra) ter caído o número de migrantes japoneses para o Brasil, em nenhum momento as levas foram proibidas, mesmo com a constituição de cotas restritivas perante este grupo, uma exceção perante os países do continente americano que – por pressões de Washington – vetaram a entrada da

Entretanto, a manobra do gabinete civil em tentar reaproximar-se com potências ocidentais atingiu gravemente os humores do setor militar, descontentando fortemente a marinha que agiu contra as legislações assinadas. Culminando com o incidente de Mukden⁸⁵ que ocorreu a revelia do Gabinete Civil, levando a subsequente queda do Primeiro Ministro Wakatsuki Reijirô em dezembro do mesmo ano e sucedido pelo General Inukai Tsuyoshi⁸⁶ que tentou obter controle sobre o exército que atuava quase que a parte do Gabinete de Tóquio após o início das hostilidades contra a China, esta oposição levou ao seu assassinato por cadetes da marinha que o consideraram as medidas de Inukai uma traição contra os interesses do país (YOSHIKAWA, 2009).

Uma série de sucessões ocorreu no Gabinete, tendo sua predominância por membros ativos do exército ou da marinha, decretando o fim da jovem Democracia Taishô, visto que – pelo motivo da guerra no continente – muitas liberdades civis haviam sido suprimidas. A ocupação e constituição do Estado Tampão de Manchukuo (Manchúria, nordeste chinês) em 1932 foi levado a Liga das Nações, sendo que o reconhecimento do mesmo nunca foi legitimado.

Isto culminou – junto ao fato de que a Liga condenava veementemente a guerra contra a China – com o completo desligamento do país perante a instituição. Este afastamento da Liga gerou uma sequência de fatos que levou o Japão a hostilizar as nações Ocidentais consagrando o término da aliança com a Inglaterra, fazendo o país a buscar novas parcerias políticas, o que resultou na assinatura do Tratado Anticomunista com a Alemanha Nazista em 1936 visando conter a expansão daquela ideologia. Com isso, foi também firmada uma aliança contra a União Soviética⁸⁷.

Esta aproximação com a Alemanha levou o Ocidente a rever as relações com o Japão. Numa

imigração japonesa.

85 O Incidente de Mukden – Ocorrido a 7 de setembro de 1931, foi um ato de sabotagem perpetrado por oficiais militares japoneses com um intuito de provocar um *casus belli* a República da China. Apesar de não ter sido autorizado pelo governo de Tóquio o incidente acabou sendo o estopim que provocou a Segunda Guerra Sino-Japonesa que iria terminar apenas no final da Segunda Guerra Mundial.

86 Curioso destacar que o neto de Inukai, Ogata Shijuro, é economista e crítico das reformas econômicas de Koizumi. O Sr. Ogata também é especialista no processo de Integração Financeira asiática e teve importante participação London Summit, de abril de 2009, fórum de discussão econômica do G20 e visou recuperar o espírito de cooperação entre os povos asiáticos, assim como seu avô. O Sr. Ogata também foi presidente do Banco de Desenvolvimento do Japão (que futuramente tornou-se o JBIC). http://comment.fco.gov.uk/roller2/debate/entry/shijuro_ogata_former_deputy_governor. O Sr. Ogata é casado com Ogata Sadako, que trabalhou no Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas e teve uma destacada atuação na instituição. Estas relações políticas e parentesco será melhor elaborada no final deste capítulo.

87 Curioso notar que a Alemanha prestava auxílio a China Nacionalista contra as potências ocidentais no extremo oriente, visando criar uma força na região para combater as forças coloniais da Inglaterra (sudeste chinês e Índia) e a França (Indochina) na região. Entretanto, devido ao caos instaurado no Governo Republicano e a crises de sucessão de comando do governo colocou em xeque a aposta no governo chinês. A incapacidade da República chinesa em conter o avanço das tropas comunistas lideradas por Mao Zedong serviu de pretexto para os japoneses mudarem a direção de interesses alemães na China. O governo de Tóquio conseguiu convencer o governo europeu de que as forças imperiais japonesas teriam melhores condições de eliminar as forças comunistas e não os republicanos chineses.

forma de conter o avanço japonês sobre a China continental, o governo dos Estados Unidos declarou embargo a venda de petróleo ao Império nipônico que logo foi seguido pelas demais potências ocidentais, principalmente pelos Impérios Inglês e Holandês. Este último era o maior vendedor desta *commodity* para o arquipélago através das suas colônias no extremo oriente, a Indonésia. Entretanto, o plano de operações japonesas possui projetos de diretivas internas (a derrubada imediata da República chinesa) que encontrava um grande empecilho de interferência de uma potência ocidental (o apoio americano aos republicanos chineses). Novamente o governo de Tóquio observava que seus projetos nacionais eram minados por interferências externas e uma atitude era necessária há ser tomada.

“Inicialmente, o plano da Inteligência Japonesa era provocar a insurgência na Birmânia através do Minami Kikan, coordenando ações entre os infiltrados no Sudeste Asiático, que depois ganhariam o apoio da Marinha. Entretanto, o grupo expansionista⁸⁸ via como imperativa a queda de Chiang Kai-Shek, para que a China Nacionalista entrasse em colapso e dividisse o país de forma irreversível. Caso o Japão não tivesse a intenção imediata de derrubar a China através do corte de suprimentos dos Estados Unidos, é razoável se pensar que talvez a declaração de guerra contra os Norte-Americanos nunca tivesse acontecido. Os EUA tinham uma relação especial com a China, muito por causa da vontade pessoal de F. D. Roosevelt de apoiar incondicionalmente Chiang Kai-Shek e por considerar a manutenção dos Nacionalistas na guerra como a última defesa contra a dominação da Ásia pelo Japão. Contudo, os Estados Unidos se recusaram a entrar na guerra mesmo com a possível rendição da Grã-Bretanha a Hitler em 1940, era provável que eles não intervissem para salvar o Império Britânico na Ásia (MCLYNN, 2010, p. 5). Estabelecendo um contra factual, o Japão poderia ter expandido seu protetorado sem tentar derrubar o governo de Chiang Kai-Shek, já contestado e se aproveitando dos recursos estadunidenses para estocar suprimentos contra os comunistas. A partir disso, os Japoneses poderiam ter concentrado esforços para derrubar o Império Britânico da Índia, a Indochina e a Indonésia, já que França e Holanda não seriam capazes de manter suas colônias. Com o controle dos territórios, o Japão organizaria as independências dos países através da luta anticolonial, como fez de fato (MCLYNN, 2010, p. 5). Essa noção é importante para entendermos os diversos projetos do Japão durante a Segunda Guerra Mundial, que poderiam ter levado a desfechos diferentes” (RIBEIRO, pg. 35. 2012).

Considerando o fato de que Inglaterra, França e Holanda já haviam sido derrotados no oriente, a intervenção americana constituía a manutenção da intervenção ocidental sobre a Ásia, que levou ao Japão a declaração de guerra em 1941. Num intuito de congregar apoio para seus projetos expansionistas, além de utilizar como mecanismo de propaganda política, o Japão realiza a Conferência de Co-Prosperidade do Leste Asiático em Tóquio de 1943, que contou com a presença – além do Japão – do governo da Tailândia (aliado japonês desde 1941⁸⁹), Manchúria (como ato de

88 Frequentemente ligado ao Exército Japonês, apesar de haver diversos grupos divergentes dentro das Forças Armadas e dentro do próprio exército.

89 Tailândia e Japão foram os únicos países asiáticos que nunca foram colonizados por nenhuma potência estrangeira.

Tóquio para firmar reconhecimento do Estado perante seus aliados), Índia⁹⁰, Filipinas (que estava sobre domínio americano), Birmânia⁹¹ (atual Mianmar – que estava sobre domínio inglês) e China⁹² (através do governo fantoche da República de Nanjing).

Após a realização da Conferência, outros países eram incluídos na instituição a medida que estes eram organizados: Mengjiang (Mongólia Interior), Vietnã, Camboja e Laos. O Mengjiang foi uma criação do governo japonês de ceder autonomia a região norte da China visando enfraquecer o controle de Chiang Kai-Shek. Os outros três estados foram incorporados a Esfera após a capitulação da França perante a Alemanha⁹³.

Apesar de a medida haver fracassado como projeto militar, a Conferência foi bem sucedida em estimular discussões sobre a presença ocidental e a manutenção do regime colonial na Ásia. Com o transcorrer da Guerra no Pacífico e a derrota japonesa em Guadalcanal, que mudou o destino da Guerra a favor dos aliados na Ásia, o governo de Tóquio começou a articular mecanismos de incitação aos povos do sudeste asiático a se engajarem na luta contra as potências ocidentais.

Em alguns casos, como Indonésia e Vietnã, as populações e governos pegaram em armas tanto contra os japoneses quanto perante as antigas forças colonizadoras (Holanda e França, por exemplo), que foi preponderante para o destino político e diplomático destes países. Com a derrota japonesa em 1945, o “golpe de Tóquio”⁹⁴ repercutiu nos anos subsequentes. Quando as tropas

O Reino da Tailândia sempre foi palco de disputas entre o Império Inglês – que possuía fronteira com o país através das suas possessões sobre a Índia e extensões – e perante o Império francês – devido o domínio destes sobre a Indochina. A declaração de guerra do Japão contra as potências ocidentais levou os mesmos a exigirem o direito de travessia sobre o território tailandês, que levou a uma escaramuça entre os dois países. Com intervenção direta do Rei Phibunsongkhram, os dois países assinaram uma aliança militar onde os japoneses auxiliariam os tailandeses a recuperar os territórios de Shan, Yunnan e Chiang Mai, que estavam sobre controle inglês e francês.

90 O governo da Índia foi representado por Subhas Chandras Bose, que buscou apoio tanto dos soviéticos quanto dos nazistas na luta contra a Inglaterra. Visto que os dois países concordavam na luta contra um “inimigo comum” mas divergiam quanto ao futuro de uma Índia livre. Com a queda da Birmânia perante forças japonesas, Bose percebeu que poderia contar com o apoio de Tóquio para realizar as contendas contra o domínio imperial.

91 A Birmânia permaneceu sobre constante ameaça de potências externas. Inicialmente sofrera diversas batalhas contra o Império chinês ao longo de suas dinastias até ser derrotada por tropas inglesas no dia 1º de março de 1886, quando o território foi incorporado ao Raj Indiano, sobre o controle inglês (RIBEIRO, pg. 40. 2012).

92 A cúpula militar japonesa instalou em Nanjing um novo regime republicano – mais favoráveis aos interesses de Tóquio – em oposição a República chinesa que estava sobre o controle de Chiang Kai-Shek. A invasão da cidade em 1937 e as atrocidades cometidas por tropas japonesas acabaram destruindo a resistência local, abrindo espaço para as intenções dos militares.

93 Entretanto, a concessão ou reconhecimento pelo Japão dos três reinos da Indochina como Estados desagradou tanto os alemães quanto os franceses, que visavam a manutenção destas colônias nos esforços de guerra na Europa. Por outro lado, a medida também desagradou os habitantes destas localidades, visto que os japoneses também não exigiram a retirada das tropas francesas que ainda estavam situadas na região, visto que a França de Vichi agora era um aliado.

94 Com a derrota iminente, o Japão inicia uma série de declarações de independência de muitos países asiáticos com o intuito de travar resistência ou atrasar a ocupação ocidental sobre a Ásia. De certa forma o plano funcionou pois, mesmo com a retirada de grande parte do contingente militar nesta regiões, escaramuças continuaram entre as forças destes novos regimes e as forças Aliadas, em outro lado, alguns países não conseguiram estabelecer uma ordem interna e pouco significaram na resistência estrangeira. Entretanto, o que afirmam muitos historiadores japoneses é

francesas, britânicas e americanas retornaram para ocupar seus antigos postos na Ásia, muitos movimentos de resistência surgiram em oposição ao processo de “recolonização” (HALL, 2000).

Importante destacar que a herança japonesa da Segunda Guerra sobre a Ásia foi a restituição e reordenamento da balança de forças coloniais do Ocidente sobre o continente, que levou as elites destes países asiáticos a repensarem sua condição perante a Metrópole, como ocorrera com Bose e Nehru na Índia e Sukarno na Indonésia.

“Então, entre as principais heranças da Esfera de Co Prosperidade, sobressaem-se o renascimento dos movimentos políticos locais do sudeste asiático, a destruição da imagem de potência das metrópoles europeias e, no caso da Indonésia, o ímpeto final que favoreceu o movimento nacionalista secular e a liderança de Sukarno. Basta observar que a formulação da Pancasila é do final do período da ocupação japonesa, e que a declaração da independência é tributária direta dos sucessivos comitês nipo indonésios em prol da formação de um Estado independente” (PITT, 2011)

Neste contexto é a Ásia o principal palco de operações e de interesse, sendo alvo das grandes mudanças estratégicas, derrubadas de regimes e a constituição de parcerias regionais com as principais potências. Vale salientar que a ocupação japonesa foi um choque político que desestruturou o modelo colonial tal como estava constituído. Não que o Japão tivesse a intenção de acabar com o sistema colonial – muito ao contrário, as sucessivas perdas perante o Ocidente levou o Japão a explorar cada vez mais os recursos humanos e materiais dos países que estavam sobre sua esfera de influência.

Entretanto os japoneses não podiam contar com os administradores e líderes pré-intervenção pois estas lideranças estavam comprometidas com os interesses da metrópole europeia, levando os japoneses a emporem líderes e componentes que eram contrários a ocupação Ocidental e – intencionalmente ou não – levaram ao poder lideranças contrárias ao regime colonial (entre eles, movimentos nacionalistas) como um todo. Este é o caso de Sukarno, que surge como um componente que é alçado pelos japoneses e após a queda do Japão, perpetua-se no poder para lutar contra a reimplantação do regime colonial por parte da Holanda e seu aliado, a Inglaterra.

Embebidos pelo forte discurso anti-imperialista presidida por Sukarno (líder da nova Indonésia independente), Nehru (presidente da Índia) e outros países⁹⁵, fundaram os princípios dos “países não alinhados”, em oposição a uma possível recolonização perante potências estrangeiras, serviu como palco para a organização do mundo não alinhado, tendo como consequência o

de que este movimento veio muito tarde e poderia ter impulsionado a criação de forças militares aliadas.

95 Através do princípio de cooperação e reaproximação com a Ásia, o Japão esteve presente na conferência pela primeira e única vez.

reconhecimento de diversas nações entre os membros participantes dos Estados do Vietnã do Norte e do Sul, Argélia, a China Comunista, Índia e outros países. Esta articulação de conjuntura e de forças levou a realização da Conferência Pan Afro Asiática em abril de 1955, também conhecida como Conferência de Bandung, realizada na cidade de mesmo nome na Indonésia.

A Conferência de Bandung, realizada dez anos após o término da Guerra, foi uma resposta das ex-colônias perante a tentativa de restabelecimento do regime colonial na Ásia por parte das potências Ocidentais. Esta articulação de países levou a uma profunda mudança de relação entre Ocidente e Oriente e entre Potências Ocidentais e os novos países independentes. Nota-se que foi nesta Conferência que a expressão “países não alinhados” foi cunhada.

2.5. Pós Guerra e o “Retorno para a Ásia”

Após o término da Segunda Guerra, o Japão encontrou situações ímpares para o seu desenvolvimento econômico e industrial. Ora por parte da sua postura especial como “parceiro preferencial dos Estados Unidos no Extremo Oriente” ora pela iniciativa e resoluções tomadas pelos líderes japoneses e suas respostas institucionais.

Deve-se perceber que o Japão, após a assinatura do Tratado de Paz de São Francisco, em 1951, o país teve uma série de condições favoráveis que permitiu seu rápido retorno a economia regional, entre elas, destaca-se a existência de um mercado cativo de consumo de produtos japoneses – parte facilitado pelo esplendor dos “Anos Dourados” que a economia norte americana consolidou após o término da Segunda Guerra, em parte por interesses políticos deste país, vista a necessidade de dar suprimento e atendimento as necessidades dos exércitos alocados no Extremo Oriente para fazer frente às incursões dos comunistas lideradas por Mao Zedong sobre Chiang Kai-Shek na China.

Além dessas causas, a eclosão da Guerra na Coreia que resultou na mudança de relações entre Estados Unidos e União Soviética que levou a adoção da política de investimentos para países aliados na Ásia através da extensão do Plano Marshall para o Japão, que na Ásia terá a nomenclatura de Plano Colombo, gerido pelo Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB, em inglês) e a implementação do Curso Reverso.

Em 1945 quando Japão assina o tratado de Rendição Incondicional, os Estados Unidos designam o General McArthur como comandante das terras ocupadas na Ásia e inicia as demandas de compensação dos Ônus de Guerra do Japão para os Estados Unidos e seus Aliados, firmadas através do Tratado de Paz de São Francisco.

Inicialmente as demandas realizadas pelos Estados Unidos são fortes e onerosas, tendo em

vista inviabilizar a reconstrução da indústria desse país. Logo após a vitória de Mao sobre o Kuomintang (em 1949) o estouro da Guerra da Coreia (em 1950) leva o governo americano a rever sua política perante o governo do arquipélago, tendo em vista a sua perda de influência política na Ásia.

Em primeiro lugar os Estados Unidos perdoam as compensações de Guerra, iniciam o procedimento de investimento de empresários no Japão, promovem a reindustrialização do país – especialmente nos conglomerados industriais tradicionais, denominados de *Zaibatsu*, muito criticado pelos historiadores japoneses como responsáveis pela clivagem militarista da economia nipônica na década de 1930 – e demandam a reconstrução da frota marítima do Japão para os fins de apoio frente a Guerra na península coreana.

O General McArthur, comandante supremo do palco de operações do Extremo Oriente pregava, entre outros pontos mais ofensivos, a necessidade de lançar novas bombas atômicas sobre a região norte da Coreia e, futuramente, sobre a fronteira da China com a Coreia para expulsar o apoio do exército vermelho chinês.

Dada a conjuntura que se colocava em jogo – e o processo concomitante de divisão da Europa – levou os americanos a mudar a postura do Japão, antes tido como uma futura “outra Filipinas” (que permanece até hoje como uma espécie de “colônia” americana na região) faz-se necessário transformar o país em um forte aliado para dar apoio as investidas dos americanos na Ásia, configurando assim, uma mudança abrupta quanto ao papel do Japão e a sua aliança com os Estados Unidos, levando a retirar do comando o General McArthur. Esta mudança abrupta de postura entre os dois países foi denominada como “Curso Reverso” (MAGNO et al, 2010).

Por outro lado, a postura tomada pelo Primeiro Ministro Japonês Shigeru Yoshida que declarou como doutrina de Estado⁹⁶ a necessidade do país em “reacender a comunidade de Nações como um parceiro confiável, cujo real interesse seria de promover a paz e a cooperação entre os povos” decretando assim a Doutrina Yoshida. que pregava o economicismo das relações externas, o minimalismo diplomático e o bilateralismo dominante com relação aos Estados Unidos (UEHARA, 2003).

Segundo Nishihara (KAWASAKI, 2005) os fatos subsequentes a adoção da Doutrina Yoshida – no poder de 1946 até 1954 – levaram a questões de ordem prática: (1) honrando a Constituição pacifista, o país será levado a uma diplomacia restrita no que tange a orientação de

96 De acordo com o Dicionário de Política de Norberto Bobbio, o termo Doutrina assume o seguinte significado “na linguagem diplomática americana, quando designa a enunciação formal da parte do chefe do Estado, ou de um homem político, responsável por uma linha política que seu país terá que seguir numa determinada área das relações internacionais.” (p. 386).

negócios; (2) o encorajamento de um sudeste asiático economicamente viável; (3) e, após a adesão do Japão nas Nações Unidas, o país buscou o fortalecimento desta instituição como órgão de regulação de conflitos internacionais. Tal fato pode ser observado na política de financiamento dos programas sociais e econômicos fortalecendo as Nações Unidas como o principal órgão de atuação mútua que barrasse qualquer ação hostil contra o Japão, justaposto com a incapacidade militar imposta pelo artigo 9 da Constituição japonesa de 1946 e a ameaça existente com a União Soviética impossibilidade do Japão se configurar como um “estado normal”⁹⁷.

Segundo Peres (2009) o termo Economicismo é a orientação da postura de política externa daquele país pós Segunda Guerra, tendo como “objetivo primário a reabilitação econômica, assumindo um perfil de baixa atuação diplomática⁹⁸ em questões políticas e em disputas internacionais, de forma a dedicar seus esforços para o desenvolvimento econômico e industrial” (PERES, 2009 pg. 5).

Hobsbawm salienta que o principal palco de disputas por Hegemonia durante a Guerra Fria não ocorreu nem na África e muito menos na Europa⁹⁹, visto que no primeiro as lutas que se sucediam eram derivadas das próprias lutas de constituições de Estados Nacionais e a influência externa era mais um fator para a busca de controle territorial do que por propagação ideológica e, por outro lado, a Europa possuía uma relação estanque em que “as cartas do jogo já estavam na mesa”, relegando a disputa na Europa mais como tensões e pressões do que pela aquisição de parcerias ou reordenamento de alianças.

Para dar cabo das pretensões de um parceiro para os países asiáticos, foi necessário consolidar uma série de instituições para dirimir o desgaste provocado nos anos anteriores. Impossibilitado de articular políticas conjuntas com países vizinhos – e ao mesmo tempo, demandante de produtos oriundos da região – o Japão opta por premissas conciliatórias que visavam retomar parcerias comerciais com outras nações asiáticas anteriores a Segunda Guerra, para dar cabo aos abastecimentos de sua indústria nacional.

Neste contexto, a política de cooperação e de desenvolvimento propiciada pela Ajuda Oficial encaminhou o governo a consolidar um processo de interdependência entre nações asiáticas. Na

97 De acordo com Nye (2009), um “Estado Normal” é aquele que possui condições de realizar mediações perante outras nações valendo-se tanto de seu caráter coibitivo – via *hard power* – quanto dissimulatório – via *soft power*. O caso do Japão é emblemático como estudo de caso na área de relações internacionais, visto que é uma nação que aspira ao status de potência (ou de potência regional em alguns casos) sem valer-se do emprego de mecanismos mais “tradicionais”, ou seja, meios militares e do imperativo da força, caso central da teoria Realista.

98 Atuação de *low profile*.

99 Após a crise dos Mísseis as disputas e tensões nas América foram concertadas entre Moscou e Washington, através de uma série de tratados e concessões por ambos os lados, fazendo com que o governo soviético não voltasse a apoiar – ostensivamente – outro regime alinhado no continente (WALTZ, 2000).

medida em que o Japão necessitava de matéria-prima para abastecer sua economia e o desenvolvimento de sua tecnologia, o Japão também fornecia meios para o desenvolvimento de um sistema econômico que permitisse a extração destes recursos e a consolidação de mercados consumidores de seus produtos manufaturados, viabilizado pelos investimentos japoneses nestes mesmos países para o desenvolvimento de setores extratores, infraestrutura e econômico.

Esta concertação econômica regional é viabilizada pela institucionalização de mecanismos que deem cabo de implementar as políticas de ODA, melhor figurado através da constituição da JICA (*Japanese International Cooperation Agency*) e seu rol de competências. A Agência de Cooperação Internacional do Japão é uma agência cujos fins é de promover a cooperação do governo japonês com outro país, através da aplicação de ODA (*Official Development Assistance*), uma espécie de empréstimo de baixo retorno que permite a promoção do desenvolvimento da economia para o desenvolvimento de um mercado de suprimentos ou de consumo de produtos. Esta agência possui um caráter central na política externa do Japão porque viabiliza o engajamento do *Soft Power* através do uso da ODA, referido por Arrighi como “Meios de Pagamento” (CHIARELLI, 2009).

A ODA torna-se peça central na diplomacia do Japão, pois sua finalidade visa promover o desenvolvimento de mercados regionais através do emprego de ajuda subsidiada, sendo muitas destas em fundo perdido; transferência tecnológica. Devido a essa importância, o Japão torna-se o maior contribuinte de ODA na Ásia e o maior credor do Banco de Desenvolvimento Asiático¹⁰⁰. A Agência age como intermediador do aparato burocrático do Estado japonês com outros governos ou particulares no exterior, através da aplicação de recursos humanos e capital financeiro (privado ou público), em países em desenvolvimento.

A formulação de instituições para dar conta desta mediação é a peça chave para a promoção de parcerias. Pode-se ver o papel inalienável da JICA¹⁰¹ como órgão de atuação do governo japonês para dar conta de seus interesses políticos e econômicos na região quanto a postura internacionalista que o BNDES adotou nos últimos anos visando empreender projetos estratégicos para o governo brasileiro na região da América do Sul.

Neste contexto de relação entre políticas internas de Estados, seus meios para ampliar suas

100O Banco de Desenvolvimento Asiático (*Asian Development Bank – ADB*) foi criado logo após o término da Segunda Guerra para atender os investimentos do Plano Colombo que tinha como objetivo a promoção de países Aliados dos Norte Americanos na Ásia (em oposição ao bloco Soviético, lembrando-se do contexto da Guerra Fria). O Plano Colombo pode ser compreendido como uma espécie de “Plano Marshall para a Ásia”.

101A JICA, principal agência de cooperação regional do Japão, tem como objetivo principal gerenciar e aplicar os projetos de cooperação e desenvolvimento de investimentos públicos japoneses – quase que essencialmente derivados de recursos categorizados como ODA – para fins de promoção de parcerias daquele país com outras nações (CHIARELLI, 2009).

barganhas e acesso a mercados regionais – através de medidas de investimentos governamentais para fins de assistência as estas sociedades, que levam, entre outros fins, a constituição de uma rede mais eficaz de produção capitalista – percebe-se que a corporação de mediações torna-se uma ferramenta de engenharia institucional primordial para a consagração de uma agenda mais ampla de interesses.

Cabe destacar que a “Era dos Impérios” já não dita mais a lógica de imposição unilateral entre Nações, firmando subserviências e poderes centrais, nos é levado a repensar a condição de como os Estados comportam-se no cenário internacional. A pura e simples imposição de força, seja esta branda (*soft power*) – por artifício do emprego de Dinheiro ou seja esta forte (*hard power*), pelo usufruto do Aparato Militar, é deveras danosa e pouco eficiente numa arena em que alianças podem ser firmadas por mais diferentes (e capazes) atores internacionais, onde a diversidade de cenários de atuação de um Governo transgride a simples noção da leitura Clássica de Poder.

Como destaca Nye (2009), Nações podem recorrer de fóruns – sejam estes a Assembleia Geral das Nações Unidas, ou a própria Organização Mundial do Comércio – para oporem-se a ditames de ordem dominante. Não que estejamos em uma Era em que pequenas nações encontram-se em poder de paridade as Grandes Potências, entretanto, percebe-se que os mecanismos de atuação são mais diversos e complexos do que poderíamos prever antes do início das conflagrações da Segunda Guerra.

2.6. Contexto atual da Política japonesa

No início deste século XXI, o conceito de “Comunidade do Leste Asiático” entra em voga, a mídia e os debates políticos, além de um diversidade de produções acadêmicas deram centralidade a este conceito nos últimos anos. Ora pelo crescimento econômico chinês, ora pela retração de mercados tradicionais fazendo o Japão e outras economias exportadoras a buscarem outros parceiros econômicos.

O discurso fraterno, através da enunciação de doutrinas e projetos de Estado, que se construiu entre os dirigentes da região é decorrente tanto de mudanças da conjuntura política interna destes países, quanto por novos arranjos da política internacional. Estes pontos são claros pela sinalização de reformas, a crise econômica que assola o Japão desde a década de 80 coloca em xeque a fórmula de governo do Partido Liberal Democrata (PLD) no poder desde 1955 com a vitória de Yoshida Shigeru que construiu a forma de governo do país, melhor ressaltado pelo sistema de Triângulo de Ferro, descrita por Peter Drucker (1998).

Para compreender melhor os resultados da política externa do Japão, é necessário

compreender alguns pontos básicos acerca da organização interna desse país. De acordo com Drucker, o “Triângulo de Ferro” é composto pelos três grandes poderes políticos do Japão: Os *conglomerados empresariais regidos por famílias tradicionais (zaibatsu)*¹⁰² que possuem parte de capitais financiados pelo Estado; a oligarquia *Burocrática* formada por um grupo de interesses próprios que gerem o Estados e são capazes de formularem agenda para o Governo acima dos próprios políticos¹⁰³ (OZAWA, 1994); e os próprios *Políticos*, que dentre este quadro representam os anseios da população e permitem a renovação dos atores não tradicionais na cúpula de poder da sociedade japonesa, mesma que grande parte dos políticos provenham de famílias já tradicionais nesta esfera ou que tenham vínculos – alguns sanguíneo – com a aristocracia do país¹⁰⁴.

Para salientar a relação imbrincada entre a aristocracia japonesa, grupos tradicionais e identificar a condição de segmentos que compõe a alta cúpula do poder político do país, será destacado alguns fatos curiosos de relações históricas e de parentesco dentre os mesmos. Como o caso do Primeiro Ministro Fukuda Yasuo (no poder de setembro de 2007 até setembro de 2008) filho de Fukuda Takeo (no poder dezembro de 1976 até dezembro de 1978), ou Abe Shinzou, cuja mãe é filha de Kishi Nobosuke (Primeiro Ministro no período de janeiro de 1957 até julho de 1960),

Uma das composições mais curiosas é a relação de parentesco de Asô Taro, tataraneto de Ôkubo Toshimichi, um dos três grandes líderes da Restauração Meiji e neto de Yoshida Shigeru, Primeiro Ministro do Japão no período de outubro de 1948 até dezembro de 1954. Sua irmã mais nova, Asô Nobuko é esposa de Tomohito, Príncipe de Mikasa e primo do Imperador Akihito. Também ressalta-se que Asô Taro é neto, por parte paterna, de Asô Takichi, fundador da siderúrgica Asô Mining Company, a maior empresa deste segmento no país.

Outras famílias também possuem grande participação na política nacional. A família Shigeru e Hatoyama tiveram grande importância na política contemporânea. Yoshida Shigeru foi o primeiro

102Para exemplificar a relação entre grandes corporações empresariais e industriais compostas por capitais privados e estatais naquele país, basta verificar a própria nomenclatura do nome de empresas famosas, tais como a Toyota, indústria automotiva, cujo fundador foi Kichiro Toyoda em 1937 e até os dias de hoje a presidência permaneceu nas mãos da família. A Bridgestone, importante fábrica do setor de pneus e borracha, fundada por Shôjirô Ishibashi em 1930 para atender o setor militar do país devido as escaramuças no extremo oriente (em japonês *Ishi* “石” que significa “pedra” – *stone* – e *Bashi* “橋” que significa “ponte” – *bridge* – que dá o nome a empresa) e cuja filha e herdeira do conglomerado, Hatoyama Yasuko (nome de solteira: Ishibashi Yasuko), é mãe de Hatoyama Yukio, Primeiro Ministro do Japão de setembro de 2009 até junho de 2010.

103De acordo com Ozawa, a forma como é constituído o sistema de poderes e da própria competência de funções do comitê central japonês é antidemocrática, visto que funcionários do escalão burocrático do governo tem – por vezes – mais poderes instituídos que o próprio Ministro de Gabinete, cabendo a este dar respaldo a agenda formulada pela máquina estatal. Tal perspectiva mina por completo a possibilidade de constituir e amadurecer a cultura política do país, além de tornar as mudanças demandas pela população muito árduas de serem realizadas.

104Nota-se que, apesar da Burocracia estatal possuir ação própria que contempla seus próprios interesses, as forças armadas agem de forma independente do poder Executivo. Apesar dos investimentos militares estarem constrangidos por força de lei e por pressão externa os militares possui grande autonomia decisória e de distribuição de seus recursos, assim como ocorrera na década de 1930, quando estes agiam como um segmento a parte do Estado civil.

Primeiro Ministro civil a ser eleito no período pós Guerra, Yoshida Shigeru durante o período de outubro de 1948 até dezembro de 1954, sendo que em seu mandato moldou as futuras gestões, Yoshida possui fortes laços ideológicos com Hatoyama Ichiro (avô de Hatoyama Yukio, Primeiro Ministro de setembro de 2009 até junho de 2010, ver nota nº 49), quanto a participação do país após a Guerra e a relação com os países asiáticos a quanto a questão da ocupação americana no país, que perdurou até 1952.

Enquanto, Yoshida pregava um alinhamento automático do país para questões americanas, buscando colocar-se dentro do “Guarda Chuva de Defesa” americano face a inimigos externos¹⁰⁵, Hatoyama prega uma postura mais autônoma e mais independente, buscando resgatar relações com países asiáticos. Nota-se que durante a gestão de Hatoyama (o segundo mandato civil, após Yoshida, que durou de dezembro de 1954 até março de 1956) tentou normalizar as relações com a República Popular da China, entretanto, devido as hostilidades de Guerra na Coreia e a forte necessidade de ampliação do parque industrial, especialmente em Taiwan, inviabilizou naquela conjuntura a cadência de eventos (ITOH, 2003).

Tais questões são importantes quando levantarmos os dados para a análise da política no Japão e ter claro como as relações são estruturadas. Para isso cabe visualizar que os políticos, como entidade representativa, é composta em grande parte pela relação familiar, tendo a prerrogativa de tradição da mesma na área, tal perspectiva pode ser compreendida pela análise de Dalh no que tange ao momento histórico que a democracia naquele país foi constituída, ressaltando a importância das “reformas de cima” que configura o tipo de mudança institucional e estrutural que o país sofreu durante a Restauração Meiji – ocorrida em 1868 – que alterou não apenas as estruturas sociais, econômicas e legais, mas também alterou a própria configuração do fazer política no país¹⁰⁶, sem com isso extinguir a antiga ordem que governava até então (STOCKWIN, 2003).

A retomada da agenda “nacionalista”¹⁰⁷ no Japão na década de 1980 e os debates de

105 Em 8 de agosto de 1945, a URSS declara guerra ao Japão como acordo um dos pontos firmados pela conferência de Yalta, invadindo a Manchúria e anexando as ilhas Kurilinas e o sul da Sakalinas. Apenas durante a administração de Hatoyama Ichiro, 1955, os dois governos reatam suas relações pacíficas. Um fato curioso e que o atual Primeiro Ministro japonês (2009), Hatoyama Yukyo – que é o neto de Ichiro – resgata em sua administração a necessidade de manter relações prosperas com as potencias regionais para poder estabelecer um processo de prosperidade mutuo regional. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2009/chapter2.pdf>

106 Falta um maior estudo acerca da cultura política japonesa interna. A classificação de práticas clientelistas ou patrimonialistas são oriundas da leitura da ciência política latino americana. O contexto asiática necessita de outras ferramentas que levem em conta fatores locais para compreender o processo interno da relação entre Poder e Política. Entretanto, é difícil afirmar que – devido a relação intrínseca entre poder econômico e político das elites japonesas (onde, normalmente, uma elite econômica é ao mesmo tempo uma elite política, como se buscou elucidar nesta parte do trabalho) classificar o Japão como um estado weberiano clássico, para evitar realizar classificações apressadas que levariam a uma leitura errônea, este trabalho deixará em aberto para futuras análises esta indagação conceitual.

107 O termo foi empregado entre aspas devido a distinção do nacionalismo ortodoxo decorrente do período de formação

reformulação de parcerias regionais levaram o governo do Japão a rever seu projeto de defesa nacional, que leva subsequentemente, a reforma do Art. 8 da Constituição japonesa (OZAWA, 1992). A vitória de Hatoyama Yukio, em 2009, pelo Partido Democrata do Japão (PDJ) põe fim a esta hegemonia de quase 53 anos no poder do PLD, demonstrando, conforme ressaltado pelo cientista político Iio Jun (2010) de que o arranjo entre a manutenção da qualidade de vida está sendo seriamente afetado pela administração do governo e em sinal de desaprovação a inabilidade das políticas econômicas em sanarem o problema. O eleitorado japonês vem apostando num partido que promete mudança, entre seus slogans, a mais marcante é a proposta de derrubar a velha forma de poder onde a agenda do Gabinete está condicionada a burocracia, colocando os representantes do povo (os Políticos) muito pouco eficazes em implementar grandes arranjos institucionais (IIO, 2010 e WOLFEREN, 2009).

2.7. Desfecho histórico

Com esta retrospectiva histórica, pretendeu-se apresentar neste capítulo os principais fatores políticos há serem levados em conta na relação da constituição de uma mediação de cooperação e distensão do Japão na Ásia – em especial, na Ásia do Leste.

Tendo como objetivo elucidar o motivo que levam aquele país em tomar certas medidas quando o Japão busca consolidar mecanismos e instituições – nacionais ou multinacionais – perante outros Estados, salientando fatores essenciais para a consolidação da uma região interligada no continente.

No próximo capítulo serão apresentados os principais programas de cooperação do Japão na atualidade, o papel do Estado como principal articulador da constituição das Redes Capitalistas que visem promover o desenvolvimento interligado dos mercados regionais.

dos Estados Nacionais que levou tanto o Japão e outras nações a entrarem em conflitos beligerantes visando a expansão do domínio territorial para a finalidade de obter mais recursos para fomentar o desenvolvimento industrial, fato que também viabilizou a Revolução Industrial na Inglaterra devido ao seu sistema de suprimentos que a Metrópole dispunha devido a exploração colonial. Entretanto, para os atores políticos que defendem a defesa de interesses internos sobre a possibilidade de verem a sua própria economia enfraquecer-se perante a incorporação de economias vizinhas tendem a ter posturas mais nacionais, defendendo posturas tais como o protecionismo, ampliação de segurança e maior enfoque do engajamento do Estado na defesa de interesses nacionais perante vizinhos e parceiros. A escolha do termo nacionalismo é a que melhor se adéqua a uma ideia abrangente de política ostensiva, visto que os outros termos são majoritariamente econômicos ou militares. A concepção de que somente projetos militaristas são nacionalistas não seria verdadeira, do mesmo modo que a concepção de que os projetos de cooperação regional não possuem uma agenda de segurança própria é igualmente falha (MARTINS, 2008).

CAPITULO TRÊS – Adoção do Poder Brando como política externa

“A propósito, a negociação comercial não é uma função técnica. Não existe nenhuma função no Ministério das Relações Exteriores que seja técnica. Você tem de se valer da técnica, mas tudo o que fizer será político – político no melhor sentido da palavra. Acho que essa capacidade de articulação é soft power.”

(AMORIM, 2011. pg. 494)

O terceiro capítulo irá se adentrar na capacidade do Japão em reverter sua percepção como ator hostil em um Estado que possa se valer como parceiro para as demais nações asiáticas. Como observado no segundo capítulo desta pesquisa, destacou-se os meios que o governo de Tóquio adotou para explorar e ampliar sua capacidade econômica e militar frente a pressões externas. Pela justificativa de não tornar-se mais um Estado vassalo asiático de alguma potência ocidental, o Japão expandiu sua condição de soberania valendo-se de artifícios militares, sobrepondo sua soberania àquelas das demais nações vizinhas.

O que se observa é que a adoção de uma agenda calcada em Hard Power fracassa como meio de consolidar o Japão como *hegemon* asiática, o país volta a realizar atividades externas – visto a sua demanda interna de bens e produtos – contudo, age agora como principal fomentador dos projetos de desenvolvimento regional, adotando uma agenda econômica e menos belicosa.

Também se destacou no capítulo anterior a existência de debates entre determinados setores políticos e intelectuais sobre criar uma fórmula em que o Japão pudesse criar meios de preservar sua soberania sem hostilizar outros Estados. Contudo, por motivos de pressões internas e mudanças de conjunturas políticas, grupos militares e segmentos econômicos favoráveis a investidas agressivas prevaleceram no final da década de 1920 e levaram a uma escalada de conflitos locais que culminaram no envolvimento do Japão na Segunda Guerra Mundial.

Desta forma, o final dos conflitos e a reestruturação japonesa – viável apenas com os recursos americanos destinados a nações aliadas, provenientes do Plano Colombo – fez com que o país tivesse de retomar medidas de ampliação de poder na região do Leste Asiático, visto que naquele momento, o país estava sobre ocupação americana e encontrava-se na condição de aliado das potências ocidentais perante o bloco soviético. A assinatura do Tratado de São Francisco em 1954 decretou a responsabilidade de dolo por parte do governo de Tóquio pelos danos causados no leste e sudeste asiático, não apenas durante o período em que ocorreram as hostilidades, mas pelo acúmulo de posses, ocupações, invasões e aquisições de territórios fora dos limites japoneses.

O Tratado estipulou a restituição dos custos de guerra, além de penas e severas restrições ao

desenvolvimento industrial e militar do país. Primeiramente, a proposta do governo americano era de reduzir por completo qualquer capacidade – militar ou econômica – do Japão, restringindo-o a uma condição periférica na Ásia. A vitória de Mao sobre Chiang Kai Shek e a Guerra da Coreia (1950-1953) mudaram por completo a relação entre Japão e Estados Unidos. Isto resultou não só no cancelamento de ressarcimento das reparações de guerra do Japão perante Washington, como também levou este governo a estender o Plano Colombo para Tóquio, incluindo-o nos projetos de reconstrução do país.

Neste capítulo será abordada a capacidade do Japão em colocar-se como Potência Regional calcado através da sua capacidade de Poder Brando, destacando suas medidas, motivos e histórico da implementação desta estratégia, sempre observando as limitações, ganhos e objetivos almejados pelo governo japonês na sua busca por constituir-se num ator de relevância no cenário asiático.

3.1. Histórico da adoção do Poder Brando: sua origem no contexto japonês

No final da Segunda Guerra Mundial e a invasão americana sobre o Japão, instituiu-se o Tribunal de Tóquio, que levou ao julgamento das principais lideranças japonesas e à condenação por parte daquele país pela responsabilidade das conflagrações no Leste Asiático de 1937 até 1945. Em 1954 foi assinado o Tratado de Paz de São Francisco¹⁰⁸, composto pelos países Aliados que resultou na normalização das relações diplomáticas destes países com o Japão – visto que as relações diplomáticas haviam sido rompidas devido à declaração de guerra – e também no ressarcimento por parte deste pelos danos humanos e materiais causados nos países vitimados pelas agressões japonesas.

Devido à limitação econômica, à crise e às limitações decorrentes da devastação da guerra, o Japão se vê impossibilitado em realizar os pagamentos em forma de crédito ou em títulos de moeda. Desta forma, através de acordos bilaterais – iniciados com a Birmânia (atual Mianmar) e com a Tailândia – o país propõe o envio de técnicos para reconstrução da infraestrutura destes países. Para lidar com as demandas dos países atendidos, assim como a elaboração dos projetos e coordenar a ação de técnicos e agentes, o governo de Tóquio cria uma série de instituições:

108 Treaty of Peace with Japan, em: <http://www.taiwandocuments.org/sanfrancisco01.htm>

Um dos primeiros procedimentos adotados inicia-se com a adesão deste governo ao Plano Colombo em 1954. Originalmente o Plano Colombo foi concebido para prover um fundo de reserva para os membros da *Commonwealth* e países do sudeste asiático. A entrada dos nipônicos torna-se vital para as potências aliadas, pois é o Japão que irá fornecer a maior contribuição de investimentos em forma de ODA para os países do leste asiático. Em 1962, o Japão funda a Agência de Cooperação Tecnológica Estrangeira (*Overseas Technological Cooperation Agency – OTCA*), que formaliza os primeiros procedimentos de aplicação financeira no exterior, em 1966, na República da Coreia. Ao longo dessa década são fundadas as instituições como o Banco de Exportação Importação do Japão (*Export-Import Bank of Japan – JEMIX*) que futuramente se converterá no Banco do Japão para Cooperação Internacional (*Japan Bank of International Cooperation – JBIC*) que irá desempenhar um papel muito importante ao longo dos anos (CHIARELLI, 2009).

Estas instituições lidavam com gerências de recursos que resultaram em uma reversão positiva das relações diplomáticas entre Japão e algumas nações vitimadas pela Guerra. Visto que a adoção de programas de reconstrução não só melhorava e viabilizava o desenvolvimento destas nações, como também permitia ao Japão estabelecer meios de infraestrutura de caráter de suprimento para seu mercado interno.

Neste ínterim, a partir dos anos sessenta o Japão começa a apostar na estratégia de cooperação diplomática, como medida de melhorar as relações com seus vizinhos. Visto que anteriormente o Japão era acusado pelas populações asiáticas de ter trazido a “guerra europeia” para o leste, agora, o Japão torna-se um parceiro interessante pela potencialidade em promover o desenvolvimento econômico destas nações.

Com isto posto, partiremos da premissa que, para um país consolidar-se como um ator global, deve estar integrado a uma conjuntura de outros Estados que estejam em consonância aos seus interesses. Retornando a questão de Nye (2009), percebe-se que a confluência de interesses pode produzir ganhos coletivos aos países. Por muitas vezes são preferíveis os ganhos limitados, mas que permitam uma estabilidade na relação entre países prevendo que o governo japonês esteja fazendo uma aposta na postura de “*win-win*”¹⁰⁹ em relação aos demais países da região.

Vê-se que a política externa do país apostou em investimentos que venham a alavancar o desenvolvimentismo econômico para consolidar uma gama de fornecedores e consumidores aos seus produtos numa esfera do globo (Extremo Oriente e Sudeste Asiático) que não estava em direta disputa pelas outras potências econômicas após o final da Segunda Guerra (KAZUHIRO, 2008).

Para tal, o Japão utilizou-se de investimentos e ajuda subvencionada para fazer prosperarem países da região, tornado assim as aplicações em ODA num fator central da sua diplomacia.

109 Situação “*win-win*”, princípio da Teoria dos Jogos aplicada as Relações Internacionais que prevê que ganhos relativos coletivos podem fazer prosperar os retornos mútuos entre atores, em oposição ao Dilema do Prisioneiro.

Percebe-se que esta atuação serviu para consolidar sua condição de liderança regional, intencionando também ditar a agenda que irá delinear a conduta de desenvolvimento para a região, que previa a consolidação de uma economia de mercado, estabilidade política, democracia, preservação dos direitos humanos e, em especial, um mercado aberto aos produtos japoneses (PERES, 2009).

Destaca-se que para poder dar cabo aos empreendimentos de desenvolvimento coletivo – através da Ajuda Subvencionada, caracterizada pelos ODA – e poder fomentar o desenvolvimento da sua própria economia (através da constituição de uma zona fornecedora de matéria-prima e cativa do consumo de seus produtos), o Japão focou seus recursos diplomáticos e financeiros internacionais na consolidação de uma região integrada e estável. Para isto, favoreceu e incentivou a integração regional do Sudeste Asiático e, em certa medida (através das mudanças da política interna daquele país, ver Magno et. al. 2010) na configuração de processos que visam fomentar uma formulação de agendas conjuntas com os principais países do Extremo Oriente.

Nota-se que, no tocante ao desenvolvimento e investimentos em ODA, são os investimentos na consolidação de infraestrutura e especialmente, na infraestrutura de países estrangeiros, que possibilitaram a elaboração de uma Integração Regional na Ásia (OLIVEIRA, 2010).

Para dar cabo do entendimento da conjuntura real da diplomacia japonesa e da consequência de suas escolhas, é necessário recapitular alguns fatores importantes da história deste país, assim como as decisões políticas e a estrutura institucional que permitiu dar engenho à transnacionalização da economia nipônica.

Decorrente desse processo, percebe-se que a leitura do processo de *path dependency*¹¹⁰ (HALL, 2003) pode ser considerada um fator que explica porque o Japão adotou os ODA como força motriz de sua diplomacia e constituiu-se em uma “Superpotência da Assistência”¹¹¹ (OZAWA, 1994 e LANCASTER, 2007) que irá viabilizar a constituição de Poder Brando, ou *Soft Power*. (NYE, 1990).

Esta atuação também é conhecida como “diplomacia do cheque” (UEHARA, 2003), em que para consolidar a estabilidade internacional o Japão adota o uso de “meios de pagamento” (ARRIGHI, 1996) como procedimento de regulação. Isto ocorre especialmente no pós-Guerra Fria,

110 Tornaram-se ardentes defensores de uma causalidade social dependente da trajetória percorrida, *path dependent*, ao rejeitarem o postulado tradicional de que as mesmas forças ativas produzem em todo lugar os mesmos resultados em favor de uma concepção segundo a qual essas forças são modificadas pelas propriedades de cada contexto local, propriedades essas herdadas do passado. Como seria de esperar-se, as mais importantes dessas propriedades são consideradas como de natureza institucional. As instituições aparecem como integrantes relativamente permanentes da paisagem da história, ao mesmo tempo que um dos principais fatores que mantêm o desenvolvimento histórico sobre um conjunto de “trajetos”. (HALL, 2003, p. 8)

111 *Aid Superpower* no original.

seja através do custeio das forças aliadas na Guerra do Iraque (1991) ou novas linhas de incentivo ao desenvolvimento dos países da antiga órbita de influência soviética (ODA e outros programas de assistência técnica), que permitiram ao Japão angariar mais confiabilidade em sua diplomacia.

De acordo com Ozawa (1994), pode-se considerar que as aplicações de ODA japonesas constituem-se como o principal meio de promoção ao desenvolvimento de alguns dos países do Sudeste Asiático. De acordo com o próprio Ministério de Relações Exteriores do Japão (MOFA), o país é um dos maiores contribuintes de ODA do mundo, e, em valores acumulados, corresponde ao maior contribuinte, superando os valores dos Estados Unidos.

Importa salientar a condição de um marco regulatório dos investimentos de ODA, para escapar da utilização destes recursos por interesses privados ou nortear políticas visando determinados grupos corporativos, visto que o cenário político japonês é dominado por alguns grupos específicos. Para evitar essa modalidade de problemas, o Japão desenvolveu alguns instrumentos de maior controle dos investimentos do ODA, desenvolvendo um estatuto diplomático através da adoção da “Carta da ODA do Japão”, postulada em 1994 através da reforma da JICA, principal agência reguladora destes recursos na época¹¹². Em 2008, o Banco de Cooperação Internacional do Japão (JBIC) agrega algumas destas competências, dando maior enfoque nos ODA de ajuda subvencionada e auxílio financeiro, relegando a JICA aos programas de cooperação internacional e projetos de assistência.

Assim, a Carta do ODA do Japão, tornou-se uma medida de adequação política que precisa ser seguida pelos países receptores para que estes continuem a receber os auxílios governamentais. Entretanto, as limitações de manutenção de um status quo através de meios de pagamento é deveras oneroso e esta condicionado ao fator de aquecimento econômico nacional. O “estouro da bolha” dos anos 90 demonstra os limites deste tipo de prática diplomática, visto que a recessão da economia japonesa corta a fonte de recursos que eram repassados para os países receptores., por outro lado, estes países veem-se diretamente afetados – como ocorreu com a Tailândia, Indonésia e outras economias doo sudeste asiático – pelas vulnerabilidades decorrentes do Japão. O desaquecimento econômico do arquipélago também resulta num desaquecimento econômico destes países.

Além do mais, a perca de capacidade japonesa abre espaço para outras nações emergentes regionais – primeiramente a República Coreana e logo em seguida a China – que vão preenchendo

112“ A Carta da ODA do Japão tem a função de substituir a regulação anteriormente feita pelo Parlamento. Do ponto de vista de política exterior, a Carta é o corolário das Doutrinas de política externa. Por outro lado, do ponto de vista doméstico, trata-se de um dispositivo que resume a elaboração constitucional acerca dos princípios e valores da política externa. Trata-se de um mecanismo de controle análogo ao do dispositivo constitucional. A Carta procura dirimir as tensões entre idealistas e realistas, valores democráticos e interesse econômico, atuação global e inserção regional, e acomodar as tenções entre *políticos e burocratas*.” (CHIARELLI, 2009, pg. 56)

este espaço. Os investimentos dos Chaebol coreanos e as empresas estatais chinesas logo ampliam seus aplicativos externos e buscam atrelar os países do sudeste asiático a sua própria zona de influência, aproveitando a malha de infraestrutura em implementação na região.

Além do fato de que o não cumprimento das premissas existentes pode levar a redução dos investimentos, como nos casos do golpe militar nigeriano, em 1993, e da detonação de artefatos nucleares por parte do governo indiano, em 1998. Por outro lado, destacam-se algumas questões que propiciaram ao Japão adotar temas sensíveis para a sua política externa como critérios para o recebimento de ODA, como o apoio aos Protocolos Adicionais do *Comprehensive Test Ban Treaty* (CBT)¹¹³, como parte da iniciativa japonesa de defender o banimento dos testes nucleares.

Outro fator decisivo para o engajamento japonês em investimentos em ODA são os programas de infraestrutura. Uma grande parcela dos investimentos japoneses em infraestrutura nos países da Ásia são em meios de transporte, incluindo portos e malhas rodoferroviárias, em especial no sudeste do continente, onde os programas de infraestrutura perpassam pela fronteira de mais de um país. Abaixo há um quadro referente à distribuição de ODA por continente e principais setores contemplados.

113Os Protocolos Adicionais do CTBT prevê a proibição de realizar testes de explosões nucleares subterrâneas e subaquáticas, uma falha do atual Tratado que prevê apenas a proibição de testes sobre a superfície, com o intuito de evitar o desenvolvimento de armas nucleares. Também é prevista a instalação de sensores para controlar abalos sísmicos como forma de controlar o cumprimento das normas. O governo japonês também alega que estes sensores também poderão realizar monitoramento sobre a atividade sísmica da crosta terrestre, diminuindo a perda de vidas em desastres desta natureza, como o ocorrido no Natal de 2004 na Indonésia.

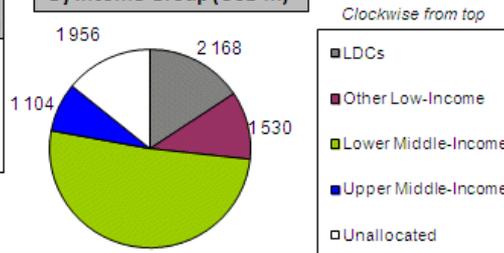
JAPAN

Gross Bilateral ODA, 2008-09 average, unless otherwise shown

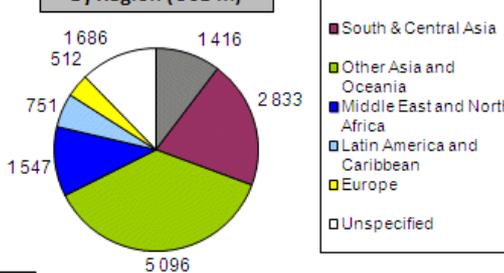
Net ODA	2008	2009	Change 2008/09
Current (USD m)	9 601	9 469	-1.4%
Constant (2008 USD m)	9 601	8 545	-11.0%
In Yen (billion)	994	884	-11.0%
ODA/GNI	0.19%	0.18%	
Bilateral share	71%	63%	

Top Ten Recipients of Gross ODA (USD million)	
1 Indonesia	1 370
2 India	1 240
3 China	1 200
4 Viet Nam	1 104
5 Iraq	974
6 Philippines	580
7 Bangladesh	508
8 Turkey	428
9 Sri Lanka	341
10 Malaysia	229
Memo: Share of gross bilateral ODA	
Top 5 recipients	43%
Top 10 recipients	58%
Top 20 recipients	67%

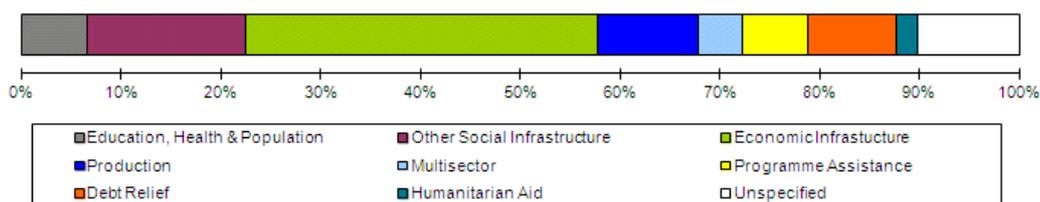
By Income Group (USD m)



By Region (USDm)



By Sector



Source: OECD - DAC ; www.oecd.org/dac/stats

Destaca-se que mais da metade de ODA japonês se destina para o continente asiático e aproximadamente 50% se destina ao setor de infraestrutura, como se vê no gráfico acima¹¹⁴. O projeto de desenvolvimento do Rio Mekong afeta diretamente a economia de quatro países: Tailândia, o Reino do Camboja, o Laos, Vietnã e a região sul da China. Estão em desenvolvimento a construção de pontes internacionais, hidrovias e outros acessos que irão viabilizar uma “Highway da Ásia”, constituindo uma via integrada no Sudeste Asiático¹¹⁵.

Para o governo japonês, esta ajuda financeira para a região irá desenvolver a economia regional, que ampliará o poder de compra do mercado regional, aumentando entre estes países e poderá resultar em benefícios para as empresas do próprio Japão. Ao mesmo tempo em que são implementadas as ajudas de financiamento e assistência técnica, são debatidas, no Banco de Desenvolvimento Asiático projetos como a “Cooperação Econômica e Oportunidades na Grande

114O gráfico mostrado é gerado automaticamente pelo site da OECD. Ver “Aid Statics, Donor Aid Charts”. Disponível em <http://www.oecd.org/countrylist/0,3349,en_2649_34447_1783495_1_1_1_1,00.html> Acesso em 02 de outubro de 2011.

115BORTON, James “Japanese aid brings dividends, divisions”. Asia Times Online. Disponível em: <20/06/2003.<http://www.atimes.com/atimes/Japan/EF20Dh03.html>> Acesso em 13 de outubro de 2011.

Sub-região do Mekong”, projetado para a região do Sudeste Asiático que é um dos principais mercados consumidores de produtos japoneses e um dos maiores fornecedores de produtos alimentícios e matéria-prima, fatores vitais para a manutenção do comércio internacional e da sustentação da economia do arquipélago.

A constituição da capacidade de Poder Brando Japonês se cristaliza através da modalidade de investimentos e ações no exterior, cujo caráter de cooperação e capacitar o Estado receptor no desenvolvimento econômico, sempre visando benefícios futuros da própria economia japonesa. Em geral, os investimentos de cooperação são geridos sobre formas de ODA e subdividem-se em duas categorias: investimentos bilaterais e multilaterais.

Os investimentos bilaterais – ao qual o governo do Japão destina grande parte de seus recursos desta modalidade – são definidos por acordo entre o governo doador (neste caso, o Japão) e o governo receptor, respeitando cláusulas e regras próprias. Já a modalidade de investimentos multilaterais são os recursos destinados a agências, bancos e instituições internacionais – tais como o Banco de Desenvolvimento Asiático ou o Banco Andino – que gere estes recursos entre os seus associados. Contudo, a maior parte dos recursos destinados ao setor de cooperação é destinada ao segmento de investimento governamental em infraestrutura.

3.2. Modelo via Investimento em Infraestrutura

Destaca-se que o Japão é, ao longo dos anos, o país que mais investe em infraestrutura em formas de ODA e o maior contribuinte em ajuda e assistência técnica nos países da Ásia. Estes investimentos permitem a constituição de zonas integradas, facilitando o acesso a matérias-primas e fornecimento para o parque produtivo japonês, além de criar uma via e fornecimento dos produtos manufaturados japoneses para estes mesmos países.

Como destaca Akamatsu (1962), foi esta política de investimentos e ajuda externa que permitiu criar um terreno propício para o desenvolvimento de empresas japonesas na Ásia, criando condições necessárias para que diversos segmentos fabris estivessem instalados na fonte de fornecimento.

Esta migração de empresas permite a transnacionalização das companhias, além de fomentar o desenvolvimento dos países em que as mesmas eram instaladas, visto que se fazia necessário um forte investimento (via ODA, créditos subvencionados ou ajuda técnica) para a constituição de matrizes de energia, fluxos de transporte (portos, aeroportos, ferrovias e rodovias), contratação e

treinamento de pessoal qualificado além de outras questões. Sem esta prerrogativa, a política de “Gansos Voadores”¹¹⁶ (AKAMATSU, 1962) seria inviável. Conforme o site da JBIC, fica clara a estratégia de investimentos nos setores de infraestrutura e a relação das vantagens para o setor empresarial do país no exterior:

O desenvolvimento das grandes infraestruturas tais como grande eficiência das geradoras de energia, ferrovias de alta velocidade de conexão entre cidades e o sistema de água e esgoto esta sendo planejado nos países emergentes ou nos países em desenvolvimento. Estes setores de infraestrutura, as empresas japonesas esperam atrair as suas vantagens de sua tecnologia avançada e conhecimento ambiental. No entanto, nos últimos anos a tendência revelou que, quando uma empresa japonesa tentou exportar equipamento autônomo avançado para um projeto de desenvolvimento de infraestrutura, seria muitas vezes correr em concorrência de preços acirrada com empresas de outros países. Hoje, o país anfitrião é provável para solicitar uma proposta abrangente que inclui a cooperação em setores relacionados, a operação e manutenção das instalações fornecidas, e à formação de recursos humanos. Numa altura em que muitos países estão constituindo uma empresa nacional para obter encomendas para projetos de infraestrutura, é necessário que o Japão ofereça promoções de pacotes infraestrutura eficazes que incorporem a cooperação e assistência adaptada às necessidades de cada país de acolhimento, baseado na articulação entre o público e setores privados. (JBIC¹¹⁷)

Ao longo dos últimos vinte anos, as exportações asiáticas para o resto do mundo cresceram mais de 11% por ano, indo do patamar de US\$ 162 bilhões em 1980 para US\$ 1,9 trilhões em 2004, que corresponde a um quarto de todas as exportações mundiais (KURODA, 2006). Tal conjectura não pode ser atribuída única e exclusivamente pelo crescimento japonês, entretanto, a contribuição e

116“Gansos Voadores” é o modelo de divisão internacional do trabalho elaborado para o sudeste e leste asiático alicerçado na dinâmica das vantagens comparativas. É o paradigma de desenvolvimento conjunto dos países asiáticos sendo liderados pelos investimentos de capitais e tecnológicos japoneses. Visando a disseminação das empresas, interconexão e interdependência econômica dos países previa-se que investimentos em fomentos em países chave poderia levar ao alavancamento dos países da região. Isto é, o fortalecimento e modernização do parque produtivo da República da Coreia poderia tornar este país como um parceiro para o desenvolvimento de outros países da região. Em geral o termo é empregado aos investimentos realizados nas Novas Economias Industriais (NIE, em inglês) e atribuído ao desenvolvimento da República da Coreia, Taiwan, República da China, Singapura e Hong Kong).

117“*The development of major infrastructure such as high efficiency power plants, inter-city high-speed railways, and water supply and sewerage systems, is being planned or already underway in developed countries, emerging countries and developing countries. In these infrastructure sectors, Japanese companies are expected to draw on their advantages in advanced technology and environmental expertise. However, in recent years trends revealed that, when a Japanese company attempted to export advanced stand-alone equipment for an infrastructural development project, it would often run into stiff price competition from companies in other countries. Today, the host country is likely to request a comprehensive proposal that includes cooperation in related sectors, the operation and maintenance of the supplied facilities, and the training of human resources. At a time when many countries are making it a national undertaking to obtain orders for infrastructure projects, it is necessary for Japan to offer effective infrastructure package deals that incorporate cooperation and assistance tailored to the needs of each host country, based on coordination between the public and private sectors.*” Site do JBIC, setor de Desenvolvimento em Infraestrutura no Exterior (*Overseas Infrastructure Development*). Disponível em <http://www.jbic.go.jp/en/report/jbic-today/2010/201102/index_02.html> Acesso em 14 de outubro de 2011.

participação daquele país no crescimento regional é indubitável, vista a condição de promoção ao desenvolvimento econômico regional empregada pelos ODA japoneses ao longo dos anos¹¹⁸.

A postura de engajamento na promoção do desenvolvimento em infraestrutura é uma posição deliberada do governo japonês e sua política de assistência externa. Visto que seu principal banco de créditos internacionais destina uma postura que tenta contemplar não só áreas de desenvolvimento nos países contemplados, mas que possam trazer dividendos às empresas japonesas instaladas no exterior. Questão também colocada como estratégica para a promoção diplomática do país, como salienta o Ministério de Relações Exteriores deste país.

Japão acredita que, para a redução da pobreza, é indispensável não só para implementar medidas para reduzir a pobreza ou a prestação de assistência nas áreas de desenvolvimento social, que poderia influenciar diretamente os pobres, mas também para promover o crescimento sustentável através do crescimento econômico. A este respeito, o Japão coloca a importância da melhoria da infraestrutura econômica e social, que fornece a base para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Por exemplo, o Japão está comprometido com a melhoria da infraestrutura econômica em transporte, comunicação e outras áreas, tais como estradas, portos e aeroportos, a fim de ampliar o intercâmbio entre as áreas urbanas e rurais, garantir a segurança contra desastres, e para promover o comércio e de investimento do exterior. Compromisso do Japão também inclui a melhoria da infraestrutura que contribui para a realização de serviços sociais básicos, como educação, saúde, água potável, abrigo, e melhor acesso a hospitais e escolas. O Japão também trabalha na melhoria da infraestrutura de pequena escala, como os mercados agrícolas e de pesca, portos de pesca e estradas agrícolas, com o objetivo de revitalizar as economias locais (MOFA).

Tal postura esclarece que não só de questões de necessidade econômicas, mas como objetivo de contemplar os princípios de ODA, investimentos em infraestrutura em outros países permite a entrada de outros serviços e ações que possam promover o desenvolvimento sustentável e autossuficiente destes países. A seguir, serão abordados alguns dos principais projetos em infraestrutura empregados pelo Japão atualmente.

3.2.1. Concentração em investimentos regionais

Como demonstrado neste trabalho, o principal destino de investimentos em ODA japoneses foram aplicados em países asiáticos¹¹⁹. Nota-se que grandes partes da região norte dos países do

118O Japão era o único país asiático membro da OCDE, visto que a Coreia do Sul ingressou na instituição apenas em 1996 e começou a realizar sua participação em ODA em 2008 (quando foi aceito na DAC) e o estado de Israel tornou-se membro recentemente, em 2010.

119Conforme os dados da JICA, o Brasil figura como um dos maiores receptores de ODA japoneses na América.

sudeste asiático possuem matas e selvas que dificultam a locomoção, além de que a capital destes mesmos países estarem situados ao sul, dirimindo a rota para a China. E no caso chinês, os conglomerados urbanos encontram-se ao norte e sudeste. Destaca-se os Municípios Governamentais de Beijing (Capital), Shanghai, Tianjin, Guangzhou e Chongqing e as Regiões Administrativas Especiais (SAR) de Hong Kong e Macau, que concentram a maioria da população urbana – logo, o grande mercado consumidor de produtos manufaturados multinacionais¹²⁰.

Esta distribuição também é dificultada no interior da própria China, visto que tanto Beijing quanto Tianjin ficam nas regiões nordeste do país, enquanto Shanghai fica no litoral leste, tendo Chongqing estando no interior do país, na região sudoeste e, por último, Guangzhou¹²¹ e as SARs estão no litoral sul apresentando distâncias curtas entre si, entretanto as demais cidades estão localizadas em grandes distâncias e com enormes dificuldades de locomoção interna.

Já ao nordeste do continente, encontra-se a Mongólia, a República Popular Democrática da Coreia (RPDC), a República da Coreia e o Japão. Destes, os dois primeiros são pouco populosos e pouco povoados, criando baixa condição de fluxo de pessoas, bens e serviços, além do fato de que a Mongólia estar situada num grande acidente geográfico das estepes e ter ao sul e sudeste (em direção às cidades de Beijing e Tianjin, com o deserto de Gobi criando dificuldades geográficas de locomoção).

Já a RPDC possui um regime de controle e entrada de estrangeiros muito rigoroso sobre o país, inibindo circulação na região, além de uma pesada lista de embargos e sanções contra o país imposto pelos Estados Unidos e seus aliados. Esta lista inclui não só produtos de caráter estratégico, como peças e ferramentas que poderiam ser empregados em armas e artefatos militares, mas também restringe a entrada de produtos de uso civil, a fim de criar constrangimento e descontentamento da população civil contra o regime, afetando duramente o desenvolvimento econômico do país.

Tal conjuntura veda a comunicação terrestre da República Coreana para a China e em direção ao Porto de Vladivostok, principal porto russo no extremo oriente. E o Japão, como sabido, é um país composto num arquipélago, condicionando a interação com países estrangeiros apenas por via marítima ou aérea (MARTINS, 2008).

120Os Municípios Governamentais são unidades subnacionais da República Popular da China que tem como principal característica de serem grandes conglomerados urbanos. As SAR são regiões que outrora estavam sobre o controle estrangeiro e foram incorporadas ao país através da política de “um governo, dois sistemas”. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA DE 1982. Acessível em <<http://www.npc.gov.cn/englishnpc/news/index.htm>>

121A cidade de Guangzhou esta localizada a apenas 120 km de distância de Hong Kong e a 145 km de Macao. Destaca-se que esta cidade é o maior porto continental da China no sul do país, tornando-se principal via de entradas de produtos.

Neste quadro geográfico, a Ásia apresenta mais dificuldades naturais de integração do que apresentado na Europa. Ao contrário da União Europeia que possui uma grande concentração populacional e grandes centros urbanos numa pequena extensão territorial – em comparativo tanto com Ásia quanto com a América do Sul – que permite uma grande circulação de pessoas e mercadorias, o continente asiático possui uma vasta dispersão populacional que dificulta a composição de uma livre circulação sem intervenção governamental, além de compor diversas fronteiras geográficas que, no caso europeu, são menos abruptas quanto a geografia de alguns países orientais (KAWAI, 2004).

Além do fato de que há, na Europa, regras bem definidas de integração de mercado para apoiar infraestruturas transfronteiriças e prever mecanismos que facilitem a transmigração entre cidadãos, sem estes aparatos direcionados, não há possibilidade viável de sustentar uma integração econômica,

“os países escandinavos têm trocados até 7% da geração total de energia sub-regional baseada unicamente em um 'acordo de cavalheiros'. Embora, em teoria, o projeto-a-projeto de cooperação entre os governos para benefício mútuo não exige uma estrutura formalizada institucional ou legal, na realidade tal abordagem envolve altos custos de transação, elevadas taxas de insucesso, ou investimentos de longo prazo. A abordagem do projeto-a-projeto não segue nenhuma estrutura única e integrada para o planejamento e elaboração de projetos desse tipo.” (KURODA, pg. 2006).

Kuroda apresenta três dimensões importantes para o desenvolvimento de integração regional: política, econômica e financeira institucional. Infraestrutura pode ser entendida como uma dimensão de caráter político, pois a infraestrutura transfronteiriça tem condições geopolíticas, visto que tanto a sua constituição quanto sua elaboração implicam no envolvimento de dois ou mais governos. Outro fato destacado é que a manutenção de uma rota de fronteira acirra o transbordamento de questões internas e externas devido ao fluxo de pessoas que esta estrutura viabiliza. Além do fato de que, para a manutenção de uma infraestrutura transfronteiriça, é necessária a manutenção da confiança mútua e boa vontade entre os governos para a permanência destas rotas de fluxo.

Em seguida, serão abordados os principais projetos de infraestrutura em que o governo japonês possui investimento prioritário ou interesse estratégico das aplicações de ODA, tendo como seu vetor de ação as agências da JICA e JBIC como promotores de realização, sem ter a necessidade de mediação com interesses públicos; sejam estes internos – tais como constrangimentos e negociações com o Parlamento, visto que ambas as instituições possuem autarquia e independência

de formulação de políticas. E sem constrangimentos externos, visto que, devido a promulgação da “Carta da ODA do Japão”¹²² os governos estrangeiros devem se submeter aos interesses e princípios estipulados nesta Carta se os mesmos tiverem interesse em captar os recursos de ajuda externa, tornando-se assim um eficiente mecanismo de política diplomática daquele país.

Destaca-se que, investimentos em redução de pobreza podem ser percebidos como meios de diminuir tensões internacionais e salvaguardar possibilidades de investimentos externos japoneses. Outro meio que se destaca a utilização da Carta de ODA do Japão e sua versão revisada, de 2003, é a possibilidade de *accountability* da ajuda externa, tornando assim mais claros os objetivos do governo em relação aos governos receptores (ARAGUSUKU, 2011).

3.2.2. Infraestrutura e cooperação asiática

Visto a necessidade do Japão de manter um fluxo constante de produtos dos países em seu entorno, o país investe mais da metade de seus recursos de assistência técnica em setores de infraestrutura, seja estes na construções de portos, aeroportos, malha férrea ou rodovias, tendo sempre em vistando a necessidade de atendimento ao processo fabril (importação e exportação).

Não obstante, a própria JICA e o JBIC – principais órgãos de aplicação dos ODA – é oriunda do JEMIX (*Japan Export-Import Bank*) que tem como finalidade financiar a operação de empresas japonesas no exterior. A política de atuação da Assistência Oficial ainda mantém esta natureza de fluxos comerciais como centralidade, da mesma maneira vem realizando hoje o BNDES nas suas operações externas, que coloca a prerrogativa da capacidade de exportação brasileiras como fator central para a liberação de créditos¹²³.

Desta forma, ações em infraestrutura tornam-se a opção mais eficiente para a política externa japonesa, pois não só potencializa o setor de fornecimento de bens do país contemplado, como também facilita o escoamento de produtos japoneses, além de contemplar uma demanda interna do país em que os investimentos são realizados.

Entretanto, ao analisar estes projetos de cooperação, coloca-se muito claramente os objetivos

122Contando com um grande grau de independência e autonomia, a JICA conta com um grau de liberdade que pode influenciar a percepção a cerca dos interesses nacionais ou a formulação de política externa do próprio governo. Neste sentido, em junho de 1992, o Gabinete do Primeiro-Ministro Miyazawa Kiichi (宮澤 喜) promulgou a “Carta de ODA do Japão”, com a finalidade de definir os princípios de aplicação deste importante dispositivo diplomático e econômico (CHIARELLI, 2009).

123Até mesmo para operações estatais que não tenham a finalidade central de exportação ou importação de produtos – como no caso do porto de Mariel em Cuba – o BNDES ve o investimento de infraestrutura como um grande potencial para a exportação de produtos brasileiros para o país caribenho.

vislumbrados. Para um país ser contemplado por um destes projetos, o projeto em si – e toda sua gama de ações diretas ou indiretas, governamentais e privadas – devem vir a contribuir na constituição desta rede capitalista de transações multinacionais. Retomando a célebre frase do Lorde Palmerston¹²⁴ de que “não existe amizade entre nações, mas apenas interesses”, é necessário analisar de forma objetiva e clara as intenções japonesas, não como forma de crítica a nova postura de aproximação com o continente, mas de enfatizar – desprovido de valores e preceitos – questões vitais para os interesses nacionais e de que forma o emprego destes recursos podem ser utilizados para a melhor difusão do Poder Brando (NYE, 2009) do Japão.

O fato da escolha do segmento de infraestrutura como fator prioritário nas operações estatais japonesas no exterior não vem ao acaso, pois não apenas a importância econômica é preponderante, mas a própria condição de autonomia e manutenção de uma agenda soberana – no sentido em que não há atores de poder maior constringendo a ação política do Estado – é observada como critério de análise. Oliveira (2010) discute o fato de que a infraestrutura – nacional ou transnacional – é um artifício de poder potencial ou real das capacidades do Estado.

Neste sentido, é relevante considerar que recursos de poder potencial, incluindo desde a Economia nacional (e a capacidade do Estado de interferir positivamente nesta), passando pela Infraestrutura Estratégica¹²⁵ de um país, até a disponibilidade de recursos humanos e recursos naturais, são elementos decisivos para o sucesso ou fracasso de uma Estratégia de Grande Potência. A capacidade de planejar, organizar e efetivar a transformação do conjunto de recursos de **poder potencial em poder real**, por parte de um Estado, diante da competição internacional, pode ser analiticamente entendido como “Logística Nacional”. No sentido aqui utilizado, a Logística Nacional está diretamente relacionada às capacidades civis de um Estado, especialmente aquelas com potencial uso dual para sustentar uma “Estratégia de Grande Potência”. Para descrever este problema, Martins (2008, p. 14-15 e 17-19) utiliza o conceito de Celso Furtado de “Centro de Decisão”, para referir-se à capacidade de um Estado planejar a economia nacional, tendo por objetivo desenvolver e utilizar sua logística nacional para fins estratégicos. Tanto Martins (2009) como Sebben (2010, p.8-9) definem a Logística Nacional como intrinsecamente ligada à capacidade estratégica do Estado, ou seja, de defender sua soberania se necessário através da guerra (OLIVEIRA, pg. 12, 2010).

Outro ponto também relevante sobre o papel da infraestrutura na geopolítica internacional é a condição geográfica vulnerável que se encontra o Japão e neste caso, não esta sendo referido a condição peculiar do arquipélago, mas sim todo o sistema de suprimentos de recursos estratégicos

124Lorde Palmerston, Primeiro Ministro da Inglaterra de 1859 até 1865.

125 Que inclui tanto a infra-estrutura produtiva (indústrias centrais), como a infra-estrutura física de geração e distribuição de energia, transportes (terrestre, hidroviário e aéreo), e comunicações, seja através de meios físicos (redes de cabos, troncos de fibra ótica) ou meios eletromagnéticos (da radiodifusão às telecomunicações, incluindo satélites).

que o país necessita para movimentar sua indústria e economia.

Um destes pontos é o Estreito de Malaca, localizado entre o extremo sul da península Malaia e a ilha de Sumatra (Indonésia). A importância desta passagem marítima se deve ao fato de que 90% de todo o petróleo consumido por Japão, Coreia do Sul e Taiwan, além de uma porção menor, mas também significativa por parte da China continental, passam por esta via. Destaca-se que estes quatro países são os maiores consumidores de petróleo no leste do continente.

Sendo assim, o Estreito de Malaca torna-se um ponto não só um ponto crucial para a economia destas nações, mas também vulnerável de intervenções hostis – estatais ou não – que podem bloquear facilmente o fluxo de suprimentos, devido a composição geográfica e a falta de um sistema de vigilância integrado na região¹²⁶. Mesmo observando que há a possibilidade de contínuo do abastecimento de recursos via estreito de Sumatra – localizado um pouco mais ao leste, entre as ilhas de Sumatra e Java (ambas pertencentes a Indonésia), o simples desvio acarreta um custos operacionais e de tempo que encarece ainda mais o abastecimento de recursos estratégicos. É por esta razão que a maioria dos grandes projetos transnacionais são focados no segmento de infraestrutura e destinados a diversificar as vias de suprimentos para o extremo oriente.

A seguir, destaca-se alguns projetos relevantes que exemplificam melhor a compreensão e potencial da consolidação de uma infraestrutura integrada e da necessidade de investimentos multinacionais na região.

(1) O Desenvolvimento da Sub-região do Rio Mekong

A região do Rio Mekong, localizada no Sudeste Asiático, perpassa por seis países: A província de Yunnan (China), Vietnã, Laos, Camboja, Mianmar¹²⁷ e Tailândia, onde vivem aproximadamente 250 milhões de pessoas e se espera um rápido crescimento urbano e industrial para os próximos anos (MOFA). Apresentando grandes disparidades econômicas e sociais entre os países e entre regiões internas destes mesmos países e estima-se que, com a constituição de uma via de comunicação, que permita a oferta de bens e serviços, pode englobar a região dentro de uma rede capitalista tanto chinesa quanto japonesa, podendo ampliar a necessidade de produtos e consumo destes países. Entretanto, conforme estudos do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) um rápido desenvolvimento na região pode gerar uma enorme disparidade entre as regiões urbanas e rurais.

¹²⁶De fato, existe um comitê da ASEAN responsável pelas deliberações securitárias regionais, entretanto, devido a dificuldades de coordenação entre os governos, o sistema integrado ainda não fora implementado.

¹²⁷Mesmo que o Mekong não passe pelo país, o rio afeta diretamente a economia do país.

De acordo com os projetos do governo do Japão¹²⁸, os objetivos dos programas da Sub-região do Rio Mekong são (1) fortalecer as relações econômicas entre os seus países da região para promover o desenvolvimento regional; (2) atingir melhores níveis de crescimento econômico e melhoramento das condições de vida destas populações; e (3) reduzir a pobreza na região. Estima-se que o ADB irá subsidiar o projeto com US\$ 1,2 bilhões, num total de US\$ 30,9 bilhões de fontes de programa destinados a cooperação e desenvolvimento.



Sub-região do Rio Mekong, sudeste asiático. Fonte: Ministério de Relações Exteriores do Japão (MOFA). Disponível em <http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2002/part1_2_2.html> Acesso em 25 de outubro de 2011.

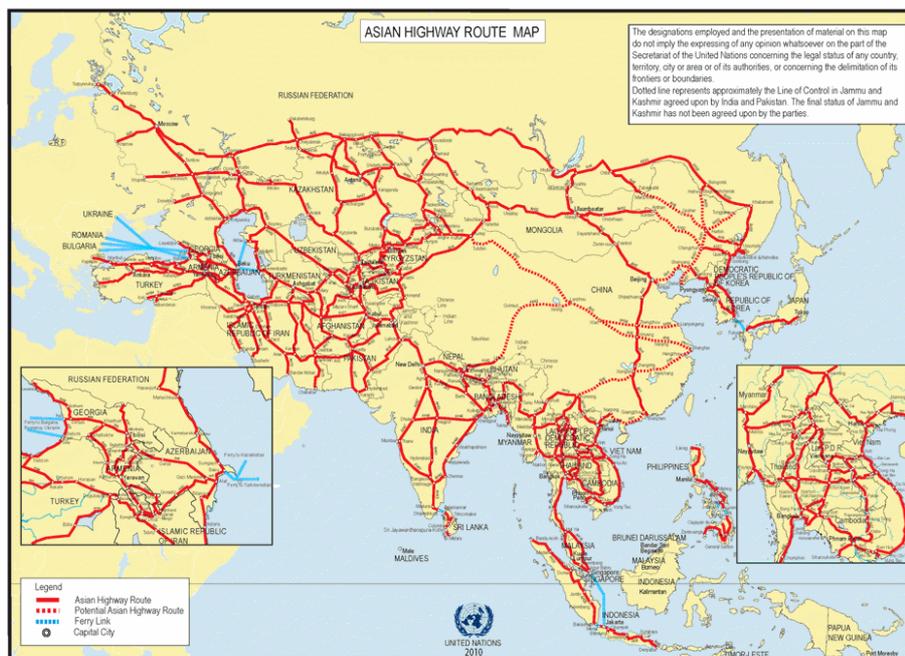
(2) Projeto *Highway* da Ásia

O Projeto Desenvolvimento de Infraestrutura de Transporte Terrestre Asiático (*The Asian Land Transport Infrastructure Development - ALTID*) foi concebido pela UNESCO em 1992 e consiste em 55 rotas distribuídas em 32 países. Pelo plano apresentado, estima-se que sejam cobertas 140 mil quilômetros de extensão. O projeto original foi concebido para criar uma linha férrea que sairia de Singapura até Istambul (Turquia) que possibilitaria a conexão com o sistema de transportes europeu e africano (este último a ser implantado). O governo japonês vem negociando projetos diretos com determinados países para dar cabo a implementação da ALTID, com foco nos

128Fonte: The Japanese Ministry of Foreign Affairs website: “*Mekong chiiki kaihatsu Kaihatsu chosa, Gijutsu kyoryoku*” [Mekong Subregion Development Development Studies, Technical Cooperation]

investimentos no sudeste asiático e extremo oriente.

Vo Hong Phuc, Ministro do Planejamento e Investimento e Yasuaki Tanizaki, o embaixador japonês, assinaram o empréstimo de primeiro termo no ano financeiro de 2011. O empréstimo tem como objectivo continuar a assistência do Japão para o país, auxiliando no desenvolvimento de infra-estrutura, particularmente a construção de duas vias da rodovia Norte-Sul. A primeira rota será executado a partir de Ho Chi Minh City para Dau Parque Industrial Giay no Distrito Thong Nhat na província sudeste de Dong Nai, enquanto o segundo irá criar uma conexão entre as províncias centrais de Da Nang e Quang Ngai (MOFA).¹²⁹



Mapa da Ásia e as rotas previstas para a ALTID. Fonte: UNESCAP website: “*Map of the AH Network*”. Disponível em <<http://www.unescap.org/pdd/publications/survey2011/figures/fig39.gif>> Acesso em 21 de outubro de 2011.

(3) Estudos de Leste Asiático de Desenvolvimento em Infraestrutura

Com o investimento direto de três instituições, o Banco de Cooperação Internacional do Japão (JBIC), Banco Mundial (WB) e o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) lançaram um estudo intitulado “*Connecting East Asia: A New Framework for Infrastructure*” (que pode ser traduzido por: Conectando o Leste Asiático: Uma nova rede para a Infraestrutura) prevendo que para atender a demanda da expansão rápida de cidades, as populações continuamente crescentes, e à

¹²⁹“Vo Hong Phuc, Minister of Planning and Investment and Yasuaki Tanizaki, the Japanese Ambassador, signed the loan which was given during the first term of Japan's 2011 financial year. The loan aims to continue Japan's assistance to the country by aiding in infrastructure development, particularly construction of two routes of the North-South Highway. The first route will run from Ho Chi Minh City to Dau Giay Industrial Park in Thong Nhat District in the southeast province of Dong Nai, while the second will create a connection between the central provinces of Da Nang and Quang Ngai

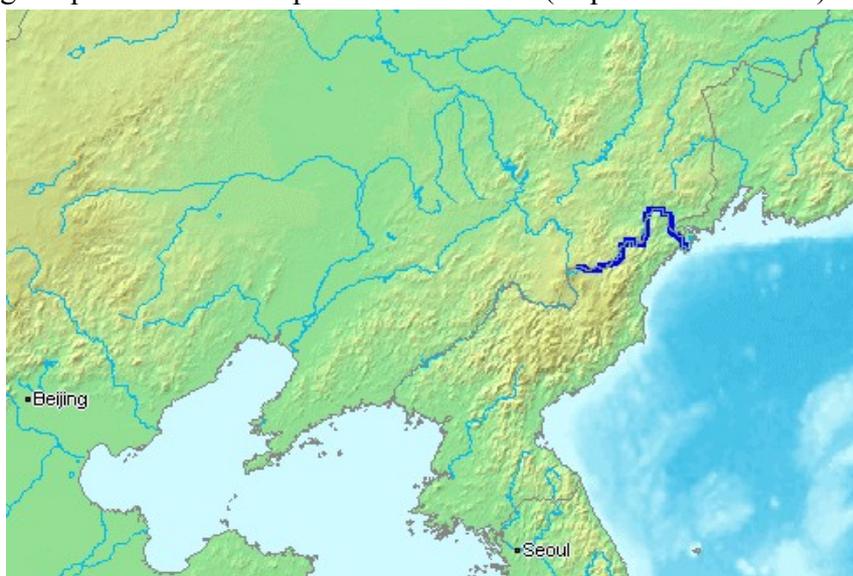
Fonte: Ministério de Relações Exteriores do Japão. Acessível pelo link <<http://en.baomoi.com/Info/Japan-offers-508-million-ODA-infrastructure-loan/3/153401.epi>>

crescente demanda do setor privado, mais de US\$ 1 trilhão de emissões serão necessárias ao longo dos próximos cinco anos para o desenvolvimento de infra-estrutura de estradas, água, comunicações, energia elétrica, e assim adiante e aproximadamente US \$30 bilhões seriam necessários para setores de pavimentação e estrutura rodoviária (JBIC, 2003).

(4) Projeto do Rio Tumen¹³⁰

O Rio Tumen, localizado na fronteira nordeste entre a RPDC e o extremo nordeste da Manchúria (China) é de extrema importância para o transporte de bens e mercadorias para a região leste do extremo oriente, visto que, partindo dessa região é possível seguir tanto para a região leste da Mongólia, quanto em direção ao Porto de Vladivostok (Rússia) e Sibéria Oriental.

O projeto prevê a construção de um sistema ferroviário que crie um canal de comunicação entre a República da Coreia até o sistema ferroviário chinês que, por sua vez, pode criar uma via terrestre de transporte de mercadorias até a Europa. O Japão seria beneficiário através de integração do porto de Niigata que escoaria seus produtos via Ulsan (República da Coreia).



Rio Tumen localizado na fronteira entre a República Democrática Popular da Coreia, República Popular da China e a Federação Russa. Sua importância se deve ao fato de que este é o principal acesso fluvial da China para o porto de Vladivostok (Rússia), o maior porto russo em mares orientais.

A participação japonesa na região, se dá através do Fundo Global de Infraestrutura (Global Infrastructure Fund – GIF) estabelecido em 1990 por empresas japonesas¹³¹ em conjunto com o

¹³⁰Tumen River Area Development Project (TRADP)

¹³¹Mais notadamente, pela *Nippon Keidaren*, que agrega uma série de políticos, líderes empresariais, homens de negócios e pesquisadores em torno de projetos de investimentos e planos estratégicos do Japão no exterior (PEVERELLI, 2009).

governo, que conta com a participação de sete ministérios envolvidos com o objetivo de organizar uma nova rede de transportes Euro-asiática “que organizou conferências sobre a Land Bridge Euro-asiática (New Silk Road), em Berlim, Pequim e Tóquio, onde os líderes políticos e especialistas dos países interessadas consideraram abordagens alternativas para o desenvolvimento de um tronco de linhas do sistema de transporte Eurasiática”¹³²

132“it has organized conferences on the Euro-Asian Land Bridge (New Silk Road) in Berlin, Beijing and Tokyo, where policy leaders and experts of the interested countries considered alternative approaches to developing a trunk line of the Eurasian transportation system” (PEVERELLI, 2009, pg. 330).

CONCLUSÃO

A conclusão desta pesquisa é de que um Estado pode valer-se do *Soft Power* como mecanismo de constituição de Potência, entretanto, a sua atuação é muito limitada. O que se observa é que o *Soft Power* não constitui um caráter de *Hegemon*, mas um modelo de Hegemonia Compartilhada decorrente da Interdependência Complexa entre os Estados.

A questão que surge é, um modelo de fomento econômico pode levar a constituição de um polo de poder que mais dependa de decisões coletivas do que a arbitrariedade de um único Estado. O que se percebe é que o sistema de Interdependência Complexa é uma das vias para se estabelecer um bloco ao modelo que ocorre na União Europeia, por exemplo.

Os projetos de Assistência Oficial (via ODA ou outros) e ações Estatais que visem ampliar as redes capitalistas tendem a atrelar o desenvolvimento entre o Estado Central e a Periferia e, como se observou no caso asiático, por vezes esta Periferia ascende – via fomento direto e pelo desenvolvimento econômica – a outros centros concorrentes ou competidores.

O que cabe ao Brasil face esta conjuntura é ponderar de que a adoção de um modelo de fomento econômico – via BNDES – ou via constituição de projetos transnacionais – como se observa na IIRSA – poderá levar a constituir outros centros econômicos e políticos regionais na América do Sul.

A saída encontrada pelos japoneses para não serem obliterados pelo esmagador crescimento econômico chinês e em certa medida, o coreano, foi de se especializar num dos elos da cadeia produtiva da rede capitalista de produção – centrado na economia de tecnologia de ponta e produtor de pesquisa de alta especialidade – para permanecer como parte constitutiva e relevante a ordem de desenvolvimento asiático.

Entretanto, o Brasil não possui uma clivagem tão gritante com as demais economias sul americanas para se constituir como um centro tecnológico, mas possui capacidade fabril que pode ser complementar ao desenvolvimento econômico dos demais países sul americanos, além de continuar atuando como principal fomentador de projetos binacionais, multinacionais ou transnacionais na região, capacidade esta que o diferencia na região, assim como o Japão o faz na Ásia.

Outro fator saliente é o peso político que o Brasil possui sobre o continente, visto que todas as questões que envolvem assuntos regionais perpassam por atuação direta do país, afetando os rumos da política interna dos países da região, além da atuação internacional e cada vez gritante com que o Brasil se destaca em fóruns internacionais, servindo como baluarte de defesa de

interesses sul americanos sem ser uma ameaça aos interesses de outras potências que já atuam sobre a região.

Acerca dos Estudos Asiáticos

Se há algum ponto que deve ser apresentado na presente pesquisa é a necessidade de afirmar a importância dos estudos sobre realidades asiáticas, observando sua cultura, seus fatos históricos e suas tradições. Mesmo que aquela localidade apresente particularidades exógenas a nossa – Ocidentais – o estudo aprofundado da conjuntura de determinados países podem vir a servir como aprimoramento para necessidades brasileiras ou sul-americanas.

Ao longo desta pesquisa, foram salientados os empreendimentos diplomáticos japoneses cuja finalidade era expandir sua capacidade de influência sobre os Estados vizinhos, através de medidas do uso de mecanismos convencionais – que vigoraram até o término da Segunda Guerra – e a súbita guinada para a adoção de empreendimentos de cooperação e captação técnica – que não foram originais, pois o próprio Plano Marshall em certa medida advém da mesma natureza política – mas foi grande destaque pela sua eficiência e contundência na política externa.

O governo japonês colocou a política de cooperação – e os mecanismos de ODA – não como um instrumento apêndice de sua diplomacia, mas como carro chefe de sua política internacional, criando assim um conceito de capacitação de influência através da persuasão de convencimento pelo interesse – e não pela coerção – que logo foi traduzido como Poder Brando, abrindo assim uma nova gama de estudos sobre capacidades diplomáticas no campo das relações internacionais.

Tal discussão é valiosa ao Brasil, pois repetimos, assim como o governo do Tóquio preconizou em meados da década de 1960, a utilização dos meios de investimento e de cooperação como centralidade da política externa. Instituições tais como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a internacionalização dos investimentos de fomento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estão ganhando cada vez mais peso na formulação da política externa brasileira.

Em 2008 foi formalizada, em conjunto com o governo japonês, uma série de medidas intragovernamentais de parcerias de investimentos em cooperação e capacitação técnica de algumas economias africanas. Estes projetos de cooperação conjunta, intitulados de *Japan Brazil Partnership Program* (JBPP), programa de cooperação triangular, tendo como principais agências a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e a ABC, pelo lado brasileiro, também destaca que a implementação dos projetos terá como coordenação a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Esta medida altera a configuração da Política Externa Brasileira, visto que o país está reduzindo a ajuda externa em programas de cooperação – em grande parte sobre forma de ODA – mas vem ampliando o seu potencial como investidor governamental, dando maior peso e autonomia na propagação de interesses brasileiros em temas sensíveis, tais como a relação Brasil-África, projetos de desenvolvimento do biocombustível sobre modelo brasileiro (caso da mamona) e a ampliação do mercado consumidor de produtos nacionais nestas regiões.

O programa JBPP está em fase de execução em Moçambique e está previsto a ampliação de projetos conjuntos em outros três países do continente africano. O sucesso desta medida fortalece cada vez mais a capacidade de produção de Poder Brando brasileiro sobre a região, além de também possibilitar – como afirmado pelo próprio Itamaraty – a possibilidade de realizar empreendimentos parecidos em países da América do Sul. De acordo com o Ministério de Relações Exteriores do Japão (MOFA), o Brasil foi procurado como parceiro potencial devido ao melhor entendimento que possuímos acerca das limitações e da realidade africana do que o governo japonês, mesmo com os investimentos em ODA tendo se iniciado em 1973, apenas vinte anos depois o governo de Tóquio desenvolveu um programa específico para o continente resultante da TICAD¹³³.

Desta forma, cabe lembrar que não é só os empreendimentos externos que influenciam a diplomacia, questão de caráter doméstico tem seu peso na mediação com demais nações e a forma como geramos influência sobre estas ou não. Através da teoria de Aron (2002), a política interna é fator imprescindível para compreender o resultado de decisões externas. Democracia, estabilidade social, interesses políticos, agenda interna e anseios da sociedade afetam diretamente a forma como um Estado se comporta, especialmente com aqueles com quem dividem um longo processo histórico cujas desavenças e interesses podem ter grandes cisões e divergências.

Neste caso, a utilização de Aron para analisar a relação entre Japão e China é particularmente útil, visto que em ambos os países os anseios e clamores populares quanto à sua relação bilateral são capazes de constranger a atitude de tomadores de decisão ou até coagindo-os a ter posturas que criem maiores acirramentos entre estes.

Como análise central da capacidade de um Estado gerar Poder Brando, o modelo de aplicação de ODA tem como foco a política de assistência técnica que – no caso japonês – prima por programas de constituição de infraestrutura, para viabilizar a transnacionalização de suas

133 *Tokyo International Conference on African Development (TICAD)*, foi um fórum de deliberações entre as agências de cooperação japonesa, tais como a JICA e o JBIC em parceria com agências de cooperação das Nações Unidas – a UNOSSA, Banco Mundial e a UNDP – em deliberações conjuntas com alguns países africanos, visando dar melhor atendimento as exigências e as carências de desenvolvimento destes países, visto que muitos governos reclamam que os programas de cooperação tendem a visar problemas que não são prioritários a realidade africana. A TICAD teve quatro conferências, realizadas em 1993, 1998, 2003 e 2008. A quinta edição esta prevista para ser realizada em junho de 2013.

empresas, potencializar mercados e criar condições de fluxos para redes capitalistas. Outros países, como os Estados Unidos, focam seus investimentos de ODA em ajuda humanitária e situações de risco, a Suécia disponibiliza grandes cartas de crédito para países pobres e outros países adotam medidas diferentes.

Infraestrutura como via de desenvolvimento interdependente

Investimentos em infraestrutura são estratégicos para a promoção de relação econômica e política entre nações, especialmente no caso japonês em que a constituição destas redes capitalistas viabiliza a constituição de mercados consumidores e fornecimento de matérias-primas aos seus produtos, gerando uma interdependência entre os países. Fenômeno que não pode ser descartado para o Brasil em sua consolidação de liderança – política e econômica – na América do Sul.

Todavia, a utilização da infraestrutura como meio mediador entre nações pode resultar consequências danosas. Assim como as vias de acesso facilitam o escoamento de bens e mercadorias, elas também podem servir como meio de facilitamento para produtos estrangeiros. Da mesma forma que o IIRSA por ser uma ferramenta para ampliar a consolidar o mercado consumidor sul americano de produtos brasileiros, estes projetos de infraestrutura também podem resultar na quebra da indústria nacional brasileira por servir como via de entradas de mercadorias oriundas, especialmente, da própria Ásia.

Desta forma, o desenvolvimento conjunto das economias sul americanas não pode ignorar na constituição de mecanismos que mitiguem a inundação de produtos externos e também na constituição de instituições que fomentem o desenvolvimento industrial regional. De nada adianta fomentar uma integração regional se esta não estiver atrelada ao desenvolvimento conjunto e coordenado dos países da região. De fato, observa-se que a IIRSA pode viabilizar um novo modelo de substituição de importações a nível regional e impulsionar – através da constituição de mercados regionais – uma complementariedade das economias sul americanas.

Outro ponto sensível ao processo de integração sul americano – que os asiáticos estão realizando alguns ensaios, tais como o encontro Trilateral, ocorrido em Tóquio em 2010 que levou a constituição da Comunidade do Leste Asiático (*East Asian Community – EAc*), que tem como intenção aproximar e elaborar políticas regionais entre Coreia do Sul, Japão e China. A EAc ocorreu logo a ascensão de Hatoyama Yukio¹³⁴ ao gabinete japonês e foi o primeiro encontro entre os três

¹³⁴Hatoyama Yukio, do Partido Democrata Japonês (PDJ), foi o primeiro Premier a vencer o Partido Liberal do Japão (PLJ) que esteve no poder desde 1946. A sua vitória é atribuída a falência da alta cúpula de Estado em contornar a crise econômica dos anos 90 e de modernizar o regime político japonês. Advoga-se que as práticas políticas que imperavam até então – que tendiam a centralizar o poder em pequenos grupos de burocratas e políticos – era tolerada desde que a prosperidade econômica estivesse em pauta. O desaquecimento econômico levou a população a

chefes de Estado da região. Dentre os projetos que estão sendo debatidos, esta a proposta de ampliar o número de bolsas de estudantes universitários entre os países, uma maior facilidade de circulação de pessoas e vistos, acordos comerciais trilaterais e a oficialização dos limites territoriais entre os países, visto que as fronteiras estão em disputas até hoje.

Por outro lado, também não pode ser subestimado o peso da América do Sul na conjuntura internacional, visto que vários programas regionais, tais como a IIRSA, UNASUL, ALADI, MERCOSUL, o Banco Andino entre outros, visualizam a formação de infraestrutura como meio de consolidar uma região de cooperação¹³⁵.

Com a observação e explanação do modelo japonês para ODA, pretende-se destacar as vantagens e a finalidade desta postura e destacar que este poderia ser um modelo a ser adotado ao Brasil caso este venha a constituir-se como um membro da OCDE¹³⁶ e, conseqüentemente, agente de investimentos de ODA.

A inclusão brasileira junto a OCDE possui uma dupla relação. A primeiro momento poderia ser positiva no obstante em que permite de abrir as possibilidades e atestaria um valor de competência a economia brasileira, mas permitira que o Brasil pudesse captar seus recursos em assistência externa em programas já existentes com demais membros da OCDE e transformar os ODA brasileiros em mais um potencializador de investimentos em infraestrutura integrada da América do Sul e também alavancar mercados regionais que potencializariam as empresas brasileiras na região, criando condições para que ocorra a constituição de interesses nacionais na região, condicionando a disponibilidade de créditos alocados pelo governo brasileiro e potencializando temáticas e áreas de interesse estratégico na América do Sul.

Contudo, a avaliação realizada pelo Ministério da Fazenda, através da portaria nº 214 referente à possibilidade de ingresso do Brasil na Organização, entretanto, o Ministério de Relações Exteriores é bastante crítico quanto ao ingresso do Brasil na OCDE, visto que, se por um lado o Brasil perde alguns privilégios como um PED (País em Desenvolvimento) que relega alguns privilégios em algumas transações econômicas e permite um fórum privilegiado na OMC, por outro lado perde politicamente na esfera internacional ao perder o status de “nação em desenvolvimento” perante nações mais pobres. De fato o MRE teme que o Brasil repita o erro do México, que não é

um apelo de mudança que resultou na derrota do PLJ, a vitória de Hatoyama simboliza uma mudança e um postura mais conciliatória com os demais países da região (MAGNO et. al. 2010b).

135Também se salienta que é o Japão, via JICA, o maior investidor não Sul-Americano que promove os programas da IIRSA.

136Rússia inicia processo de adesão à OCDE; Brasil não demonstra interesse. Fonte: *International Center for Trade and Sustainable Development*. Disponível em < <http://ictsd.org/i/news/pontesquinzenal/50220/>> Acesso em 22 de outubro de 2011.

uma nação rica, mas deve negociar como igual nos fóruns internacionais, e não é mais reconhecido como membro de uma nação em desenvolvimento em outras esferas.

Entretanto, a condição brasileira de se prevalecer como contribuinte de ODA implica em problemas que não superam as vantagens finais, além do mais, o Brasil já vem realizando projetos de cooperação sem se utilizar deste recurso da OCDE para impulsionar sua capacidade de *soft power*. Desta media, nem mesmo o Itamaraty – o principal órgão de política externa brasileira – vê como benéfico os ganhos políticos sobre as questões econômicas, apontando que existem outros meios para constituir o poder brando brasileiro.

Retornando ao ponto central desta pesquisa, salienta aqui os ganhos finais da política externa japonesa. Afinal, a política externa é um dos meios de decisões governamentais para se obter ganhos em questões internas e nunca o contrário, visto que a diplomacia esta a serviço do povo do país de que atua em nome, uma ação do Estado Nacional em outro país.

Disto isto, a questão que se levanta é: O que ganha o Japão e seu povo através da política de cooperação através do modelo de financiamento de empreendimentos externos e dos planos de Assistência Oficial (ODA)? Estas medidas foram vantajosas e o governo japonês poderia ter atuado de outra maneira?

Em suma, o que se tentou provar ao longo deste projeto foi a necessidade de dependência que o Japão possui com os mercados externos e que seu território é escasso em matérias-primas – sejam estas de caráter industrial ou alimentar – e o país necessita adquirir estes produtos para impulsionar seu desenvolvimento. A questão securitária de aquisição de territórios foi uma prática empregada no final do século XIX e se estendeu até a metade do século XX – prática esta que observava a lógica de seu tempo, visto que outras países que haviam adquirido o status de potência (Inglaterra, Estados Unidos, Rússia entre outros) também lançaram mão deste modelo para impulsionar o desenvolvimento industrial.

Contudo, esta escolha foi por deveras desastrosa e levou a mazelas que perpetuam até os dias de hoje. O Japão necessitou se utilizar pesadamente de seus meios de pagamento para, ou mitigar ou esporecer, o custo político decorrente da investida de uma política externa calcada no *hard power*. Contudo, a retomada da redemocratização após 1946 colocou o Japão novamente em sua velha condição: Ou restringia-se ao seu território e estaria este fadado eternamente ao nanismo econômico, ou este lançava-se novamente as empreitadas de relações externas.

O engenho japonês que pode ser compreendido como um somatório de decisões institucionais e políticas governamentais, alavancadas pela financeirização norte americana no país (principalmente pelo Plano Colombo e a adoção do Plano Reverso, permitiu a atuação e questões

externas e voltar a realizar barganhas políticas para suprir a condição de desenvolvimento tanto almejadas pela Restauração Meiji em 1868.

Visto a necessidade de constituir uma relação de confiança entre nações – observando que a confiança é um valor preponderante nas tradições asiáticas – foi um ponto central na política externa japonesa. Os povos do continente culpavam o país do arquipélago por “trazer a guerra europeia para o leste”, contudo, as políticas dos meios de pagamento persuadiu os países de que o Japão agora era um parceiro interessante em se ter por perto, visto que este viabilizava – através dos programas de Assistência Oficial (ODA) – que este era um ator que poderia realizar um desenvolvimento para os países asiáticos. Contudo, a questão crucial ao se analisar as decisões históricas e da história da diplomacia japonesa sempre veio a atender a condição de insuficiência territorial do arquipélago, como Ohmae (1996) salienta, a economia japonesa é melhor compreendida pela geografia do que pela administração.

Deste fato, a adoção de uma política externa focada na cooperação vem mais a atender questões internas do que externas. O ganho de confiança – ou a adoção de parceiro preferencial que alguns países concederam ao Japão – tem como meta atender demandas do crescente parque fabril japonês do que atender necessidades internas destes países. Contudo, o que se provou é que o modelo de cooperação calcado em Assistência Oficial arrefece as diferenças entre os países além de mitigar as desconfianças – visto que a interdependência torna-se um mecanismo de proteção para os países que estão desfavorecidos nas relações assimétricas de trocas (matéria prima por produtos manufaturados). O investimento japonês nos países do sudeste asiático demonstra que o Japão também necessita destes países para a manutenção da capacidade produtiva de sua economia, opção esta que pode ser uma opção ao modelo de desenvolvimento brasileiro face a discrepância de desenvolvimento deste país em relação a maioria dos países sul americanos.

A adoção de uma agenda securitária regional – via UNASUL – poderá ampliar o papel mediador do Brasil sobre o continente? O Conselho de Segurança Regional também não é uma alternativa para a constituição de um Poder Compartilhado (*Power Sharing*) regional além de fomentar o desenvolvimento industrial destes países – observando a capacidade dual da indústria bélica, por exemplo.

Contudo, esta questão nos leva a outra condição: visto as limitações econômicas brasileiras, pode o Brasil engajar-se na ampliação de seu potencial de relações calcado na capacidade de financiamento externo? Ações promovidas pelo BNDES na região são o suficiente para ter algum peso significativo tanto na economia quanto na diplomacia sul americana?

Outras questões que ficam em aberto sobre os eventos analisados é estabelecer se o modo de

atuação das agências atuação de política – nisto inclui não apenas os créditos internacionalizados do BNDES, mas também em certa medida o Itamaraty e a própria Agência Brasileira de Cooperação (ABC) – estão coordenadas numa postura de fomentar a capacidade de *Soft Power* brasileiro.

E, por final, coloca-se aqui em questão sobre os limites da capacidade de integração sul americana. Muitos dos países regionais possuem agendas próprias que não necessariamente tem como meta uma ação coordenada entre os Estados sul americanos. Colômbia e Paraguai possuem uma agenda securitária que prioriza as relações com um ator externo há região. Chile vem cada vez mais ampliando suas parcerias com a própria Ásia – via APEC – e a Venezuela possui um outro projeto para a América do Sul.

Apesar destas limitações e dificuldades apresentadas, o Brasil aposta na implementação de instituições transnacionais e em projetos multinacionais como meio de cooptar e atrelar estas nações para a adoção de uma agenda coordenada – política e econômica – que possam capacitar a região para um desenvolvimento conjunto.

A adoção de uma agenda interdependente – assegurada na capacidade de *Soft Power* brasileiro – demonstra ser uma alternativa válida, tendo em vista o caso do Japão que, mesmo apresentando maiores dificuldades, através destas escolhas estratégicas tenta ampliar cada vez mais seu papel no cenário internacional, ao mesmo tempo que vem ampliando seu potencial econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKAMATSU, Kaname (1962). *A historical pattern of economic growth in developing countries*. **Journal of Developing Economies**, 1(1):3-25, March-August, 1962.
- AMORIM, Celso (2011). *Conversas com jovens diplomatas*. Editora Benvirá. São Paulo/SP, Brasil.
- ARAGUSUKU, Juliano Akira (2011). *A Assistência Oficial para o Desenvolvimento na política externa japonesa*. Tese de mestrado em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas, São Paulo/SP.
- ARENDT, Hannah (2003). **A Condição Humana**. Rio de Janeiro, Brasil. Editora Forense Universitária.
- ARON, Raymond (2002). **A Paz e Guerra entre as Nações**. Editora da UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Disponível na página <<http://funag.gov.br/biblioteca/>>, último acesso 17 de abril de 2012;
- ARRIGHI, Giovanni; IKEDA, S.; IRWAN, A. (1993). *The rise of East Asia: one miracle or many?* p. 41-65. In: PALAT, R. A. (Org.). **Pacific-Asia and the Future of the World-System.**: Greenwood Press, Westport, EUA.
- ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi e SELDEN, Mark (1997). **The Rise of East Asia in World Historical Perspective**. Publicado na página da Universidade de Bringhamton, Nova Iorque, Estados Unidos. Disponível na página: <http://www2.binghamton.edu/fbc/archive/arhamsel.htm>, último acesso 8 de abril de 2012.
- ARRIGHI, Giovanni (1996) **O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Ed. UNESP. São Paulo/SP, Brasil.
- ASHITATE, Hideaki (2007). *Foreign Aid (ODA) as a Public Policy*. **Interdisciplinary Information Science**. Vol. 13, n 1 pp. 129~138 January 29 2007. Faculdade de Direito da Universidade da Kyoto Sagyo. Kyoto, Japão. Disponível em: <http://ir.library.tohoku.ac.jp/re/bitstream/10097/17385/1/13_129.pdf>. Acesso em 17 de setembro de 2011.
- BUENO, Eduardo; CHIARELLI, Joao; SILVEIRA, Luciana e BROCHER, Lúgia (2011). *Utilizando o estudo das redes capitalistas no leste asiático como Benchmark para o processo de integração Sul-Americano*. **II Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política (FBCP)** realizado em 20, 21 e 22 de julho de 2011 na UFSCar, São Carlos/SP.
- CEPAL (2009) **Latin America and the Caribbean in the World Economy**. In: *Chapter V: Economic*
- CHIARELLI – *Inserção japonesa sobre a Ásia através de instituições de cooperação e fomento*.

cooperation and ties between Japan and Latin America and the Caribbean. ECLAC Distribution. Disponível em:

<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/40696/Economic_cooperation_between_Japan_Latin_America_Caribbean_Chapter_V.pdf> . Acesso em 03 de outubro de 2011.

CHANG, Ha-Joon (2002). **Kicking away the ladder: Development strategy in Historical Perspective**. Athem Press, London, England.

CHIARELLI, João Rodrigues (2009). *Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) como ferramenta política: Mecanismos de integração regional*. Trabalho de Conclusão da Graduação em Ciências Sociais na UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil.

CHIARELLI, Joao Rodrigues (2011). **Investimentos em Infraestrutura na produção da cooperação regional: O caso japonês como Benchmark para a América do Sul**. Artigo apresentado no IV Seminário Nacional de Ciência Política, organizado pelo PPG de Ciência Política da UFRGS, em 8 de novembro de 2011. Porto Alegre, Brasil.

DEUTSCH, Karl W. (1978) **Análise das Relações Internacionais**. Editora Universidade de Brasília. Brasília/DF.

DRUCKER, Peter F. (1971) *What we can learn from Japanese management*. **Harvard Business Review**. Harvard Business School Publishing, Cambridge, USA.

DRUCKER, Peter F. (1998). *In Defense of Japanese Bureaucracy*. **Foreign Affairs**. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/54394/peter-f-drucker/in-defense-of-japanese-bureaucracy>>. Acesso em 06 agosto de 2011.

EZAKI, Mitsuo e NGUYEN, Tien Dung (2005). *Regional Economic Integration and its Impacts on Growth, Poverty and Income Distribution: The Case of Vietnam*. Discussion Paper nº 132. Março de 2005. Publicado pela Graduation School of International Development (GSID), Universidade de Nagoya, Japão.

EZAKI, Mitsuo e WANG, Fei (2006). *Regional Economic Integration and its Impacts on Growth, Poverty and Income Distribution: The Case of China*. Discussion Paper nº 144. Agosto de 2006. Publicado pela Graduation School of International Development (GSID), Universidade de Nagoia, Japão.

GARGARELLA, R. (1999). **Uma teoria econômica da Democracia**. São Paulo, EDUSP.

GEHRING, Thomas (1996). **Integrating Integration Theory: Neo-funcionalism and International Regimes**. *Global Society*, Vol. 10, No 3. University of Kent at Canterbury, United Kingdom.

GUIMARÃES, Lytton (2005). *A inserção Político Diplomática do Japão no Cenário Internacional*.

III Congresso Internacional de Estudos Japoneses no Brasil. 8 e 9 de setembro de 2005. Núcleo de Estudos Asiáticos (NEASIA), UnB.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (2007). *O mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana.*

Revista Comunicação & Política, Vol.25, nº 3, p. 169-189.

HAAS, Ernst (1961). *International Integration: The European and the Universal Process.* In:

JSTOR, MIT Press, Vol. 15, nº 3. Cambridge, Estados Unidos.

HALL, Stuart (2000). *Da Diáspora.* Editora UFMG/UNESCO, Belo Horizonte/MG, Brasil.

HENSHELL, Kenneth G. (1999). **A History of Japan: from Stone Age to Superpower.** Library of Congress Cataloging in Publication Data. St. Martin's Press, Scholarly and Reference Division. New York, USA.

HIRAKAWA, Hitoshi (2008) **Japanese Concept of East Asia: Its History and Now.** Artigo apresentado no 34º Fórum da SGRA (Sekiguchi Global Research Association), promovida pela Atsumi International Scholarship Foundation. Tóquio, Japão. Acessível pelo link: <<http://www.aisf.or.jp/sgrainenglish/SGRAreport/SGRANo50Main.pdf>>

HOBBSBAWM, Eric (2002). **Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras.

HOTTA, Eri (2007). *Pan-Asianism and Japan's War 1931-1945.* Nova York, Palgrave Macmillan.

HOOK, Glenn D.; GILSON, Julie; HUGHES, Christopher W.; DOBSON, Hugo (2001). *Japan's International Relations: Politics, Economics and Security.* Durham, Inglaterra. Universidade de Durham, Siglo XXI.

HUMPREYS, Adam R C (2006). *Kenneth Waltz and the limits of explanatory theory in International Relations.* Tese de Doutorado em Relações Internacionais no Departamento de Política e Relações Internacionais da Universidade de Oxford. Oxford, Inglaterra.

IIO, Jun (2010) *What will the change of government bring to Japanese politics?* In: **Social Science Japan**, nº 42, edição de março de 2010. Publicado pela Universidade de Tóquio, Japão. ISSN 1340-7155.

INOBUCHI, Takashi (2009). *Japan, Korea and Taiwan: Are one hundred flowers about to blossom?* In: **International Relations Scholarship around the World.** Edited by Arlene B. Tickner and Ole Wæver. Printed by Routledge. London, United Kingdom.

ITOH, Mayumi (2003). **The Hatoyama Dynasty: Japanese political leadership through the generations.** Nova York, Palgrave Macmillan.

JAPÃO (2011). National Diet Library (国立国会図書館 Kokuritsu Kokkai Toshokan) Tokyo.

- Disponível em: <<http://www.ndl.go.jp/index.html>>. Acesso em 24 de setembro de 2011.
- JAPÃO (1994). Ministry of Foreign Affairs. History of Official Development Assistance. Tokyo. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/oda/summary/1994/1.html>>. Acesso em 24 de setembro de 2011.
- JBIC (2003) **Connecting East Asia: A New Framework for Infrastructure**. Joint studies of ADB, JBIC and WB. Tokyo, Japan. Disponível em <<http://siteresources.worldbank.org/INTEASTASIAPACIFIC/Resources/Connecting-East-Asia.pdf>> Acesso em 23 de outubro de 2011.
- JICA (2007) **Approaches for Systematic Planning of Developing Transportation**. Institute for International Cooperation (IFIC). Topical and Sectoral Studies: Transportation. Tokyo, Japan. Disponível em <<http://www.jica.go.jp/english/publications/reports/study/topical/trans/>> Acesso em 13 de fevereiro de 2011.
- KAZUHIRO, Monden (2008). *State-society interaction and the survival of the State: The case of Papua New Guinea and Japan*. Tese de PhD prestada na Escola de História e Política da Universidade de Wollongong, Austrália.
- KAWAI, Masahiro (2004). *Regional Economic Integration and Cooperation in East Asia*. Institute of Social Science, University of Tokyo, Tokyo, Japan.
- KAWATA, Tadashi e NINOMIA, Saburô (1964). *The development of the Study of International Relations in Japan*. In: **The Developing Economies**. Vol. 2, Issue 2. Pg. 190-204. Edited by JETRO, Tóquio, Japan. Found in: <http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/%28ISSN%291746-1049>
- KAWAZAKI, Tsuyoshi (2005). **The Yoshida Doctrine**. Paper apresentado para a convenção anual de Estudos Internacionais de Honolulu. 1-5 March 2005.
- KHANNA, Parag (2008). *O Segundo Mundo. Impérios e influência na nova ordem global*. Editora Intrínseca. Rio de Janeiro/RJ, Brasil.
- KIM, Yoonhon (2004). *Bureaucratic Politics Approach to Japan's Official Development Assistance (ODA) Policy Making: Ministerial Motives and Their Reflections on the Foreign Aid Policy*. **The Midwest Political Science Association**, Paper apresentado no encontro anual em 15/abril/2004. Palmer House Hilton, Chicago, Illinois.
- KEOHANE, Robert (1984). **After Hegemony: Co-operation and Discord in the World**. Princeton University Press. New Jersey, United States.
- KURODA Haruhiko (2006). *Infrastructure and Regional Cooperation*. In: **Annual Bank**

Conference on Development Economics (ABCDE). Tokyo, Japan.

KRAUSS, Ellis and PEKKANEN, Robert J. (2010). *The Rise and fall of Japan's Liberal Democratic Party*. **The Journal of Asian Studies**. Vol. 69, nº 1 February; pg. 5-15.

KWOK Tat Wai (2009). **A translation of Datsu-a Ron: Decoding a Pre-war Japanese Nationalistic Theory**. Tese submetida para aquisição de Graduação (Master of Arts) em Ciências Humanas. Departamento de Estudos do Leste Asiático da Universidade de Toronto, Canada. Acessível em: <https://tspace.library.utoronto.ca/bitstream/1807/18797/1/Kwok_Dwight_TW_200911_MA_thesis.pdf>, último acesso em 20 de maio de 2012.

LAITIN, David D. (2000). *Comparative Politics: The State of the Sub discipline*. Paper apresentado no **Annual Meeting of American Political Science Association (AMAPSA)**, Washington, USA.

LANCASTER, Carol (2007). *Foreign Aid: Diplomacy, Development and Domestic Politics. Chapter 4: Japan: The Rise and Decline of an "Aid Superpower"*. The University of Chicago Press LTDA. Chicago, EUA.

MACFARLANE, Alan (2002). **Yukichi Fukuzawa and the Making of the Modern World**. Disponível em: <<http://www.alanmacfarlane.com/>>, último acesso dia 28 de maio de 2012.

MAGNO, Bruno; CHIARELLI, João R.; MUNHOZ, Athos e BRITES, Pedro (2010a). *O Processo de Integração no Leste Asiático*. V **Seminário do PPGCP-UFF**, Niterói/RJ, Brasil.

MAGNO, Bruno; CHIARELLI, Joao R.; BUENO, Eduardo U. (2010b). **O Legado Hatoyama**. Artigo apresentado no *VI Encontro com o Japão, promovido pelo Núcleo de Estudos Japoneses da UFRGS*, de 4 a 6 de março de 2010, Porto Alegre/RS, Brasil.

MARIANO, Karina (1995) *O Neoliberal Institucionalismo: um modelo teórico para a integração regional*. In: **Cadernos CEDEC nº 50**, São Paulo, Brasil.

MARTINS Quedi, José Miguel (2008). **Digitalização e Guerra Local: Como Fatores do Equilíbrio Internacional**. Tese de Doutorado apresentada para o Programa de Pós Graduação em Ciência Política. UFRGS, Porto Alegre.

MEARSHEIMER, John (1995). **The False Promise of International Organizations**. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2539078?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=56005888163>>, último acesso em 7 de abril de 2012.

MIYAMOTO, Shiguenoli (2002). *O Mercosul e a Segurança Regional*. In: **São Paulo Perspectiva**, vol. 16, no. 1 São Paulo, Brasil. Jan./Mar. 2002

- MIYAZAKI, Silvio Yoshiro Mizuguchi (1996) *Regionalismo no Pacífico Asiático: Integração econômica orientada pelo comércio externo*. In: **Revista de Economia Política**, vol. 16, nº1. São Paulo, Brasil.
- MORI, Sumiko (2006). *Japan Public Diplomacy and Regional Integration in East Asia using Japan Soft Power*. Program of US-Japan Relation, University of Harvard. USA.
- MORITA, Akio e ISHIHARA, Shintaro (2010) **The Japan that can't say no**. Published in Japan by Konbusha Publishing Ltda. Kappa-Homes, January 17, 2010.
- NAKAMURA, Kichisaburo (1962). *The formation of modern Japan: as viewed from legal history*. Nakamura Kichisaburo Centre for East Asian Cultural Studies. Tokyo, Japan.
- NAKAMURA, Toshiko (2007). **Yukichi Fukuzawa's ideia on family and the history of civilization**. Publicado pela Universidade Hokkai-Gakuen, Sapporo, Japão. Disponível em: <<http://www.alanmacfarlane.com/FILES/encounterssocial.html>>, último acesso em 28 de maio de 2012.
- NORRIS, Pippa (2008). *Driving Democracy: Do Power-Sharing Institutions Work?* New York, United States. Cambridge University Press.
- NYE, Joseph (2009). *Cooperação e conflito nas Relações Internacionais*. Ed Gente, São Paulo.
- OHMAE, Keinichi (1996). *O Fim do Estado Nação: A Ascensão das Economias Regionais*. Editora Campus. Rio de Janeiro, Brasil.
- OLIVEIRA, Lucas K. (2010). *A Estratégia de Segurança Energética das Grandes Potências: Aspectos teóricos e conceituais*. **III Seminário Nacional de Ciência Política**, 22 a 24 de setembro de 2010. UFRGS, Porto Alegre, RS.
- OZAWA, Ichiro (1994). *Blueprint for a New Japan: The Rethinking of a Nation*. Tóquio, Japão. Publicado por Kodansha Internacional, Primeira Edição.
- PERES, Lorenzo de Aguiar. (2009). *A elite política japonesa e a definição de uma estratégia nacional: as limitações da Doutrina Yoshida*. In: **Sociologia e Política. I Seminário Nacional Sociologia e Política UFPR**, 2009.
- PEVERELLI, Peter (2009). *The Tumen River Project – Sense making in multiple contexts*. In: **International Journal of Chinese Culture and Management**, Vol. 2, nº 4, 2009. Amsterdam, Netherlands.
- PITT, Rômulo Barizoni (2011). *Indonésia: Construção do Estado e Dinâmica Regional*. Trabalho de Conclusão da Graduação em Relações Internacionais na UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil.
- RIBEIRO, Erik Herejk (2012). *A Birmânia até 1950: Desafios e Legados Históricos*. Trabalho de CHIARELLI – Inserção japonesa sobre a Ásia através de instituições de cooperação e fomento.

Conclusão da Graduação em Relações Internacionais na UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil.

SPENDOLINI, Michael J. (1993). *Benchmarking*. Editora Makron Books, Amancom. São Paulo/SP, Brasil.

SAKURAI, Célia (2007). **Os Japoneses**. São Paulo, Brasil. Editora Contexto.

STOCKWIN, J. A. A. (2003). *Dictionary of the Modern Politics of Japan*. Editora Routledge Cuzon. Londres, Inglaterra.

TOZAWA, Hidenori (2004). **Richard Coudenhove-Kalergi and Japan: A Brief History**. Artigo apresentado no *Seminário sobre a vida e obra de Richard Coudenhove-Kalergi*, organizado pela Universidade de Tokai, Tóquio.

UEHARA, Alexandre Ratsuo (2003). *A política externa do Japão no final do século XX: O que faltou?* São Paulo, Brasil. Ed. Fundação Japão, Editora Anna Blume.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel (2011). **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. Editora UNESP. São Paulo, Brasil.

WALLERSTEIN, Immanuel (1979). **The Modern World System**. New York: Academic Press. Nova York, EUA.

WALTZ, Kenneth N. (2000). **Structure Realism after the Cold War**. Published by MIT Press, Vol. 25, Nº 1. Disponível em <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2626772?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=56051294223>> Acesso em 03 de abril de 2012.

WAN, Ming (2008). *The Political economy of East Asia: striving for wheat and power*. Editora CQ Press, Washington, Estados Unidos.

WATANABE, Tatsuye (2005). **History of Japan's ODA in brief**. Japan NGO Center for International Cooperation. In: The Reality of Aid; Asia-Pacific. <http://www.realityofaid.org/userfiles/roareports/roareport_b1af02104e.pdf>

WEBER, Max (1991). *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Editora da UnB Vol. 1, 5º Ed. Brasília/DF, Brasil.

WOLFE, Marshall (1978). *Desenvolvimento: Para que e para quem?* Ed. Paz e Guerra. Vol. 1. São Paulo, Brasil.

WOLFEREN, Karel van. (2009). *Will Japan Finally Get a Cabinet that Makes Policy?* Yale Global Online, (10/09/2009). Disponível em: <<http://yaleglobal.yale.edu/print/5940>>. Acesso em 01 setembro de 2011.

YOSHIKAWA, Yukie (2009). **Japan's Asianism (1868-1945), dilemmas of Japanese modernization**. Johns Hopkins University, on Asia-Pacific Policy Papers Series. The

Edwin Reischauer Center for East Asian Studies. Washintong D.C., EUA.

YUAN, Chong (2010). *East Asian Integration and Japan Regional Policy*. The Japan Forum on International Relations. (JFIR), Tokyo, Japan.

SITES PESQUISADOS

Institute of Developing Economies - Japan External Trade Organization (IDE-JETRO). Acessível pelo site: <<http://www.ide.go.jp/English/index.html>>;

The Japan Forum on International Relations. Acessível pelo site: <<http://www.jfir.or.jp/e/index.htm>>;

Biblioteca da Assembleia Nacional (国立国会図書館 *Kokuritsu Kokkai Toshokan*). Acessível no site <<http://www.ndl.go.jp/index.html>>;

Ministério de Relações Exteriores do Japão. Acessível pelo site <<http://www.mofa.go.jp/index.html>>;

Organização Econômica para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) Library. Acessível pelo site: <<http://www.oecd-ilibrary.org/?jsessionid=9rtcqmebejcba.x-oecd-live-01>>;

Banco Japonês para Cooperação Internacional (JBIC). Acessível pelo site <<http://www.jbic.go.jp/en/index.html>>;

Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Acessível pelo site <<http://www.jica.go.jp/english/index.html>>;

Japan Times Online. Acessível pelo site <<http://www.japantimes.co.jp/>>;

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Acessível pelo site <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt>:

FILMES SUGERIDOS

Tokyo Story (1953). **Drama.** *História sobre as dificuldades financeiras e o cotidiano dos trabalhadores durante o final da década de 40.* Dirigido por Yasujiro Ozu. Com a atuação de Chishu Ryu (Shukichi) e Chieko Higashiyama (Tomi Hirayama). Japão.

Sansho the Bailiff (1954). **Filme Histórico.** *História do esfacelamento das famílias aristocráticas japonesas durante o período Heian (794-1185).* Dirigido por Kenji Mizoguchi. Com a atuação de Eitaro Shindô (Sansho) e Kyôko Kagawa (Anju). Japão.

The Human Condition (1959/1960/1961 Trilogia). **Drama.** *Obra sobre a ocupação japonesa sobre o território da Manchúria. Cada parte da trilogia retrata um período diferente da história do país: ocupação, industrialização e queda.* Dirigida por Masaki Kobayashi.

Com a atuação de Tatsuya Nadakai (Kaji). Japão.

Tora! Tora! Tora! (1970) **Guerra**. *Narrativa acerca do ataque japonês sobre a base naval americana de Pearl Harbour*. Dirigida por Richard Fleisher, Toshio Matsuda e Kinji Fukasuka. Com a atuação de Sô Yamamura (Almirante Yamamoto). Japão/Estados Unidos.

Shogun (1980). **Drama**. *História ficcional baseada no primeiro inglês a chegar ao Japão no século XVI. Adaptação da obra homônima de James Clavell*. Dirigida por Jerry London. Com a atuação de Richard Chamberlain (Cap. John Blackthron/Anjin) e Toshiro Mifune (Daimyo Toranaga). Japão/Estados Unidos;

The Last Emperor (1987). **Filme Histórico**. *História baseada na biografai de Pu Yi, o último Imperador da dinastia Qing*. Dirigido por Bernardo Bertolucci. Com a atuação de John Lone (Imperador Pu Yi) e Joan Chen (Wanrong). China/Estados Unidos/Reino Unido.

Grave of the Fireflies (1988). **Drama**. *Animê (animação japonesa) que relata a fatalidade das vítimas civis durante o final da Guerra do Pacífico no Japão. Adaptação da auto bibliografia de Akiyuki Nosaka*. Dirigido e escrito por Isao Takahara. Japão.

Black Rain (1989). **Drama**. *História baseada na obra homônima de Ibuse Masuji que relata os danos e traumas causados na população civil de Hiroshima após a explosão nuclear*. Dirigido por Shohei Imamura. Com a atuação de Yoshiko Tanaka (Yasuko). Japão.

Rurouni Kenshin: Trust and Betrayal (1999). **Drama**. *Animê (animação japonesa) baseada na figura de Himura Kenshin “Hitokiri Battôsei” (o retalhador) logo após a Restauração Meiji e a queda da classe samuraica na instauração do novo governo*. Dirigido por Kazuhiro Furuhashi e escrito por Masashi Sogo. Japão.

The Twiling Seibe (2002). **Drama**. *Filme que retrata a acomodação da classe samuraica como burocratas durante o século XIX (fim do período Tokugawa) e o conflito com antigos códigos de honra*. Dirigido por Yôji Yamada. Com a atuação de Hiroyuki Sanada (Seibe Iguchi) e Rie Miyazawa (Tomoe Inuma). Japão.

Netaji Subhas Chandra Bose: The Forgotten Hero (2005). **Filme Histórico**. *Filme que retrata a história de Bose na luta pela independência da Índia contra o Império Inglês, destacando a trajetória do mesmo e a busca de aliados durante a Segunda Guerra*. Dirigido por Shyam Benegal. Com a atuação de Sachin Khedekar (Subhas Chandra Bose). Índia.

The Sun (2005). **Filme Histórico**. *Bibliografia não autorizada do Imperador Hirohito durante a ocupação americana no Japão após o término da Guerra*. Dirigida por Alexander

Sokurov. Com a atuação de Issei Ogata (Imperador Hirohito). Japão/Rússia.

Letters from Iwo Jima (2006). **Guerra.** *Filme baseado nas cartas escritas pelos soldados japoneses durante a resistência em Iwo Jima contra a invasão americana.* Dirigido por Clint Eastwood. Com a atuação de Ken Watanabe (General Kuribayashi). Estados Unidos.

Cloud over the slope (坂の上の雲 *Saka no Ue no Kumo*) (2009 até 2011). **Drama.** *Minissérie filmada pela NHK baseado nos escritos do diplomata Ryôtarô Shiba que retrata os eventos que antecederam a Guerra Russo-Japonesa em 1904/1905. Tendo como foco três grandes personalidades da época, capitão de cavalaria Akiyama Yoshifuru; seu irmão Akiyama Saneyuki, Capitão da Marinha e; Shiki Masaoka, um dos grande autores do Haiku que modernizou a literatura e a poesia japonesa.* Dirigido por Shibata Takeshi. Com atuação de Motoki Masahiro (Comandante Akiyama); Abe Hiroshi (Capitão de Cavalaria Akiyama) e Kagawa Teruyuki (Shiki Masaoka). Japão.

Confucius (2010). **Filme Histórico.** *Obra baseada nos ensinamentos de Kong Qiu (Confúcius), pai da tradição filosófica política clássica chinesa.* Dirigido por Hu Mei. Com a atuação de Chow Yun-Fat (Confúcius). China.

The 1911 Revolution (2011). **Filme Histórico.** *Filme comemorativo acerca do Centenário da proclamação da República Chinesa retratando a trajetória do Dr. Sun Yat-Sen.* Dirigida por Jackie Chan e Zhang Li. Com a atuação de Jackie Chan (Huang Xing) e Winston Chao (Sun Yat Sen). China.